



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**A FUNDAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CAMPINA  
GRANDE (1954-1963)**

Mestrando: Rafael Vieira dos Santos  
Orientador: Prof. Dr. Antônio Lisboa Leitão de Souza

**CAMPINA GRANDE-PB  
2024**

**RAFAEL VIEIRA DOS SANTOS**

**A FUNDAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CAMPINA  
GRANDE (1954-1963)**

Texto apresentado para Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientador:** Prof. Dr. Antônio Lisboa Leitão de Souza

**Linha de pesquisa 1:** História, Política e Gestão Educacionais.

**Campina Grande-PB  
2024**

S237f Santos, Rafael Vieira dos.  
A fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande (1954-1963) / Rafael Vieira dos Santos. – Campina Grande, 2025.  
116 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.  
"Orientação: Prof. Dr. Antônio Lisboa Leitão de Souza".  
Referências.

1. Instituição de Ensino Superior - Paraíba. 2. Faculdade Católica de Filosofia. 3. Diocese de Campina Grande - Paraíba. 4. União Universitária Campinense. I. Souza, Antônio Lisboa Leitão de. II. Título.

CDU 378.4(813.3)(043)

**RAFAEL VIEIRA DOS SANTOS**

**A FUNDAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CAMPINA  
GRANDE: (1954-1963)**

Dissertação aprovada em: 01 / 04 / 2024 .

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Antônio Lisboa Leitão de Souza / UFCG/PPGE  
(Orientador)

Documento assinado digitalmente



ALARCON AGRA DO Ó

Data: 02/05/2024 15:55:20-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó / UFCG/PPGH  
(Examinador Externo)



Profa. Dra. Melânia Mendonça Rodrigues / UFCG/PPGE  
(Examinadora Interna)

## AGRADECIMENTOS

Após concluir este trajeto da minha formação acadêmica, desejo expressar minha gratidão às pessoas que me ajudaram a chegar a este momento da defesa de minha dissertação de mestrado. Deixar o âmbito da Filosofia para adentrar no campo da História da Educação não foi uma jornada fácil. Foi necessário evoluir de um aprendiz de filósofo para transformar-me em um filósofo, um pensador crítico capaz de explorar seus próprios problemas de maneira profunda. A primeira década deste estudo, 1950, é a década em que os meus pais vieram ao mundo. Meu pai em 1950 e minha mãe em 1951, ambos do interior, da Paraíba e de Pernambuco, respectivamente. Em 1960, ainda crianças, tiveram o destino de Campina Grande como o lugar de fuga do sofrimento da seca, da fome e da violência patriarcal. A escola, tão necessária para a formação do sujeito, poderia ter traçado para eles caminhos que não consigo imaginar, pela força e garra que possuem, mas, tiveram que ser submetidos a condições sociais que não foram impostas por eles, e quando puderam escolher, tiveram que escolher sobreviver ao invés de ler. Ainda frequentaram a escola nos anos iniciais – ensino primário -, mas para o meu pai a maior escola foram os lugares por onde passou, os projetos em obras que teve aprender a ler, as situações diversas que teve que aprender a resolver. A minha mãe, sonhou em vestir aquela farda da escola, saias charmosas, plissadas, gravatinhas e camisas de botão, mas faltava a condição. Aprendeu a ler e escrever, juntando dinheiro, carregando baldes de água na cabeça para pagar a uma amiga que já sabia ler, para que lhe ensinasse. Não digo isso desmerecendo a formação que eles tiveram, mas engratecendo por eles serem mestres na educação quando a sociedade lhes negou. Embora classe trabalhadora, nunca fui a escola de pés descalços, o caderno e os livros, estavam numa bolsa, que sempre que precisava de uma nova, eles estavam preparados para substituir, não era a melhor do mercado, mas era a melhor deles dois. O sonho da minha mãe, eu quis sonhar também, ter uma graduação, hoje uma pós-graduação. Quero dedicar esse percurso a eles dois, Francisco China e Maria da Conceição, a minha família e minha esposa.

À minha esposa Pâmella Tamires, desejo expressar minha imensa gratidão por ser minha parceira na vida e nos estudos. Quando eu era criança, não entendia muito o que as professoras falavam e sempre pedia para repetirem a explicação, mas elas sempre diziam, “mais à frente você vai entender” eu nunca entendia, isso acabou causando um travamento, deixei de perguntar, passei a ter vergonha, pois não fazia diferença. E me recordo que formulei o seguinte pensamento, “quando eu for namorar preciso arrumar uma namorada que seja professora, só assim, não terei vergonha de perguntar as coisas a ela”, pois bem, não tomei cuidado com o que pedi, e acabou se tornando realidade. Pâmella, por muitas vezes foi minha professora, desde a

graduação lendo comigo os textos, às vezes sem entender, mas ali, na vida também me dá aulas, foi minha leitora atenta, muito obrigado meu amor.

Ao Prof. Dr. Antônio Lisboa Leitão de Souza, meu orientador nesta empreitada, quem trilhou comigo os caminhos deste trabalho. A Profa. Dra. Melânia Mendonça Rodrigues, uma formadora comprometida com a História da Educação. A quem tem todo o meu respeito e admiração. A Profa. Niédja Maria Ferreira de Lima, uma pessoa também preocupada com esse processo, minha professora na graduação e no mestrado, a quem saldo todos os outros professores do programa de Pós-Graduação em Educação da UFCG. Ao Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó, agradeço a atenção e contribuição ao nosso trabalho.

Agradeço à Fundação Edvaldo de Souza do Ó, representada pelo senhor Silas Marinho de Melo, que generosamente abriu as portas da instituição para a nossa pesquisa. À turma 7 do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, com quem compartilhamos momentos de sucesso e desafios com muita dedicação. Comprimento as alunas da turma, em nome da colega Maglia Gouveia Farias, e os alunos Reginaldo e Paulo. Também faço um agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento da Pessoa de Nível Superior – Capes, onde fui bolsista.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a fundação e organização da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande no período de 1954 a 1963. Trata-se de uma instituição fundada pela União Universitária Campinense (UUC) e pela Diocese de Campina Grande, em 1954. Apesar de sua importância social naquele contexto, o processo de investigação revelou dificuldades de acesso aos registros e fontes documentais da instituição, seja nos arquivos da Diocese, no prédio sede onde funcionou, nos acervos da antiga Fundação da Universidade Regional do Nordeste (FURNE), na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) ou mesmo nos livros memorialísticos sobre Campina Grande, pouco se descreve a seu respeito. Buscando o acesso às fontes em arquivos públicos e privados, físicos e digitais. Desse modo, com corpo documental de jornais, decretos, fotografias, legislações, a partir das lentes do materialismo histórico, fundamentando as leituras e análises a partir de Gramsci (1989, 2022), Kosik (1976), definimos as seguintes categorias de análise como norteadoras da pesquisa: Historicidade, Totalidade e Mediação. E como categorias de conteúdo, definimos: Sociedade Civil, Desenvolvimentismo e Faculdade de Filosofia. A partir da análise sobre o contexto e condições em que se deu a fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, concluímos que a instituição foi estabelecida com o propósito de preparar professores para os níveis de ensino primário, secundário e escolas normais em Campina Grande e região, tendo sido a instituição de ensino superior pioneira no interior da Paraíba destinada à formação docente, seguindo os moldes das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras então adotadas no país.

**Palavras-chave:** Faculdade Católica de Filosofia; Diocese de Campina Grande; União Universitária Campinense.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo general analizar la fundación y organización de la Facultad Católica de Filosofía de Campina Grande, en el periodo desde 1954 hasta 1963. Una institución fundada por la Unión Universitaria Campinense (UUC) y por la Diócesis de Campina Grande en 1954. Apesar de su importancia social en ese contexto, el proceso de investigación reveló dificultades para acceder a los registros y fuentes documentales de la institución, ya sea en los archivos de la Diócesis, en el edificio sede donde funcionó, en las colecciones de la antigua FURNE, en la UEPB o incluso en los libros conmemorativos sobre Campina Grande, donde poco se describe al respecto. Sin embargo, persistimos en la investigación, buscando acceso a fuentes en archivos públicos y privados, físicos y digitales. De esa forma, con cuerpo documental de impresos, decretos, fotografías, legislaciones, cuestionamos las fuentes a partir del materialismo histórico, fundamentando las lecturas y análisis desde Gramsci (1989, 2022), Kosik (1976), justificamos las categorías del análisis; Historicidad, Totalidad y Mediación. Y como categorías de contenidos: Sociedad Civil, Desarrollo y Facultad de Filosofía. Del análisis del contexto y condiciones en que fue fundada la Facultad Católica de Filosofía de Campina Grande, concluimos que la institución fue establecida con el propósito de preparar los maestros para los niveles de la enseñanza primaria, secundaria y escuelas normales in de Campina Grande y región, habiendo sido la institución pionera en el interior de Paraíba dedicada a la formación de docentes, siguiendo a los moldes de las Facultades de Filosofía, Ciencias y Letras entonces adoptadas en el país.

**Palabras-Llave:** Facultad Católica de Filosofía; Diócesis de Campina Grande; Unión Universitaria Campinense.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Professores e disciplinas (1955-1959) .....</b>	<b>71</b>
<b>Quadro 2 – Disciplinas por série do curso de Letras Neo-Latinas.....</b>	<b>722</b>
<b>Quadro 3 – Disciplinas por série do curso de Letras Anglo-Germânicas .....</b>	<b>73</b>
<b>Quadro 4 – Quadro com Pareceres e Decretos da do CNE e CFE sobre a FCFCG.....</b>	<b>74</b>
<b>Quadro 5 – Levantamento de débitos da FCFCG .....</b>	<b>83</b>

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b> – Diretoria da UUC – 1960 .....	46
<b>Foto 2</b> – Jornal O Norte – 1952 .....	55
<b>Foto 3</b> – Jornal de Campina – 1952 .....	56
<b>Foto 4</b> – Jornal de Campina (1952).....	57
<b>Foto 5</b> – Jornal de Campina – 1953 .....	60
<b>Foto 6</b> – Edifício da Escola Técnica de Comércio de Campina Grande na década de 1950 .....	75
<b>Foto 7</b> – Lei n° 2.636, de 20 de dezembro de 1961 .....	77
<b>Foto 81</b> – Prédio em construção da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.	80

## LISTA DE SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
FAFI	Faculdade de Filosofia
FCFCG	Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande
FFCG	Faculdade de Filosofia de Campina Grande
FFCL	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
FIEP	Federação das Indústrias da Paraíba
FUNDACT	Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica
FUNESC	Fundação Espaço Cultural
FURNE	Fundação Universidade Regional do Nordeste
HDB-BN	Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes
URNe	Universidade Regional do Nordeste
USP	Universidade de São Paulo
UUC	União Universitária Campinense

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 A CRIAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CAMPINA GRANDE (1954).....</b>	<b>29</b>
1.1 AS FACULDADES DE FILOSOFIA NO BRASIL – CONTEXTO HISTÓRICO .....	30
1.2 O DESENVOLVIMENTO CAMPINENSE E AS PRERROGATIVAS PARA O ENSINO SUPERIOR NA DÉCADA DE 1950 .....	34
1.3 SUJEITOS SOCIAIS POLÍTICOS ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO DA FCFCG .....	43
1.4 AS MEDIDAS LEGAIS DESENVOLVIDAS PARA A CRIAÇÃO DA FCFCG.....	49
1.5 REPERCUSSÃO NA IMPRENSA E EM ATAS/ INSTITUIÇÕES .....	54
<b>2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CAMPINA GRANDE .....</b>	<b>65</b>
2.1 A DIOCESE DE CAMPINA GRANDE COMO MANTENEDORA.....	66
2.2 A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA FCFCG .....	69
2.3 A TRANSIÇÃO PARA A FUNDACT (1962).....	79
<b>3 PROBLEMATIZANDO O OBJETO: REFLEXÕES ACERCA DA FUNDAÇÃO DA FCFCG .....</b>	<b>85</b>
3.1 A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE CAMPINA GRANDE.....	86
3.2 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DA CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA FCFCG.....	87
3.3 INSTITUIÇÃO MANTENEDORA: RUPTURAS E CONTINUIDADES .....	89
3.4 O DEBATE DAS HUMANIDADES EM CAMPINA GRANDE NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA (1954).....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>111</b>

## INTRODUÇÃO

Introduzir-se na atuação educativa é também uma possibilidade para fazer filosofia, uma filosofia do concreto, a qual propicia, de forma rigorosa, a análise crítica das diversas formulações relacionadas à vida social, à realidade concreta, a fim de se estabelecerem as determinações de seu movimento. Neste sentido, compreendemos a produção do conhecimento como esforço para analisar criteriosamente a realidade na qual o sujeito histórico se insere e desenvolve relações constantes, tanto na especificidade quanto na totalidade de sua realidade. E para esse fim, a filosofia se torna um importante elemento para analisar o movimento histórico.

O ambiente cotidiano de relações é o espaço onde a “[...] aparência superficial da realidade é fixada como o mundo da pretensa intimidade, confiança e da familiaridade em que o homem se move naturalmente” (Kosik, 1976, p. 11). O filósofo materialista é capaz de apreender o real a partir das categorias de análises, por se tratar de uma ontologia do ser, o modo do ser social existir, relacionar-se no mundo, ou seja, uma teoria do ser que pensa a história, as ideologias, os interesses econômicos e de classes, as formas como as políticas educacionais foram propostas para a sociedade, identificando suas particularidades e usando as categorias para analisar e desenvolver o debate acerca do todo, que está relacionado e em permanente movimento.

A partir das leituras de autores como Marx (1985), Kosík (1976) e Gramsci (1989), é possível investigar a realidade e seus problemas, propondo possibilidades de análises. Estas análises partem de um princípio fundamental de mudança qualitativa da realidade, ou seja, conhecer a realidade para transformá-la, por meio da consciência crítica, logo “[...] o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefícios no inventário” (Gramsci, 1989, p. 12). O conhecimento viabiliza a capacidade de reflexão e o posicionamento em nossa perspectiva ou realidade, levando em consideração uma consciência crítica que é distinta das visões de mundo impostas pelos grupos sociais que detêm o poder.

Sobre o termo *problema*, não o associo à perspectiva de sua significação usual, limitando-o à dúvida, “[...] mas [a] uma questão cuja resposta se desconhece e se necessita conhecer” (Saviani, 2013, p. 17). O problema é, portanto, o despertar/impulsionar na busca por respostas e significados. Essa busca se caracteriza também na realização da atividade docente como filósofo, posição na qual procuro situar esta ação na crítica, na reflexão problematizadora,

sendo formas próprias do ato filosófico, que, de certo modo, se afastam de um entendimento da realidade apenas a partir da aparência, do senso comum, da pseudoconcreticidade.

Essa trajetória ficou evidente logo na minha primeira experiência em sala de aula. Quando eu ainda era estudante de filosofia, fui selecionado como bolsista residente no Programa Residência Pedagógica<sup>1</sup>, e pude perceber, de forma intensa, os elementos da realidade social em uma escola de Ensino Médio, localizada em Campina Grande, no Estado da Paraíba. Essa experiência teve a duração de dezoito meses, compreendendo o período entre 2018 e 2019, durante os quais pude acumular um total de 414 horas de atividades na escola.

Naquele espaço, fui incorporado em uma instituição social que, não é alheia às políticas, à economia, à cultura etc. Na minha percepção, aquela instituição comunicava estes aspectos da vida em sociedade, da qual, em conformidade com Nosella e Buffa (2013), não compreendo a escola ausente.

Dessa forma, vou conduzindo a minha trajetória acadêmica numa direção específica, ou seja, para um campo de estudos, o que eu já denominava como filosofia do concreto, em outras palavras, trilhava um caminho filosófico no propósito de aprofundar a criticidade, a capacidade reflexiva e outras concepções próprias da filosofia no campo da educação. O materialismo serviu-me como alternativa conceitual de uma possível compreensão do movimento social. Uma fala que me provocou a continuar fomentando meu interesse neste sentido foi a de Saviani (2013), referindo-se à obra *Pedagogia Histórico-Crítica*, em entrevista ao Canal Nova Escola, ao dissertar que: “[...] aquilo que a humanidade produziu ao longo da história é a referência para se desenvolver uma educação de qualidade” e “[...] se os educadores quiserem compreender a fundo o significado essencial de sua profissão, eles devem se abrir sem reservas para a história da educação” (Canal Nova Escola, 2021).

Desde então, passei a enxergar a História da Educação como um caminho possível para análises das relações desencadeadas na sociedade e suas mediações com a educação. Enquanto campo da ciência, é um espaço para novas possibilidades de investigações históricas, uma vez que seus estudos exteriorizam e nos possibilitam conhecer uma dada realidade das sociedades, analisar como estas se organizaram e transmitiram os conhecimentos, valores e habilidades ao longo da história e como seus processos educacionais foram influenciados por questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

---

1 O Residência Pedagógica é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituído no ano de 2018, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da formação de professores, em Instituições de Ensino.

Ao pensamento crítico cabe observar atentamente o movimento histórico, a partir das categorias de análises, e problematizar acerca do que é a realidade. Essas lentes do conhecimento, quando aplicadas conforme as regras do método, referem-se a um princípio epistemológico fundamental para o conhecimento da realidade (Kosík, 1976).

Foi este o itinerário percorrido, do ponto de vista do pensamento, para chegar ao objeto que me propus a estudar – a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande. Reafirmo, pois, meu lugar de fala como professor de Filosofia e na busca por situar historicamente a profissão no espaço social onde atuo, na cidade onde cresci e desenvolvi minha formação acadêmica.

E tal foi a minha inquietação: estudar uma Faculdade de Filosofia, cuja existência datava desde 1950, fato do qual passo a ter conhecimento a partir da leitura de jornais antigos. Quando consideramos o contexto histórico da cidade, naquela década, sobressaem situações de desenvolvimento econômico e tecnológico, entre elas a presença de uma faculdade com cursos voltados para a área das humanidades e, sobretudo, para a filosofia, aspectos que constituíram nosso interesse de pesquisa.

No transcorrer da pesquisa, identificamos, no entanto, que essa Faculdade, dentro do nosso recorte histórico de 1954 a 1963, não formava filósofos ou sequer professores de Filosofia, ou seja, não havia o curso de Filosofia, embora houvesse projeções para a criação de outros cursos de formação docente, como História, Geografia e outros. Na Faculdade, no período que citamos, funcionaram apenas dois cursos: Letras neo-latinas e Letras anglo-germânicas.

Embora a Faculdade fosse nomeada como Faculdade Católica de Filosofia, não se tratava de uma instituição de formação para o clero ou para as necessidades da Diocese de Campina Grande, no que concerne à sua própria formação. Como já referido, não havia os cursos de filosofia nem de teologia, que são partes integrantes da formação clerical. A relação entre a Faculdade e a Diocese de Campina Grande era de cunho mantenedor desta para aquela, como também administrativo, algo comum no Brasil durante os anos de 1930 a 1950<sup>2</sup>, quando várias instituições de ensino superior foram fundadas, tendo a Igreja Católica como provedora. A Igreja era uma instituição que, para os órgãos reguladores do Ministério da Educação e Cultura, dispunha de capacidade financeira, estrutural e organizacional para manter uma instituição de ensino superior. Assim se entendendo, igrejas católicas, igrejas protestantes e

---

<sup>2</sup> Oliveira (2011) destaca que o crescimento das Faculdades Católicas de Filosofia tem início na década de 1930 e permanece até a década de 1950.

congregações religiosas eram espaços que, do ponto de vista formal e material, atendiam às exigências de uma mantenedora.

A Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande (FCFCG) adotou o padrão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, modelo que se tornou conhecido em todo o Brasil após a criação da Universidade de São Paulo (1934), ao contrário de outras universidades criadas anteriormente, como a Universidade do Brasil, fundada em 1920, no Rio de Janeiro) e a Universidade do Brasil de Minas Gerais, criada, em 1927, ambas seguindo o mesmo padrão de união de faculdades e com caráter profissionalizante (Ferreira, 2009).

A Universidade de São Paulo foi a primeira universidade brasileira a ser instituída a partir da estrutura de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, estabelecendo uma nova dinâmica institucional na produção do conhecimento, dado que se propôs à formação especializada nas diferentes áreas do conhecimento e ao desenvolvimento dessas áreas a partir da fomentação da pesquisa acadêmica.

A conjuntura histórica que precedeu a criação da Universidade de São Paulo (USP) foi relevante para que a USP carregasse um diferencial em relação às universidades anteriormente criadas, isto é, de possuir um espaço institucionalizado dedicado à formação de professores e pesquisadores na área das ciências puras, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) (Ferreira, 2009, s/p).

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é formada por um dos institutos que compõem a Universidade de São Paulo, Filosofia, Ciências e Letras, dividida em seções dos cursos, uma instituição direcionada para a formação das humanidades, bem como para promover o desenvolvimento intelectual, analítico e crítico.

Nos anos de 1940 e 1950, a Igreja e as congregações religiosas católicas desempenharam um papel crucial como instituições consolidadas para viabilizar, com apoio financeiro, institucional e material, a criação de instituições de ensino superior, atuando como suas mantenedoras, condição *sine qua non* exigida pelo Ministério da Educação para aprovar sua implantação.

No que concerne às fontes, estas foram de natureza documental, sendo elas, também, as possíveis janelas que auxiliaram na aproximação ao contexto histórico da cidade de Campina Grande de 1954 a 1963, período que corresponde à delimitação do presente estudo, uma vez que a análise levou em consideração a dialética presente no recorte histórico, envolvendo a sociedade em sua totalidade, como a política, educação, economia, cultura etc. Por meio da análise dos documentos históricos, nos foi possível aproximarmo-nos do contexto histórico que circundou a fundação da Faculdade Católica de Filosofia. Desse modo, a leitura crítica das

fontes selecionadas, à luz da perspectiva teórica que adotamos, busca entender o objeto estudado por meio da análise das relações sociais e das forças materiais que atuavam na sociedade ao longo desse processo histórico; ou seja, estamos tratando de um período histórico específico, cujas informações provêm das fontes que nos dão a compreensão das categorias existentes no processo histórico que envolveu a Faculdade, quais os interesses das classes dominantes, as relações de poder etc.. A análise das fontes compreende, então, a dimensão do objeto bem como da realidade na qual este objeto esteve inserido.

O contato com o jornal impresso *Diário da Borborema*, periódico que circulou em Campina Grande de 1957 até 2012, nos evidenciou a existência da Faculdade objeto de nossa discussão. O enfoque do jornal, edição de 4 de janeiro de 1959, na página 9 do caderno de notícias, na seção denominada *Encruzilhadas*, apresentava um pequeno balanço do ano de 1958. Entre os acontecimentos descritos no jornal, o 13º informe traz o seguinte:

INICIO DA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA FACULDADE DE FILOSOFIA  
– Foi iniciada a obra com verba federal de auxílio para a jovem Faculdade de Filosofia de Campina Grande, que só mantém cursos de letras e geografia e história. Essa Faculdade, que já diplomou, em 1958, sua segunda turma, não goza ainda de reconhecimento oficial (*Diário da Borborema*, 1959, p. 9).

A manchete é incitadora para o estudioso da História da Educação que pesquisa instituições educacionais. Assim, a observação de que, em Campina Grande, na década de 1950, existia uma Faculdade Católica de Filosofia, nos instigou a buscar por informações adicionais que ampliassem nossa compreensão sobre essa instituição de ensino superior. Nossa busca inicial, embora com poucas fontes disponíveis, possibilitou enxergar essa Faculdade como um objeto passível de ser estudado e, considerando a metodologia adequada, expressar a sua historicidade, as interações sociais e políticas que contribuíram para a sua fundação, bem como as contradições e conflitos existentes, levando-se em conta a perspectiva desenvolvimentista então predominante no país, na região e na cidade. Além disso, é relevante destacar que a criação de uma instituição de ensino superior voltada para as humanidades, em meio ao contexto campinense, de expansão industrial, é um fato que carece de análise.

No que concerne ao processo de produção do conhecimento, Saviani (2021) faz uso das ponderações de Marx (1973), o qual apresenta dois momentos a serem percorridos pelo pesquisador:

Parte-se do empírico, isto é, do objeto tal como se apresenta à observação imediata, tal como é figurado na intuição. Neste momento inicial, o objeto é captado numa visão sincrética, caótica, isto é, não se tem clareza do modo como ele está constituído. Aparece, pois, sob a forma de um todo confuso,

portanto, como um problema que precisa ser resolvido. Partindo dessa representação primeira do objeto, chega-se, por meio da análise, aos conceitos, às abstrações, às determinações mais simples. Uma vez atingido esse ponto, faz-se necessário percorrer o caminho inverso (segundo momento), chegando, pela via da síntese, de novo ao objeto, agora entendido não mais como “a representação caótica de um todo”, mas como “uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (Marx, 1973, p. 229 *apud* Saviani, 2021, p. 16).

A abstração do conhecimento é responsável por permitir a reprodução do concreto. Em outras palavras, quanto mais nos aproximamos do objeto e exploramos diferentes perspectivas e fontes de informação, maior se torna a possibilidade de compreender suas relações e propor determinações. Dessa forma, o conhecimento adquire a capacidade de expressar o movimento histórico e a historicidade do objeto. que só mantém cursos de letras e geografia e história

Retomando o conteúdo da manchete destacada anteriormente, mencionei que a Faculdade, no contexto histórico-temporal da pesquisa, oferecia apenas dois cursos de Letras, (Letras neolatinas e Letras anglo-germânicas). A manchete inclui, portanto, mais dois cursos, Geografia e História, que, de acordo com outras fontes<sup>3</sup>, eram perspectivas futuras de expansão, porém não se concretizaram, pelo menos nos primeiros nove anos de existência da Faculdade, passando por duas instituições mantenedoras.

Dessa forma, o presente estudo se insere, pois, no campo da História da Educação, com a temática de Instituições Escolares de Ensino Superior, a partir do qual buscamos, por meio da investigação acerca das justificativas de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, a história de sua fundação e organização e no período de 1954 a 1963. Trata-se de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFCG) na Linha 1: História, Política e Gestão Educacionais.

Planejar, iniciar e desenvolver uma pesquisa tem desdobramentos e nuances que vão compondo o pesquisador e, conseqüentemente, familiarizando-o com o objeto de estudo. As investigações acerca da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande (FCFCG)<sup>4</sup> revelaram desdobramentos de outro movimento, relacionado à existência de instituições de ensino superior também vinculadas à Igreja Católica, ou seja, as Faculdades Católicas de

---

<sup>3</sup> De acordo com o documento enviado pela Diocese de Campina Grande, em 1959, ao Ministério da Educação, solicitando o reconhecimento dos cursos de Letras neolatinas e anglo-germânicas, a instituição mantenedora, Diocese de Campina Grande, afirmava que, naquele momento, que apenas estes cursos mencionados funcionavam na Faculdade. Outro documento consultado refere-se à mudança da instituição mantenedora – da Diocese de Campina Grande para a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica – (FUNDACT), que também apresentou a existência, naquele momento, dos dois cursos de letras.

<sup>4</sup> A primeira identificação do objeto de estudo nos jornais foi Faculdade de Filosofia. Posteriormente, na busca por fontes, constatamos a imbricação da Faculdade com a Diocese de Campina Grande, por ter sido esta sua primeira instituição mantenedora. Desse modo, a denominação que lhe foi dada quando de sua fundação foi de Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.

Filosofia espalhadas por outros Estados do Brasil<sup>5</sup>, nos fazendo deduzir que não foi um movimento isolado.

Essa percepção é obtida a partir da pesquisa bibliográfica que nos possibilitou ampliar a compreensão e estabelecer relações com outros trabalhos acadêmicos que abordam temas semelhantes, bem como fazer o levantamento do ineditismo da pesquisa.

O embasamento teórico-metodológico é o que nos permite conceituar o objeto, isto é, ao investigar as diversas facetas do objeto de estudo, é possível promover uma análise crítica e problematizadora do movimento histórico-dialético, com o intuito de apresentar uma pesquisa aprofundada e o mais próximo possível do contexto histórico. Daí, seguimos o que prediz Kosik (1976, p. 40):

Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais.

Com isso, argumentamos que o referencial e as fontes, dentro do limite, foram as condutoras do percurso até aqui traçado. Assim, para a coleta dos documentos que foram analisados e posteriormente definidos quais serviriam como fontes, traçamos um processo investigativo e metuculoso por se tratar de um objeto pouco investigado e, talvez até desconhecido de boa parte da população campinense. Em algumas situações, a busca dos dados tornou-se longa e difícil.

O processo foi necessariamente institucional, de modo que grande parte dos documentos coletados advém de fontes oficiais. Estas fontes nos fornecem uma visão fragmentada da história, da organização e do funcionamento da instituição objeto deste estudo, o que nos obrigou a ter um cuidado especial ao analisá-las. Neste sentido, não é impossível apresentar um trabalho que esgote completamente o objeto, então fazemos aproximações referenciadas nas fontes coletadas, dentro dos limites destes documentos históricos e analisados sob os conceitos

---

<sup>5</sup> São exemplos os estudos desenvolvidos por: Oliveira (2011), que analisou a formação de professores da disciplina de História, na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Segundo Oliveira (2011), a instituição começou a funcionar no ano de 1951, tendo como idealizador e diretor o Padre Luciano José Cabral Duarte. Florencio (2012) analisa a criação da Faculdade Católica de Filosofia do Crato, instaurada no ano de 1959. Para a autora, convergem o pioneirismo no campo educacional da Igreja Católica bem como o fortalecimento da tradição educacional dos cidadãos.

dos teóricos que utilizamos. O desafio que tivemos parte de uma problemática central da teoria materialista do conhecimento: “[...] como conseguir que o pensamento, ao reproduzir espiritualmente a realidade, se mantenha à altura da totalidade concreta e não degenere em totalidade abstrata?” (Kosik, 1976, p, 48). Ou seja, como possibilitar a produção do conhecimento de uma totalidade concreta em totalidade abstrata?

O trabalho ambiciona responder às seguintes questões norteadoras: *O que motivou a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande na década de 1950? Que fatores (ou interesses) econômicos, políticos, sociais, educacionais ou institucionais justificam a fundação de uma instituição de ensino superior com esse perfil (Faculdade Católica de Filosofia?)*

Para buscar respostas a essas questões, definimos como objetivo geral desta investigação: analisar a fundação e organização da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande no período de 1954 a 1963.

Como objetivos específicos: i) Analisar os determinantes sociais, político-econômicos e educacionais que impulsionaram a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande em 1954; ii) Identificar os principais sujeitos responsáveis pela fundação da FCFCG e analisar sua atuação político-institucional; iii) Analisar a articulação entre a criação da Faculdade Católica de Filosofia e a atuação da Diocese de Campina Grande.

Foram fontes para essa pesquisa: o jornal *O Norte*<sup>6</sup>, no qual identificamos, por meio do descritor *Faculdade de Filosofia de Campina Grande*<sup>7</sup>, em buscas realizadas na *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional* (HDB-BN<sup>8</sup>), a terminologia que nos informou da vinculação da Faculdade com a Diocese de Campina Grande. A instituição apareceu como *Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande*. Esses enunciados despertaram o nosso interesse para questionarmos o porquê de termos encontrado esta alteração, podendo ter ou não

<sup>6</sup> O jornal *O Norte*, identificado como “um jornal a serviço da Paraíba”, era impresso em João Pessoa, capital do estado, na rua Duque de Caxias nº 319, pertencente à rede de Diários Associados. No período consultado, o diretor era Ivan Bichara Sobreira; o secretário, Geraldo Sobral de Lima; e o gerente, Júlio Guedes Corrêa Gondim. Suas assinaturas anual e semestral custavam Cr\$ 300,00 e Cr\$ 180,00, respectivamente. Também podiam ser comprados avulsos por Cr\$ 1,50 e/ou atrasado por Cr\$ 3,00. Comumente, os cadernos tinham 8 páginas, (sic) e reportavam notícias de todo o Estado. No caso de Campina Grande, havia um editorial intitulado “**Notícias de Campina Grande**”. Geralmente, as matérias acerca da Faculdade Católica de Filosofia estão nessa seção.

<sup>7</sup> A escolha por esse descritor se deu, inicialmente, porque no primeiro dado acerca desta faculdade, o jornal *Diário da Borborema* do ano de 1959, denominava a instituição como Faculdade de Filosofia de Campina Grande.

<sup>8</sup> Brasil e Nascimento (2020) revelam que muitos pesquisadores têm utilizado com frequência as ferramentas de busca da HDB-BN. Ainda na visão dos autores, “[...]essa ferramenta digital tem ampliado de maneira exponencial a possibilidade de fazermos novas perguntas e responder a elas com o auxílio dessa tecnologia” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 205).

relação com uma simples exclusão de termos. A investigação nos evidenciou, porém, que se tratou de ciclos da instituição, ou seja, mudanças de mantenedora e de orientação pedagógica.

Ainda em consulta na HDB-BN, identificamos que a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande (FCFCG) também foi noticiada em outros jornais, a exemplo dos pernambucanos do *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, além de outros de circulação nacional, a saber *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Jornal RJ* e *Diário da Noite*, todos do Rio de Janeiro. Também na Hemeroteca, tivemos acesso a um documento intitulado *Contadoria Geral da República*, de 1958, que apresentava balanços gerais de despesas da União para o Ministro da Fazenda, inclusive recursos destinados à Faculdade.

No que concerne aos arquivos consultados para esta investigação, destaco o Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, pertencente à Fundação Espaço Cultural (FUNESC) da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego/Paraíba. Nesse arquivo oficial do estado paraibano, podem ser identificados jornais, revistas, documentos e telegramas endereçados ao Governo do Estado da Paraíba, além de fotografias, entre outros, todos organizados por ano.

Ao realizarmos a busca no jornal *A União*<sup>9</sup>, órgão da imprensa oficial da Paraíba, no contexto histórico de nossa investigação, não nos deparamos com dados relevantes sobre o objeto em análise. Adicionalmente, os demais registros do acervo, cabe destacar – dentro da delimitação histórica –, não apresentaram conteúdo de relevo em relação ao objeto de nosso estudo.

Ainda na busca por documentos que auxiliassem nas análises, empreendemos uma pesquisa no acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida, da UEPB. Como o acervo dispõe de catálogos *online*, a investigação iniciou com uma consulta *online* nesse material, onde foi possível selecionar, de forma prévia, os documentos disponibilizados para consulta que foram produzidos dentro da delimitação histórica de nossa pesquisa. Com essas informações, solicitamos do acervo apenas os documentos que julgamos terem sido produzidos no contexto histórico da Faculdade.

Nossa opção foi de pesquisar o tema nas revistas e jornais paraibanos da década de 1950. Foram consultados, do acervo da Átila de Almeida, os jornais avulsos<sup>10</sup>: jornal *O Oião*, Volume 28; *Jornal de Campina*, volumes 48 e 201; *O Detetive*, volume 50; *A Gazeta da Borborema*, volume 56 G; *o Grêmio; Formação*, volume 56 H; *Semanário Oficial de Campina Grande*, volumes 177, 178, 179, 180 e 181; e *Disco Voador*, volume 281, todos impressos da Cidade de

---

<sup>9</sup> *A União* é um jornal oficial do estado paraibano, é editado na cidade de João Pessoa, desde 1893, sendo o o único jornal oficial ainda existente e em circulação no Brasil.

<sup>10</sup> Por serem documentos avulsos não se identifica a periodicidades destes. Não sendo possível identificar se estes eram produzidos e depois encerrados ou se não foi possível armazenar as diferentes edições.

Campina Grande produzidos na década em referência. Já as revistas consultadas no acervo foram: Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba, de 1954 e 1956, Volumes 1 e 3; e um documento avulso, intitulado “Regulamentação da Profissão dos Licenciados por Faculdade de Filosofia em 1960”.

Sobre o artefato jornal como fonte para a pesquisa histórica, salientamos que se refere a um aparelho limitado e carente de reflexões críticas. Sua abertura permite ver-se apenas uma faceta da realidade, não sendo, portanto, a realidade pronta e acabada, tampouco a verdade dos fatos, pois é um documento construído com intencionalidades. De acordo com Campos (2012, p. 65), “[...] pela leitura de jornais antigos conseguimos nos aproximar de projeções coletivas sobre um tempo de então, sobre atores e espaços dados em relação de anterioridade”.

A busca por fontes foi realizada durante toda a pesquisa, e o conhecimento do objeto de estudo foi gravemente afetado pela falta de memória documental. Ao longo desta jornada, visando à superação dessa dificuldade, buscamos vários espaços de pesquisa. Retornamos à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tentando identificar algum arquivo que guardasse a documentação das faculdades que foram incorporadas, primeiro à URNe e, em outro momento, à UEPB. Após várias conversas com os funcionários da Biblioteca Átila de Almeida, fomos aconselhados a consultar o Arquivo Central da UEPB, localizado no térreo do prédio da Reitoria da Instituição. Esse arquivo, entretanto, constituía-se, naquele momento, apenas de documentos relacionados ao início da UEPB, em 1966, incluindo fichas de funcionários aposentados e ativos. Alguns dos servidores desse arquivo mencionaram a perda de documentos quando a UEPB consolidou todos os seus cursos no novo prédio, a Central de Aulas, inaugurada em 2012.

Outros locais com certo potencial em nossa investigação foram: a Fundação Furne<sup>11</sup>, estabelecida após a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT) e a Associação Comercial de Campina Grande (ACCG). Nesses espaços, procuramos atas de reuniões que aconteceram durante o período de criação da FCFCG. Na FURNE, não obtivemos liberação até a finalização da escrita deste trabalho; quanto à ACCG, alguns funcionários e o ex-presidente nos informaram que esses arquivos não se encontravam mais na ACCG e sequer tinham informações de onde poderiam estar ou o que foi feito com tais documentos.

Por fim, identificamos a Fundação Edvaldo do Ó, que conhecemos por via da tese “Na trama do arquivo: a trajetória de Edvaldo de Souza do Ó (1929-1993)”, de Daniela Medeiros da Silva. Este trabalho faz parte do acervo pessoal do professor de Economia Edvaldo de Souza

---

<sup>11</sup> Criada em 11 de abril de 1966, a FURNE (Fundação da Universidade Regional do Nordeste) teve como objetivo garantir a manutenção da URNE (Universidade Regional do Nordeste), condição que se manteve até 1987, quando foi criada a UEPB. A FURNE foi transformada em Fundação de Apoio ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão, passando a exercer atividades de forma autônoma.

do Ó, um dos sujeitos importantes na história da educação superior na cidade de Campina Grande. Sua biblioteca, intitulada “Biblioteca Raimundo Asfora”, está localizada na Granja Solidão, no município de Lagoa Seca-PB, onde morou Edvaldo do Ó.

O espaço físico do arquivo foi arquitetado tanto para abrigar o acervo de livros do professor, um local de estudo e reflexão e produção de livros, quanto para preservar a história daquilo que acreditamos ele ter julgado ser relevante registrar. Para nós, Edvaldo do Ó preservou a história das instituições criadas em Campina Grande, sob sua ótica, acentuando de forma objetiva os espaços organizados para arquivar documentos. Esse registro possui, cremos, algo intencional, qual seja o desejo de preservar, pois, na Biblioteca, existem inúmeros documentos rascunhados, outros organizados e até mesmo reescritos em mais de uma ou duas cópias, ou seja, registros que vão sendo editados. Esses documentos variam de arquivos das entidades estudantis, livros caixas da UUC, atas de reuniões da UUC e da FUNDACT, arquivos e documentos da Politécnica – como regimento interno, jornais antigos, acervo fotográfico de eventos históricos da cidade e das Faculdades – e outros. Todos esses itens estão dispostos em caixas de madeira uniformes, adequadamente classificadas com o nome correspondente aos documentos contidos em cada uma delas.

Além disso, o arquivo contém armários com pastas das várias faculdades estabelecidas em Campina Grande, cada uma devidamente identificada. Muitas dessas pastas contêm breves resumos da história do processo de criação, datilografados pelo próprio professor Edvaldo do Ó. Muitos dos documentos encontrados estão dispersos em outras partes do acervo, que sofre com a intervenção do tempo. Considerando a vastidão de documentos, seria necessário um trabalho árduo de pesquisa e de catalogação desses documentos.

Com base nos nossos achados, elegemos como fontes para nossa pesquisa os arquivos da União Universitária Campinense (UUC), atas de reuniões da FUNDACT e outros históricos das Faculdades. além de alguns documentos produzidos pela Diocese de Campina Grande. Todos esses documentos foram fotografados e armazenados em meio digital para posterior análise.

No que concerne ao recorte temporal, estabelecemos partir de 1954, com base na notícia do jornal “*O Norte*” de 8 de janeiro de 1954, que descreveu a seguinte informação: “Teve início hoje, na Faculdade Católica de Filosofia desta cidade, o curso gratuito que se destina a preparar alunos para o curso de admissão” (O Norte, 1954, p. 3). Com base neste breve fragmento, é possível inferir que, para que o curso de formação para admissão na Faculdade pudesse ter início, era necessário que a Faculdade já existisse. Ou seja, nesse momento da manchete, a Faculdade já estava estabelecida. Esse fato até nos levaria a considerar o ano de 1953 como delimitação inicial da pesquisa, porém esta é a primeira fonte que menciona a Faculdade

Católica de Filosofia com essa nomenclatura bem como aponta para o entendimento de seu funcionamento.

É relevante ressaltar que estamos nos referindo a um contexto histórico em que Campina Grande tinha grandes expectativas em relação à criação de instituições de ensino superior. Neste sentido, os primeiros anos da década de 1950 foram caracterizados por movimentos estudantis, discursos políticos e matérias jornalísticas, todos com o intuito de conscientizar a sociedade sobre a necessidade de se estabelecerem escolas e instituições de ensino superior em Campina Grande, com a justificativa de acompanhar o desenvolvimento industrial e educacional que contagiava o País.

A edição do *Jornal de Campina*, de 17 de agosto de 1952, apresenta um exemplo do processo de sensibilização da sociedade campinense a partir da divulgação de matérias nos jornais. O artigo do periódico tem como título “José Américo<sup>12</sup> apoia a primeira Escola Superior de Campina Grande – Faculdade de Ciências Econômicas – Primeira Universidade do Interior do Nordeste – Filosofia – Arquitetura – Odontologia” (*Jornal de Campina*, 1952, p. 1). O desenvolvimento da matéria expressa um tom de orgulho local, destacando-se, naquele momento inicial, como mentores da concretização do ideário do ensino superior: Edvaldo de Souza do Ó, o professor Severino Loureiro e a União Universitária Campinense<sup>13</sup>.

Esses sujeitos foram importantes para a pesquisa e apareceram nos desdobramentos do ideário do ensino superior no município. A manchete a que estamos nos referindo, do *Jornal de Campina*, também menciona um telegrama enviado por Edvaldo do Ó ao então governador José Américo, correspondência na qual aquele indicava que, com o eu apoio deste último, a Universidade em Campina Grande se tornaria realidade no ano de 1954. Conforme a obra *História Eclesiástica de Campina Grande* (1964), “No Governo Diocesano de Dom Anselmo Pietrula e com sua aprovação e orientação, foi fundada a Faculdade de Filosofia em 1954” (Uchôa, 1964, p. 252).

Com essas considerações destacadas a partir das fontes consultadas, indicamos, em nossa análise, o ano de 1954 como um marco histórico inicial e, possivelmente, mais confiável para se estabelecer o recorte do estudo. E no que concerne ao final desse recorte, 1963 é estabelecido em decorrência do Decreto nº 52.293/63, que dispõe sobre a denominação e

---

<sup>12</sup> Foi um escritor e político brasileiro, ocupou cargos de ministro no governo de Getúlio Vargas e, em 1945, foi eleito senador da Paraíba. De 1951 a 1956, foi governador da Paraíba; durante seu mandato, fundou a Universidade Federal da Paraíba, sendo seu primeiro reitor.

<sup>13</sup> Entidade criada em 22 de abril 1952 por estudantes campinenses, com o objetivo de ser, nas palavras da própria entidade, um órgão de classe universitária, legalmente autorizada para a defesa dos direitos, interesses sociais e culturais, bem como para a promover ações no sentido de estabelecer, em Campina Grande, escolas de ensino superior.

manutenção do referido estabelecimento de ensino, alterando sua instituição mantenedora e nomenclatura, passando a ser mantida pela Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), entidade fundada em dezembro de 1957, passando a ser denominada: Faculdade de Filosofia de Campina Grande.

Esta investigação, portanto, aborda a criação e organização da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, a qual, em seus nove primeiros anos, foi mantida pela Diocese de Campina Grande. No decorrer do texto, fazemos algumas referências aos primeiros dois meses de 1964, uma vez que as relações sociais e, por conseguinte, as transformações históricas ocorrem em atos contínuos e descontínuos, tornando-se impossível estabelecer, rigidamente, momentos exatos quando as relações se encerrem. Ainda assim e como já mencionado, escolhemos o recorte de 1963 como delimitação final, tendo em vista a questão institucional de mudança de mantenedora, mas com a prudência de evitar incorrer no contexto histórico brasileiro de 1964, quando da incursão da ditadura empresarial-militar, pois isso provocaria fácil alargamento, demandando outras análises e outros aprofundamentos.

Traçar esse percurso investigativo significou, portanto, compreender a trajetória histórica do município de Campina Grande, incluindo sua economia, cultura e política, visando entender os motivos que levaram à criação da Faculdade Católica de Filosofia, dado que a sociedade campinense, entre 1954 e 1963, era guiada por um ideal de modernidade que se manifestava desde seu período econômico mais próspero – com o algodão como destaque na exportação, conforme aponta Agra do Ó (2006).

Cabral Filho (2010, p. 262) diz que, “[...] entre os anos 1930 e 1950 em que, graças ao comércio do algodão, a cidade experimentou um considerável crescimento econômico, nos deparamos com objetos e acontecimentos que nos dão a conhecer mudanças significativas no cotidiano desta sociedade”.

A Faculdade se dedicou principalmente às áreas das humanidades, à formação de professores. É importante mencionar que a Escola Politécnica, mantida pelo Governo do Estado da Paraíba, focada na engenharia, foi a primeira instituição de ensino superior em Campina Grande, fundada em 1952, e, portanto, ao que nos parece, mais alinhada com a visão de progresso e desenvolvimento.

A partir desta dimensão, entendemos que o estudo das instituições escolares pode representar um campo de múltiplas possibilidades. De acordo com Nosella e Buffa (2013), ao pesquisar nessa perspectiva, é possível identificar aspectos relacionados à criação das instituições de ensino, aos profissionais, aos alunos, entre outros. Em outras palavras, há uma vasta gama de situações sociais que podem ser destacadas a partir da análise de uma instituição educativa, pois as escolas refletem a sociedade.

Ainda discorrendo acerca do estudo de instituições escolares ou educativas, Sanfelice (2021) diz que:

No interior das instituições há um quebra-cabeças a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relação de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas ali se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulta uma identidade (Sanfelice 2021, p. 77).

Segundo o autor, a pesquisa histórica que apresente resultados significativos acerca da identidade de uma instituição escolar ou educativa solicita do pesquisador aprofundar-se tanto no objeto quanto nas questões que estão a sua volta, uma vez que: “[...] As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional” (Sanfelice, 2021, p. 78-79). Assim, para compreendermos uma instituição, é necessário levar em consideração o contexto histórico que a originou e a moldou. Ter essa perspectiva ao pesquisar uma instituição, seja ela escolar ou educacional, é fundamental.

A partir da teoria, do materialismo histórico dialético, que utilizamos para a reprodução do movimento real do objeto de estudo, extraímos as categorias de análise, ou seja, nós não elencamos as categorias de forma independente do objeto, elas são ontológicas da forma de ser do objeto. As categorias nos ajudam, portanto, a apreender as determinações que constituem o movimento do objeto de estudo e possibilitam a análise da concreticidade.

Assim sendo, a pesquisa precisa superar a aparência imediata, embora, ao mesmo tempo, devendo tê-la como ponto de partida. As respostas imediatas, que por vezes elaboramos, tendo como referência uma apreciação ingênua e distante da realidade do objeto de estudo, pode ser definido como aparência. Assim, as análises que orientam a construção do objeto com base na referência dos elementos constitutivos exigem, em composição com o método, superar a realidade aparente.

O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de *destruir* a aparente independência do mundo dos contactos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real (Kosik, 1976, p. 16, destaque do autor).

As categorias de análise com as quais procuramos conduzir a investigação são: **historicidade**, **totalidade** e **mediação**. Já as categorias conceituais que se impuseram a partir da análise são as seguintes: **Sociedade Civil** (Gramsci, 2022); **Desenvolvimentismo** e **Faculdade de Filosofia Ciências e Letras**.

Acerca das categorias, Kosík (1976, p. 170, destaque do autor) afirma que “[...] são ‘formas de ser’, ‘determinações existenciais’ do sujeito social, o *ser* social se revela na sua análise e sistematização dialética”.

Sobre a categoria da **historicidade**, a natureza do referencial teórico nos permitiu analisar, de forma crítica, o objeto de estudo, compreendê-lo em sua totalidade e oferecer uma análise das relações, mostrando que tal análise reflete a dimensão da historicidade. Esta historicidade é uma consciência plena das contradições, que, por sua vez, se manifesta como conhecimento e orienta nossa ação (Gramsci, 2022).

Sob este viés, ao ser necessário identificar o que foram as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras bem como analisar o contexto histórico, social e político da cidade de Campina Grande, na década de 1950, e ainda buscar as articulações desempenhadas pela União Universitária Campinense em prol da criação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, percorremos um processo histórico concebido de relações sociais que nos aproximaram do objeto de estudo, permitindo enxergar sua criação e organização ao longo da história.

A categoria **totalidade** é um dos conceitos dialéticos de análise mais importantes que utilizamos neste trabalho – houve uma exigência metodológica que tencionou dizer o que é esta realidade do objeto de estudo. Ou seja, trata-se de um princípio epistemológico de conhecimento da realidade que significa, a “[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (Kosík, 1976, p. 35). A categoria nos possibilitou, portanto, por meio das análises documentais, nos aproximar das relações do objeto de estudo e do movimento da realidade social ao longo do processo histórico que envolveu este estudo, não se tratando, então, de algo imóvel, e, sim, em movimento, assim como se eu com as forças sociais e políticas que tiveram relação com a criação da Faculdade.

A **mediação** nos ajudou a captar o fenômeno no conjunto de relações fomentadas na realidade. Fizemos uso desta categoria para compreender a articulação do particular e do geral, buscando quais os fenômenos que estas relações desencadearam na sociedade campinense no contexto histórico do objeto de estudo. O entendimento do processo de criação e organização da FCFCG requereu a percepção das relações do cotidiano social de Campina Grande, levantando quais as mediações políticas e sociais estiveram presentes. Apoiamo-nos em Cury

(1985, p. 43), portanto, para quem “[...] a história é o mundo das mediações. E a história, enquanto movimento do próprio real, implica o movimento das mediações”.

Com o conceito de **Sociedade Civil**, percebemos que havia, em Campina Grande, na delimitação histórica do objeto, uma atividade econômica relevante – traço característico dessa categoria (Gramsci, 2022). Como estratégia dos grupos hegemônicos dessa sociedade, para manter sua autonomia econômica e representatividade política, idealizou-se uma perspectiva de desenvolvimento, coadunada à criação de instituições de Ensino Superior (Aleixo, 2018).

Já o conceito de **Desenvolvimentismo** nos reporta a uma característica do contexto não só nacional mas também global também, entendendo este período como de forte crescimento da industrialização e da economia; as relações da sociedade campinense compreendem parte do contexto histórico no qual a referida Faculdade foi criada. Articula-se essa categoria com o período em que a cidade se voltava para o estabelecimento de instituições de ensino superior como demandas específicas da indústria local. Nesse contexto, destacamos, por exemplo, a FUNDACT, fundação criada para fomentar a ciência e a tecnologia em Campina Grande e que, num dado momento histórico da FCFCG, se torna sua mantenedora.

Também fazemos uso das análises de Florestan Fernandes (1966), para tratar do conceito das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, no sentido de entendermos a estrutura e a organização dessas instituições, a partir da USP, a qual se torna, de certo modo, um modelo para a constituição de outras Faculdades voltadas para as humanidades. No desenvolver do texto, trazemos a legislação para entendermos as finalidades de tais instituições.

Realizadas essas primeiras delimitações, buscamos também identificar, na literatura acadêmica, dados que nos ajudassem a analisar o objeto e, quiçá, nos aprofundarmos com mais vigor do contexto investigado. Para tanto, realizamos buscas no Banco de Teses e Dissertações da Capes, optando pelo descritor: *Campina Grande – PB*, com a intenção de obter uma visão geral das produções desse repositório. Dessa forma, fomos selecionando os textos que julgamos estabelecerem relações com a pesquisa e com o campo em que o objeto de estudo está inserido, além da concordância com o contexto histórico de análise e as questões sociais e educacionais que se cruzam nessa jornada.

Nessa busca, foi possível encontrar assuntos que versam sobre a chegada da energia elétrica em Campina Grande, sobre a educação profissional, a formação de professoras, as reformas urbanas e sobre modernidade pedagógica. Tais estudos compõem parte de um panorama de complexas transformações sociais. Cada pesquisa alojada no BTDC se delimitou, portanto, a uma especificidade da história campinense que foi analisada a partir de um problema do pesquisador, conforme uma lente teórica, percebendo que não se trata, desse modo, da realidade, mas sim de uma aproximação com o concreto.

As seções desta dissertação foram organizadas de forma a estruturarem o proposto nos seus objetivos, de modo a tentar responder a nossa questão: *O que motivou a criação, fundação e organização da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande no período de 1954 a 1963?* Assim, na primeira seção, apresentamos a fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande em 1954. Os tópicos exibem uma visão abrangente da instituição, sob uma perspectiva histórica e considerando seu contexto local e nacional, estabelecendo diálogo com outras produções acadêmicas. Além disso, abordamos o processo de implementação do ensino superior em Campina Grande, durante a década de 1950, o que nos permitiu compreender historicamente esse processo, destacando as instituições criadas e seus respectivos contextos. Exploramos a relação com os sujeitos envolvidos na pesquisa, como os grupos dirigentes da sociedade campinense. Analisamos as medidas legais relacionadas à fundação bem como sua repercussão, nos (e pelos) jornais impressos da época, das movimentações em prol da criação de instituições de ensino superior, bem como analisando as representações veiculadas pelos discursos jornalísticos.

Na segunda seção, abordamos os aspectos relacionados à estrutura e organização da faculdade, enfocando a atuação da Diocese de Campina Grande na fundação da instituição, sua organização e estrutura nos primeiros anos de administração bem como os desafios enfrentados para garantir seu adequado funcionamento, incluindo suporte técnico, estrutural e institucional. Nessa seção, analisamos o processo de crise financeira que levou à mudança da entidade mantenedora, fornecendo uma visão abrangente das dificuldades financeiras enfrentadas pela instituição. Cabe destacar que as humanidades também configuraram um cenário de disputas hegemônicas. Discorremos, portanto, acerca desse processo de transferência da instituição sob a administração da Diocese para a FUNDACT.

Na terceira seção, propomos uma interpretação e avaliação dos documentos históricos, buscando compreender as mudanças e continuidades da instituição de ensino superior. Além disso, propomos uma discussão sobre o papel e a relevância das humanidades, convidando à reflexão sobre o lugar desse conhecimento na sociedade, numa conjuntura de clara hegemonia no uso e priorização das tecnologias.

Por fim, nas Considerações Finais, buscamos realizar uma análise mais ampla do desenvolvimento da pesquisa. Além disso, indicamos algumas das dificuldades enfrentadas durante a investigação, ressaltando aspectos que não foram possíveis de alcançar bem como nossa dificuldade de acesso a algumas fontes que nos trouxessem maior esclarecimento acerca das questões suscitadas durante a pesquisa.

## **1 A CRIAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CAMPINA GRANDE (1954)**

Ao propor a elaboração de um estudo acerca da FCFCG, nos deparamos com uma instituição que faz parte da história do ensino superior no município de Campina Grande, porém pouco conhecida pelos campinenses. Alguns estudos que abordam a temática da história da educação na década de 1950 em Campina Grande, ou tratam do ensino superior, chegam a mencionar brevemente a existência da Faculdade, mas não se aprofundam em sua fundação nem exploram além do nome da instituição.

Em certa medida, isto nos instigou a produzir esta dissertação, com o intuito de contribuir com a preservação histórica-educacional da Faculdade. Durante a investigação, identificamos que a composição desta instituição pode configurar o início do ensino superior na cidade de Campina Grande. Esse primeiro percurso investigativo se caracteriza, portanto, como profícuo à continuidade de estudos, tanto na dimensão de aprofundar as pesquisas acerca da FCFCG como em relação a outras Faculdades<sup>14</sup> criadas na cidade na década de 1950 e que carecem de maiores estudos.

Apesar de termos tido algumas restrições, nosso percurso metodológico almejou desenvolver análises que estão relacionadas à cidade, formação econômica e educação, no sentido de produzir conhecimento, por meio da recomposição histórica do objeto de estudo selecionado. Tais restrições dizem respeito a uma das adversidades da pesquisa em história, ou seja, a não possibilidade de analisar o objeto em sua dimensão real, mas apenas por meio dos registros e documentos que foram preservados e/ou guardados e ainda os que nos foram possíveis consultar e posteriormente analisar.

Para a realização deste trabalho, foi preciso seguir o caminho histórico de Campina Grande, estabelecer vínculos com o contexto nacional e fazer relações com estudos já realizados. Isto é, algumas das pesquisas acadêmicas que foram trazidas para discussão e análise desta dissertação têm a cidade como objeto ou campo de pesquisa. Esse processo metodológico foi significativo para compreendermos que a instituição educacional não existe isoladamente, ou seja, ela carrega características da sociedade em que esteve inserida.

Esta seção evidencia aspectos históricos da cidade de Campina Grande, pois, tais elementos nos auxiliaram a compreender o objeto de estudo – a FCFCG –, a partir das idas e

---

<sup>14</sup> A criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande ocorreu em 8 de outubro de 1957. A Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, criada pela Lei Municipal n° 512, de 1 de julho de 1955. A Escola Politécnica foi a pioneira no campo do ensino superior em Campina Grande. Sua criação é de 6 de outubro de 1952, mediante Lei n° 792.

vindas da pesquisa, a própria constituição do objeto, desde sua concepção até seu funcionamento. Destacamos que parte dos estudos identificados na investigação, nos campos históricos, econômicos, culturais, educacionais ou de outra natureza abordam aspectos com características semelhantes entre si, no que concerne a descrever Campina Grande como "Grande", expressando um orgulho pelos eventos históricos do município. Em outras palavras, os conteúdos das demais pesquisas, como do contexto de criação da FCFCG, apresentam um grande teor de ufanismo. Em nossa análise, não pretendemos fazer depreciação ou diminuição da qualidade dos trabalhos acadêmicos, das manchetes e reportagens, uma vez que devemos admitir que nossa escrita também pode ocasionalmente se inclinar para esse viés envaidecido.

### **1.1 As Faculdades de Filosofia no Brasil – contexto histórico**

Estudar o ensino superior no Brasil pressupõe uma retomada ao que se constituiu as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, por conseguinte, sua retomada, o entendimento acerca do que foi a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.

Foi-nos importante retomar e compreender a constituição das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras no Brasil, procedimento que se tornou mais responsivo à medida que as fontes, por nós, consultadas evidenciaram que a FCFCG também se constituiu como uma Faculdade para lecionar os cursos de letras neo-latinas e anglo-germânicas. Identificar algumas marcas já analisadas acerca das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) se caracterizou como um dos objetivos investigativos desta dissertação.

O marco inicial de criação de instituições da natureza da FCCL é identificado em 1934, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Conforme o histórico da Universidade de São Paulo (USP), a FFCL-SP “[...] foi calcada no modelo europeu marcado por humanismo e progressismo e pela abertura de espaço para as ciências humanas a partir de uma formação fortemente filosófica” (USP, 1998, s/p). De acordo com Fernandes (1966), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP tinha como finalidades

*a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário, normal e superior; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem o objeto do seu ensino (Fernandes, 1966, p. 217).*

Ainda para o autor, essas finalidades dispunham para a Faculdade o trabalho simultâneo em dois campos distintos, mas que necessitavam um do outro, isto é, o ensino e a pesquisa. Na concepção de Fernandes (1966, p. 218), o ensino e a pesquisa condiziam com a “[...] formação

de especialistas em diferentes campos de atividades intelectuais (função didática propriamente dita); e o desenvolvimento de ramos do saber nela ensinados (função criadora da pesquisa científica, literária, pedagógica ou filosófica)”. Neste sentido, a organização da FFCL não só se distanciava do modelo de escolas de ensino superior no Brasil como tornava complexa sua organização, por se tratar de um modelo de ensino que associava a pesquisa ao ensino.

A partir dessa mudança da FFCL em relação às escolas de ensino superior, Fernandes (1966) observa que há um crescimento no que diz respeito à procura dessas instituições. Ao tentar traçar esse crescimento, identificamos, em nosso levantamento, outras produções que investigaram Faculdades Católicas de Filosofia ou Faculdades de Filosofia. A pesquisa foi realizada no Banco de Teses e Dissertações da Capes, considerando as produções do decênio 2013 a 2023.

Fernandes (1966) discute, a partir dos anos de 1950, um crescimento no número de Faculdades. Entre as dissertações por nós encontradas, identificamos, entre os recortes históricos, os anos de 1941 até 1968. Os textos dissertativos desse período discutem, de alguma forma, as Faculdades de Filosofia.

Em Sergipe, Oliveira (2011) buscou analisar, analisando as disciplinas ofertadas na Faculdade Católica de Filosofia, os saberes docentes presentes na formação de professores para o curso de História. Dentre os aspectos que circundam a criação dessa instituição, o autor analisa o pioneirismo na oferta do curso acadêmico de História e a estratégia do campo religioso quando de sua fundação. Começando suas atividades em um prédio cedido, a Faculdade iniciou suas atividades no ano de 1951.

A Faculdade inicialmente ocupou o espaço físico cedido pela Congregação das Religiosas do Santíssimo Sacramento, situado na rua Itabaianinha, no 586, das 18 horas as 22 horas e 30 minutos localizada no centro da cidade de Aracaju-SE, tendo como O Seu primeiro diretor, Padre Luciano José Cabral Duarte (Oliveira, 2011, p. 22, sic).

Conforme as descrições do autor, no ano anterior ao seu funcionamento efetivo – 1950 –, a Faculdade recebeu a visita do inspetor Federal do Ministério da Educação, autoridade que definiu algumas prioridades. Entre as providências a serem realizadas para o funcionamento efetivo da instituição estavam a divulgação nos jornais e a solicitação de subvenções para a Faculdade. O Estado comprometeu-se com o financiamento de Cr\$100.000 (cem mil cruzeiros). Após tais acertos, foi enviado para o diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação do Rio de Janeiro – Jurandir Lodi – o processo que solicitava, junto ao Conselho Federal de Educação, autorização de funcionamento da Faculdade. As demais prerrogativas de divulgação nos jornais sergipanos foram realizadas periodicamente.

Ao situar a criação da Faculdade de Filosofia do Crato-CE, em 1959, Florencio (2012) objetivou analisar como essa instituição contribuiu para criação de uma imagem social e cidadina voltada para o desenvolvimento e modernidade. Para a autora, outros aparelhos de hegemonia auxiliaram a transformação da cidade, a saber a Igreja Católica. Assim, com ideais intelectuais unificados, Estado e Igreja possuíam “[...] uma vasta produção intelectual que tinham como intenção construir uma produção sobre a cidade do Crato dentro de uma tradição heroica[sic] e letrada” (Florencio, 2012, p. 64, sic).

Sobre a primeira Faculdade de Filosofia da Bahia, em 1941, Silva (2014), por exemplo, analisou sua criação, constatando que, quando da instauração bem como do funcionamento dessa instituição, estavam presentes sujeitos da elite social e intelectual baiana. Segundo a autora, além de participarem da composição da Faculdade, essas personalidades também exerciam cargos políticos nessa sociedade.

Em um contexto mais amplo, mas que não difere da nossa análise, pois apresenta algumas semelhanças com nosso estudo, Rodrigues (2015) constata que a Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul-RS, foi criada por um Decreto Curial em julho de 1959 e iniciou suas atividades em 1960, sendo mantida, de forma autônoma, pela Mitra Diocesana local até 1967. A criação dessa instituição circundou interesses locais, tanto que

lideranças da cidade se uniram e o Bispo Diocesano acatou e liderou o desafio. O Ensino Secundário qualificava a mão de obra para as empresas locais, atendendo indústrias, comércio e serviços. A Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul surgiu a partir dessa união de forças e da intenção do Bispo Dom Benedito Zorzi de que a cidade tivesse instalado o Ensino Superior. (Rodrigues, 2015, p. 71).

Também em Sergipe, mas com a perspectiva de analisar as percepções dos egressos, Santos (2019) entrevistou alunos oriundos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Segundo a autora, o Ginásio foi uma instituição criada para servir como campo de estágio e de experimentação pedagógica, para a Faculdade Católica de Filosofia desse Estado. Concordando com a produção de Oliveira (2011), a autora demonstra que a Faculdade sergipana possuía forte intermédio nas relações sociais e políticas, sendo considerada um local de formação intelectual e de crescimento para a cidade.

Na conjuntura regional, dentro do mesmo período histórico do nosso estudo, é possível constatar a criação de outras Faculdades de Filosofias. O outro aspecto em comum ao período é que essas instituições ou estavam de certa maneira vinculadas à Igreja Católica ou funcionavam sob seu intermédio. Desse modo, nosso objeto pode ser entendido dentro de um movimento de expansão do ensino superior, fomentado pela elite social, pela religião e por

vezes com movimentos muito semelhantes aos que identificamos até o presente momento, isto é, engrossados pela divulgação nos jornais, trâmites com o Conselho Federal de Educação e com o MEC, participação da sociedade letrada na composição dessas instituições e influenciado pelo período histórico que ratifica a intencionalidade educacional. Vê-se, portanto, ao analisar a FCFCG contemplamos uma especificidade da história educacional e política local, mas que está envolvida com dimensões mais amplas.

Moura (2016) identifica o projeto de criação da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, localizada em Limoeiro-CE, como conduzido pela Diocese de Fortaleza-CE, liderada pelo bispo do qual a faculdade herdou o nome, junto à elite limoeirense. As investigações da autora buscaram analisar a criação dessa instituição durante o contexto histórico da ditadura militar. Conforme as suas análises, foi possível constatar que a Igreja Católica em Limoeiro do Norte contribuía com as políticas educacionais e as práticas de controle, ordem social e conservadorismo, por meio do ensino superior. Além da Faculdade, outras instituições educativas foram criadas com intermédio da Igreja, na pessoa de Dom Aureliano Matos, com apoio da elite local, ampliando a concentração do conservadorismo nessa sociedade.

O aspecto suscitado, até o momento de construção desta escrita, em relação à expansão do ensino superior no Nordeste, coaduna com a concepção de desenvolvimentismo nacional e de ênfase ao movimento empresarial. Desse modo, em diferentes localidades, e por delineamentos particulares, observamos intencionalidades comuns na criação e manutenção do ensino superior, ligadas às Faculdades de Filosofia. Os estudos identificados, por nós, comprovam a teoria de que essas instituições eram criadas pela elite e eram consumidas por elas, fosse na intencionalidade da formação de professores ou na efetivação de suas matrículas. Tal movimento pode ser considerado como um crescimento dualista, onde apenas uma parcela da sociedade é beneficiada com o ensino superior.

Durante a investigação, não identificamos estudos que tratassem da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, logo este objeto possui ainda inúmeras questões investigativas. A princípio podemos inferir que, assim como as demais Faculdades mencionadas, a FCFCG foi criada dentro do movimento de expansão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras analisado por Fernandes (1966).

## 1.2 O desenvolvimento campinense e as prerrogativas para o ensino superior na década de 1950

Durante a investigação para esta pesquisa, encontramos documentos que revelaram a percepção da maioria dos habitantes de Campina Grande – a ideia de que conhecemos uma cidade favorável ao progresso e ou nela habitamos.

Nesses documentos, que datam da década de 1950, os registros a essa afirmação são evidentes. Relata-se o crescimento econômico de Campina Grande e a possibilidade de se crescer cada vez mais, distanciando-a da condição de atraso à qual o Nordeste era condicionado (Agra do Ó, 2006).

É importante salientar o contexto histórico-econômico campinense, marcado por um processo de industrialização no país, decorrente de uma estratégia política de ampliação da produção industrial nacional. Esse período histórico, Nacional-desenvolvimentismo, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), ganhou uma nova estratégia governamental, cujo movimento tinha como objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico, de forma acelerada, buscando avanços na industrialização, a fim de superar o atraso econômico que assolava o país.

Tendo como base os acontecimentos desencadeados no Brasil após a Revolução de 1930, durante os quase dois decênios de governo de Getúlio Vargas, identificamos, em alguns estudos, que as políticas implementadas nesse período foram responsáveis por um significativo avanço no desenvolvimento nacional. Segundo Saviani Filho:

Vargas é o construtor do moderno Estado brasileiro. Além de ser o líder da transformação de uma economia agrária exportadora voltada para fora em outra industrializada e voltada para dentro, ele criou instituições que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do país. A Consolidação das Leis do Trabalho ainda é o arcabouço geral de regulação das relações de trabalho; sem mencionar o salário mínimo; a ampliação do crédito agrícola via programas do governo federal e de carteiras do Banco do Brasil; a criação do BNDES, que ainda financia boa parte dos investimentos na indústria e na infraestrutura; a criação das companhias Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional (ambas em 1942) e da Petrobrás (em 1954) (Saviani Filho, 2013, p. 856).

Esse processo de industrialização do país modificou a dinâmica social. Essa análise é feita a partir dos anos de 1960, quando “[...] é possível perceber que, no referido período, o processo de urbanização e industrialização avançou celeremente com base no modelo de ‘substituição de importações’” (Saviani, 2013, p. 191).

Identificar o progresso da indústria pressupõe entender a perspectiva de desenvolvimento de cada região, que teve, então, que buscar as melhores estratégias para

acompanhar essa evolução. Nesse processo de desenvolvimento do capitalismo, se percebe também em Campina Grande um “[...] deslocamento do eixo da vida societária do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, ocorrendo, inclusive, um progressivo processo de urbanização do campo e industrialização da agricultura” (Saviani, 2013, p. 191).

Em suma, quanto mais indústrias, maior o fluxo de capital circulando nos Estados e Municípios, resultando em um aumento das oportunidades de emprego, do tamanho das populações, do comércio e assim por diante. Consequentemente, a economia local obtivera impulso, proporcionando às indústrias e ao comércio maiores possibilidades de executar transações comerciais com outros países, estados e municípios, ou seja, obtendo reconhecimento em âmbito internacional, nacional e regional. Ainda assim, cabe mencionar as produções originadas a partir desse crescimento, isto é, aumento da população marginalizada, no aspecto de estar excluído da sociedade, causando, em Campina Grande, problemas sociais, como moradias insalubres (Agra do Ó, 2006).

Este foi um movimento da sociedade campinense – embora se acentuasse o crescimento industrial, apresentavam-se altos níveis de degradação social. Conforme Agra do Ó (2006), existia uma mescla de hábitos, e isso pode ser afirmado, considerando que “[...] os índices que definiam Campina Grande como uma ponta de lança na região (e no país, diriam alguns) quase que desapareciam quando se descobria, por exemplo, que aqui mais de mil crianças morriam por ano.” (p.52/53). Dessa forma, nesse espaço aconteciam reciprocamente fatos em justaposição, uma vez que, durante esse período da década 1950, Campina Grande se sobressaiu na instalação de indústrias, garantindo-lhe o lugar de sede da criação da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP)<sup>15</sup>.

Segundo Gramsci (1989), o progresso é uma ideologia, que não se apreende como conceito ou concepção filosófica. Assim, o “[...] ‘progresso’ depende de uma determinada mentalidade, de cuja constituição participam certos elementos culturais historicamente determinados” (Gramsci, 1989, p. 44). Acrescentamos ainda que o progresso estabelece uma forma específica para determinar sua valoração, quantitativa e qualitativa, sempre mais e melhor.

Ainda em conformidade com o autor,

É indubitável que o progresso foi uma ideologia democrática, bem como é também indubitável que tenha servido politicamente na formação dos modernos estados constitucionais, etc. Igualmente é incontestável que ela hoje

---

<sup>15</sup> Fundada em 1949 na então cidade mais populosa e com a maior economia do Estado da Paraíba, a FIEP é a única das Federações das Indústrias cuja sede não fica na Capital do Estado. Em 1951, é filiada à Confederação Nacional da Indústria.

já não mais está em seu auge. Mas em que sentido? Não no sentido de que se tenha perdido a fé na possibilidade de dominar racionalmente a natureza e o acaso, mas no sentido “democrático”; ou seja, no de que os “portadores” oficiais do progresso tornaram-se incapazes deste domínio, já que suscitaram forças destruidoras atuais tão perigosas e angustiantes quanto as do passado (hoje “socialmente” esquecidas, mas não por todos os elementos sociais, já que os camponeses continuam a não compreender o “progresso”, isto é, acreditam estar – e o estão realmente em grande medida – sob o domínio das forças naturais e do acaso, conservando portanto uma mentalidade “mágica”, medieval, “religiosa”) (Gramsci, 1989, p. 45, sic).

É neste sentido que entendemos a perspectiva do progresso e o ampliamos ao desenvolvimento em Campina Grande, como a construção de uma ideologia, modelos determinados por grupos dirigentes que difundiam e lucravam com a ideia de progresso e desenvolvimento. Também são estes idealizadores que determinavam se haveria avanços ou rupturas com o progresso, ou seja “[...] a crise da ideia do progresso, portanto, não é uma crise da ideia em si, mas uma crise dos portadores desta ideia, os quais se tornaram eles mesmos, uma ‘natureza’ que deve ser dominada” (Gramsci, 1989, p. 45).

As primeiras mobilizações almejando a criação de instituições de ensino superior em Campina Grande remontam aos primeiros anos de 1950. Nesse período, o país vivenciava um intenso movimento de criação de Escolas Superiores, Faculdades de Filosofia e Universidades. Os jornais locais<sup>16</sup> divulgavam notícias que Campina Grande também se empenhava para não ficar à margem desse desenvolvimento educacional. Dessa forma, como ocorria com o processo de industrialização, a educação também passou a ser evidenciada como necessária ao crescimento e desenvolvimento econômico.

A título de exemplo, na década de 1930, Campina Grande possuía apenas três escolas que ofereciam ensino secundário, todas particulares: Instituto Pedagógico<sup>17</sup> Colégio Diocesano Pio XI e Colégio Imaculada Conceição (Damas). O primeiro foi criado em 1919 e os outros dois em 1931. Em 1950, permanecem estas mesmas escolas para as demandas da educação secundária em Campina Grande, uma vez que o Colégio Estadual de Campina Grande (Prata) só foi criado em 1952. São, portanto, vinte e um anos de oferta de educação particular, isto é, sem preocupações com os demais habitantes que não possuíam condições financeiras de estudar.

A educação só ganhará algum destaque no discurso político, em Campina Grande, a partir da campanha eleitoral de 1959. De acordo com Agra do Ó (2006), na candidatura de

---

<sup>16</sup> Jornal de Campina de 1952, Rua Peregrino de Carvalho, n°23 Campina Grande – PB; O Planalto, Semanário oficial; O Grêmio – Órgão oficial do diretório estudantil DOC.E. de Campina Grande.

<sup>17</sup> Colégio Alfredo Dantas.

Newton Rique<sup>18</sup>, que suscitou algumas necessidades como a educação, “Aprender a ler e a escrever se transfigura aí em aprender a ser, o que resultaria na preocupação absolutamente moderna em escolarizar, em procurar formas sistemáticas de *transmissão* de conhecimentos” (Agra do Ó, 2006, p. 100).

O movimento da educação superior no contexto estadual era refletido em Campina Grande e em João Pessoa como uma disputa de anos, pois a quantidade de instituições educacionais nas cidades inferia uma posição mais destacada na Paraíba. A capital, João Pessoa, estabeleceu a sua primeira instituição de ensino superior em 1947 com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas; em 1949 é criada a Faculdade de Filosofia (FAFI). Dessa forma, para a implementação do ensino superior em Campina Grande, seria necessário que as classes dirigentes e as entidades estudantis que representavam os universitários exercessem pressão sobre o governo estadual. Essa afirmativa aparece em nossa análise a partir da descrição pessoal elaborada por Souza do Ó (1986, p. 11):

Preocupado com as consequências que adviriam para Campina Grande, alijado pela administração estadual, no que concerne ao seu futuro universitário, convoquei a juventude acadêmica campinense, que estudava em Recife e João Pessoa, para criação de uma entidade que gerisse os primeiros passos para a fundação de instituições de ensino superior na cidade.

Conforme a citação, existiam em Campina Grande universitários que estudavam em outros municípios ou estados, o que nos permite deduzir que eram pessoas com algum poder econômico. Respaldados pelo que acreditavam ser um direcionamento de atendimento estadual propício para João Pessoa, os campinenses consideravam ser necessário compor em sua cidade as mesmas ou até mais edificações em sua cidade. Um acirramento local que perpassa gerações. Nesse contexto, quando se construía instituições de ensino em João Pessoa, alguns campinenses entendiam que era necessário o mesmo procedimento em Campina Grande.

Esse contexto histórico de criação de instituições de ensino superior em Campina Grande, passa, porém, por movimentos de desproporções no desenvolvimento econômico, tanto na condição local, com o aumento de moradores havia discrepância, quanto nas necessidades apontadas pelos “filhos campinenses<sup>19</sup>”, como já destacamos.

---

<sup>18</sup> A primeira campanha no município em que um candidato apresentou por escrito suas propostas de governo, causando assim um impacto na sociedade campinense. O manifesto de campanha intitulado “Revolução da Prosperidade” propôs para os eleitores a necessidade de uma revolução em vários aspectos da cidade. A campanha também trazia como proposta uma síntese do que seria esse governo, trabalhado no trinômio: educação, industrialização e alimentação. A eleição não foi favorável para Newton Rique, derrotado pelo deputado Severino Cabral.

<sup>19</sup> Termo utilizado por Souza do Ó (1986) para informar quanto à condição de que os moradores de Campina Grande eram os únicos preocupados com o desenvolvimento da cidade.

Aleixo (2018) analisou, na década de 1950, a posição do que ele define como os intelectuais de Campina Grande. Para o autor, estes sujeitos entendiam a necessidade de desenvolver o Nordeste, propondo o ensino superior como oportunidade de tirar a região da condição de subdesenvolvimento. O autor ressalta o forte crescimento industrial na região centro-sul do país. Os resultados de sua ação, obtidos a partir de vários seminários, realizados com o objetivo de abordar este tema e posteriormente divulgados na imprensa (jornal impresso), contribuíram para as pressões políticas de diferentes municípios do país sobre os estados (Aleixo, 2018).

Uma das características da tese de Aleixo (2018) é a compreensão, por parte desses intelectuais, do que seria o desenvolvimento do Nordeste. Para eles, seria por meio da implementação do ensino superior, “[...] assentado no binômio ‘ciência e técnica’, emerge aí enquanto mecanismo considerado capaz de reverter o ‘atraso histórico’ que caracterizaria a região nordeste” (Aleixo, 2018, p. 15, sic).

Há, portanto, uma relação da educação com o desenvolvimento: o ensino superior estabeleceria as formas de elevação cultural e intelectual, causando impactos diretos nas regiões subdesenvolvidas. Ainda, de acordo com Aleixo (2018, p. 76),

o debate acerca da instituição das escolas superiores em Campina Grande vai, paulatinamente, transformando-se de aspiração de uma entidade estudantil em “projeto” a ser idealizado e reivindicado por diversos segmentos da cidade, tais como os intelectuais, a imprensa e os políticos.

A posição defendida em Campina Grande, acerca da instauração do ensino superior tenciona ao desenvolvimento. Nas palavras de Aleixo (2018, p. 76), a instauração do ensino superior era “[...] condição de ‘verdadeira causa educacional’ que deveria aglutinar todos que se interessam pelo progresso/desenvolvimento regional”. Seria, então, pré-requisito para prováveis desenvolvimentos a instauração de instituições educacionais.

Aleixo (2018), destaca que o ensino superior, em Campina Grande, foi resultado de exigências exercidas para com o Estado. Desse modo, concordamos com Silva (2014), ao afirmar que as ações de criar instituições

fazem parte de um conjunto de interesses, e muitas vezes, reivindicações de diferentes instâncias sociais. Conjunto de interesses estes, reflexos de escolhas e disputas entre grupos políticos, econômicos e da sociedade para realizar determinado investimento público (Silva, 2014, p. 71, sic).

Ao considerarmos a criação da FCFCG e ao observar suas ligações com a conjuntura social, tanto identificamos relações com outras instituições educacionais, como presumimos

continuidades com os aspectos de desenvolvimento e progresso. Sob tal perspectiva, Silva (2014) destaca que, a princípio, em Campina Grande, havia três instituições de nível secundário, todas particulares e criadas nas primeiras décadas do século XX, sendo estas o Instituto Pedagógico Campinense de 1919<sup>20</sup> o Colégio Diocesano Pio XI e o Colégio Imaculada Conceição (DAMAS) – fundados em 1931, estes dois últimos são escolas confessionais católicas. O ensino público fomentado pelo Estado começou apenas no início da década de 1950, isto é, quando é criado o Colégio Estadual de Campina Grande. De acordo com a autora, “[...] mediante o decreto 456 de 18 de julho de 1952 foi oficialmente criado esse estabelecimento de ensino, cuja inauguração e funcionamento somente ocorreram no início do ano de 1953” (Silva, 2014, p. 86). Supomos relações de crescimento de matrículas no ensino secundário, por sua vez, a exigência de continuidade nos estudos, ocasionando, assim, a preocupação em criar também instituições de ensino superior.

Ademais, considerando o que foi relatado por Souza do Ó (1986), inferimos também que a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande tinha como objetivo atender à educação de nível superior dos ilustres filhos campinenses. Assim, após a organização dos representantes discentes em Campina Grande, é fundada a segunda instituição de ensino superior, isto é, subsequentemente à Escola Politécnica, que é a primeira instituição de ensino superior criada em Campina Grande, pela lei nº 792, de 6 de outubro de 1952.

Lima (2009) descreve o processo de criação da Escola Politécnica da Paraíba. Esta instituição foi criada no governo de José Américo de Almeida, que, segundo o autor, “[...] tinha interesse na criação de uma escola de nível superior em Campina Grande, como forma de retribuir a consagradora vitória que alcançou na cidade no pleito que o elegeu. A própria cidade já se mobilizava para ver instaladas escolas de ensino superior” (Lima, 2009, p. 17).

Em paralelo ao desejo da sociedade pela criação das escolas superiores havia também a mobilização estudantil, como é o caso da União Universitária Campinense (UUC), criada em 22 de abril de 1952. Um dos objetivos dessa entidade era manter-se como representante dos estudantes de nível superior. Conforme Aleixo (2018):

O debate desenvolvimentista perpassou um conjunto de instituições e movimentos, como, por exemplo, a União Universitária Campinense, institucionalizada em 1952, mas que desde o final da década de 1940 congregava, ainda que de modo informal, estudantes da cidade de Campina Grande que cursavam Direito, Engenharia e Economia na Universidade de Pernambuco. Com a institucionalização da União Universitária Campinense

---

<sup>20</sup> Atual Colégio Alfredo Dantas, fica no centro da cidade na rua Marquês do Herval, próximo à Praça da Bandeira.

adensava-se a discussão acerca da criação das primeiras escolas de ensino superior na cidade (Aleixo, 2018, p. 23-24, sic).

Para Lima (2009), a criação de instituições de ensino superior ganha mais ênfase num âmbito mais restrito da Paraíba, fazendo relações com a política, com os anseios dos campinenses, estudantes universitários, embates com a capital João Pessoa, que não apoiavam a fundação da Politécnica, devido já terem em vista uma escola dessa natureza etc. O autor também discorre acerca do papel da educação superior, para superar o declínio do algodão e do sisal, produtos principais da economia local. A educação superior, na visão de Lima (2009), teria a condição para ocupar esse lugar de desenvolvimento. O autor ainda comenta acerca das ações desenvolvidas pela UUC, isto é, a proposição e execução de encontros e reuniões com políticos e educadores campinenses.

Conforme descrito por Lima (2009), uma dessas reuniões ocorreu no dia 22 de agosto de 1952, no Campinense Clube, na época situado na Praça Coronel Antônio Pessoa, com o intuito de iniciar a Campanha Pró-Fundação de Instituições de Ensino Superior. O encontro foi organizado pela Associação dos Professores Secundários de Campina Grande, a União Universitária Campinense e o Centro Estudantil Campinense<sup>21</sup>. Marcaram presença o professor Durmeval Trigueiro<sup>22</sup>, o professor Milton Paiva<sup>23</sup>, o professor Severino Loureiro<sup>24</sup> e diretores de colégios da cidade, além dos presidentes das entidades estudantis responsáveis pelo chamamento da reunião. Para o autor, estes encontros foram responsáveis por estabelecer um debate acerca do ensino superior na cidade, com o objetivo de encontrar a instituição mais adequada para atender às necessidades da cidade e aos anseios da juventude.

---

<sup>21</sup> Entidade estudantil dos estudantes secundaristas, criada na década de 1940 em Campina Grande-PB (Santana, 2020).

<sup>22</sup> Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes destacou-se na educação e na administração pública da Paraíba. Iniciou sua carreira como Secretário da Prefeitura de Campina Grande em 1951. Aos 24 anos, tornou-se Diretor do Departamento de Educação do Estado, exercendo essa função também em seus 25 anos de idade, além de lecionar Sociologia da Educação. Formou-se em Direito em 1954 e foi nomeado Secretário de Estado de Educação e Cultura, cargo que manteve em duas gestões. Também foi Inspetor de Ensino do MEC e organizou a Universidade Estadual da Paraíba, da qual foi o primeiro Reitor. Em 1961, também foi indicado por Anísio Teixeira como Diretor do Ensino Superior do MEC, função que exerceu até 1964.

<sup>23</sup> Milton Ferreira de Paiva nasceu em 07 de junho de 1923, em Pilar-PB. Formou-se em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega. Com especializações em Direito, Filosofia e Linguística, exerceu diversos cargos na educação, incluindo Reitor da UFPB num curto período e Diretor de várias instituições. Membro da Academia Paraibana de Letras, recebeu prêmios como a Medalha do Mérito Educacional e publicou obras sobre educação e linguística.

<sup>24</sup> O professor Severino Lopez Loureiro iniciou sua carreira no Colégio Pio X, em João Pessoa, em 1924 e, em 1925, foi vice-diretor do Colégio Pe. Rolim e da Escola Normal de Cajazeiras. Em 1927, fundou o Externato São Luiz de Gonzaga em Princesa Isabel-PB e, no ano seguinte, tornou-se professor efetivo do Grupo Gama e Melo. Durante a Revolução de 30, foi perseguido e ficou em prisão domiciliar de março de 1930 a janeiro de 1931. Em 1931, A convite do padre D. José de Medeiros Delgado, ajudou a fundar o Colégio Diocesano Pio XI em Campina Grande. Reintegrado ao serviço público em 1932, ocupou cargos de professor e diretor em várias instituições, incluindo o Grupo Escolar 24 de Janeiro e o Grupo Escolar Solon de Lucena; em 1945, tornou-se diretor-proprietário do Ginásio Alfredo Dantas.

Sobre outra reunião, esta datada de 31 de agosto de 1952, Lima (2009) destaca que estavam presentes o Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, o Prof. José Lopes de Andrade, representando o Governador José Américo, as entidades estudantis, personalidades campinenses e professores. Nesse evento, decidiram pela criação da Escola Politécnica como a melhor alternativa para os anseios da cidade, começando com um curso de Engenharia Civil e com projeções futuras para o curso de Engenharia Química, o que teria sido uma primeira opção de escola superior.

A Escola Politécnica foi a pioneira no campo do ensino superior em Campina Grande. Sua criação é de 6 de outubro de 1952, mediante Lei nº 792, porém, somente em 14 de julho de 1953, por meio do decreto Federal de nº 33.286, o funcionamento foi oficialmente autorizado.

A criação da Escola Politécnica da Paraíba em Campina Grande foi resultado de diversas ações, as quais ressaltavam cada vez mais a importância de continuar a campanha em prol da educação superior, levando a ideia de expandir constantemente este horizonte de instituições dessa ordem. Os idealizadores desse movimento resolveram dar continuidade à criação dessas instituições. Vale ressaltar a participação da Diocese de Campina Grande nessas ações com esse propósito. Personalidades como Monsenhor Severino Mariano, Padre José Galvão e o primeiro bispo de Campina Grande, Dom Frei Anselmo Pietrulla O.F.M.<sup>25</sup>, que contribuem com este movimento.

Os primeiros apoios da recém-criada Diocese surgiram ao acompanhar de perto o movimento em prol da criação de instituições de ensino superior, além de fornecimento de suporte logístico à entidade estudantil UUC. Com apenas cinco anos de existência, a Diocese de Campina Grande, sob a liderança de seu bispo Dom Anselmo Pietrulla, em acordo com os anseios da juventude universitária, tomou a decisão de fundar, em 24 de abril de 1954, a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande. Essa instituição teria como foco as humanidades, o que se tornou uma demanda essencial para formar professores que atuariam no Ensino Secundário e nas Escolas Normais.

No ano de sua fundação, a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande tratou de sua estrutura organizacional, nomeação de diretor, contratação de professores, oferta de cursos preparatórios etc., e só deu início, de maneira oficial, às suas atividades em 1955. A

---

<sup>25</sup> Dom Frei Anselmo Pietrulla O.F.M. Nascido em Knurów, município da Polônia, em 12 de setembro de 1906. Seu falecimento ocorreu em Tubarão, Santa Catarina em 25 de maio de 1992. Foi um bispo católico da Diocese de Campina Grande e da Diocese de Tubarão. Sua ordenação presbiteral foi em 21 de maio de 1932. Tornou-se bispo em 13 de dezembro de 1947,;recebeu a ordenação episcopal no dia 8 de fevereiro de 1948, das mãos do Cardeal Dom Carlo Chiarlo, sendo concelebrantes o Cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva e Dom Juvêncio de Brito.

instituição funcionou, inicialmente, nas instalações do Colégio Diocesano Pio XI, localizado no coração da cidade, na avenida Getúlio Vargas (Uchôa, 1964).

Outra instituição de ensino superior fundada na cidade foi a Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, criada pela Lei Municipal nº 512, de 1 de julho de 1955 e reconhecida pela lei Federal nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960.

Já a criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande ocorreu em 8 de outubro de 1957, em sessão solene no auditório do Instituto São Vicente de Paula<sup>26</sup>. A autorização oficial do Governo Federal foi em 16 de novembro de 1959, por meio do Decreto nº 47.245. Em 1965, identificamos outro decreto, o de nº 55.667 oficializando o reconhecimento da instituição como Faculdade de Ensino Superior. A Faculdade de Serviço Social tinha como instituição mantenedora a Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo.

A iniciativa para a criação dessa Faculdade contou com a participação de Edvaldo de Souza do Ó, que, na época, ocupava o cargo de Diretor de Educação e Cultura do município de Campina Grande, e a Irmã Porto, congregando mais pessoas, como a “[...] Irma Ângela Beleza, o Pe. Francisco Maia, os Drs: Manoel Figueiredo, Jose Lopes de Andrade, Bonald Filho e as Assistentes Sociais Leone Bezerra e Maria da Penha Pereira” (Discurso de lançamento da pedra fundamental da Faculdade de Serviço Social, 1962). Segundo o documento do discurso, estas eram as figuras que davam sustentabilidade à Instituição.

Além destas faculdades, também foram criadas as de Arquitetura e Belas Artes, depois convertida em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em 1961, pela Prefeitura de Campina Grande; a de Química, de Campina Grande, em 1966, que foi integrada à Universidade Regional do Nordeste (URNe); a de Ciências da Administração, em 1966, também integrada à URNe; a de Direito, de Campina Grande, em 1966, cuja entidade mantenedora era o Instituto de Educação João Climaco Ximenes, subordinado à Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande; a Faculdade de Odontologia de Campina Grande, em 1968, que, assim como as três imediatamente citadas anteriormente, foi integrada à URNe; e a Faculdade de Medicina de Campina Grande, em 1968.

A história de muitas dessas instituições carece de maiores aprofundamentos e estudos acadêmicos. Esta apresentação nos mostra de quanto dispõe a cidade de Campina Grande de dimensões educativas ainda não estudadas, sendo, portanto, material rico para problematização e discussão.

---

<sup>26</sup> Instituição católica instalada em Campina Grande em meados da década de 1930. Sob organização e direção das Filhas de São Vicente de Paulo, a instituição teve como objetivo inicial atender os mais pobres, sendo referência com o cuidado de famílias, crianças e idosos.

### 1.3 Sujeitos sociais políticos envolvidos na criação da FCFCG

Analisar o processo histórico de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande em 1954, requer perscrutarmos acerca dos sujeitos que viveram tal processo, as particularidades desse processo e foi desencadeamento para a sua efetivação. Neste sentido, entendemos que a instituição não surge de forma espontânea ou isolada.

Para nós, é importante ter essa compreensão, uma vez que entendemos que uma instituição escolar é resultado da ação humana, de interesses políticos e de classes que articularam diferentes movimentos, visando à defesa desses interesses e ideologias, na maioria das vezes, atrelando estas ações à perspectiva de desenvolvimento.

O acervo que compõe a história da movimentação e criação da FCFCG foi composto, então, de um conjunto de documentos, a maioria escrita por Edvaldo Souza do Ó, alguém que estava intimamente relacionado à criação da faculdade. Assim visto, buscamos analisar não só como esse sujeito e os integrantes da UUC influenciaram na criação da instituição bem como os documentos produzidos por eles; com o mesmo propósito de vasculhar a fundação da FCFCG, também analisaremos jornais, fotografias entre outros registros que nos permitam tal empreitada, inclusive, verificando o papel da Igreja Católica, aqui também podendo ser entendida como sujeito constituinte da FCFCG. Assim, buscamos analisar, nesta subseção, como esses sujeitos e documentos fomentaram e estiveram envolvidos na criação da FCFCG.

Anteriormente, destacamos que a edição de 17 de agosto de 1952 do *Jornal de Campina* veiculou uma matéria acerca do apoio de José Américo, governador da Paraíba, para a implantação do ensino superior em Campina Grande. O destaque também descreve a participação da entidade estudantil, isto é, de universitários, membros da UUC. No desenvolver do texto da manchete, a idealizadora em trazer para Campina Grande a primeira escola de nível superior, segundo o jornal, é a UUC, dirigida por Edvaldo de Souza do Ó.

Esta visibilidade que o jornal conferia à UUC, consagrando-a como a entidade que seria capaz de dar a Campina Grande sua escola superior, provavelmente tem sua intencionalidade integrada à própria UUC, uma vez que o membro do Conselho Consultivo da primeira diretoria da entidade estudantil, William Ramos Tejo<sup>27</sup>, também ocupava o cargo de diretor do *Jornal*

---

<sup>27</sup> William Ramos Tejo, foi jornalista, professor e historiador, membro da Academia de Letras de Campina Grande e idealizador do Museu Histórico de Campina Grande. Natural de São João do Cariri-PB. Em Campina Grande foi professor dos colégios Pio XI, Alfredo Dantas, Colégio das Damas e Escola Técnica de Comércio, que pertencia à Prefeitura Municipal de Campina Grande. Foi diretor dos Colégios Anita Cabral e Colégio Estadual da Prata. Também assumiu o cargo de professor da Faculdade de Comunicação (jornalismo) na UEPB.

*de Campina*, função que compartilhava com Virgínius da Gama e Melo<sup>28</sup>, portanto, trata-se de um jornal no qual encontramos um forte enaltecimento da imagem da entidade estudantil UUC.

Ao trazermos a UUC como sujeito da pesquisa, identificamos que a entidade estudantil, era composta, possivelmente, por integrantes da alta sociedade, os quais representavam os universitários. Foram eles que apareceram nas fontes como os idealizadores e pioneiros da fundação de instituições de ensino superior em Campina Grande. Daí, podemos entender que a UUC, como entidade estudantil local, com forte influência entre os grupos de poder, mantinha o propósito de fomentar o ensino superior, pois tal projeto atendia a interesses de sua própria cadeia social, isto é, a dos jovens que podiam ter acesso à educação de nível superior. Nas palavras de Edvaldo de Souza do Ó, a entidade era uma necessidade da juventude campinense.

Ressentia-se a nossa juventude universitária de um órgão de classe que legalmente a representasse, defendesse seus direitos e cuidasse do seu maior desenvolvimento no terreno social e cultural. A compreensão dessa imensa lacuna, prejudicial aos interesses de nossa juventude e às aspirações de progresso de nossa terra, levou-nos a idealizar a fundação dessas finalidades. (Do Ó, Comunicação pessoal, 1953).

Em nossas análises, porém, questionamos o porquê desse interesse da “juventude campinense” apenas após a criação de escolas superiores em João Pessoa, uma vez que Campina Grande carecia de outras intervenções na educação, como a criação de mais escolas de segundo grau, por exemplo. Segundo Júnior e Cartaxo (1994), no início da década de 1950, os estudantes de Campina Grande, de João Pessoa e demais localidades da Paraíba os quais ambicionavam cursar o ensino superior precisavam se deslocar para outros estados. As capitais Recife, Salvador e Fortaleza, nesse contexto, eram as únicas cidades da região nordeste que contavam com instituições desse nível.

Lima (2009) discorre acerca de dificuldades enfrentadas pelos estudantes universitários de Campina Grande. Há que se considerar, porém, que a maioria desses jovens era proveniente de famílias com recursos financeiros favoráveis – comerciantes de algodão, industriários, profissionais liberais. Tratava-se de famílias que enviavam seus filhos para cursarem o ensino superior e, por vezes, ensino secundário, fora de Campina Grande.

Concordamos com as análises realizadas por Silva (2014) que, ao realizar um comparativo das matrículas de alunos secundaristas entre os anos de 1952 e 1953, nos colégios

---

<sup>28</sup> Virgínius Figueiredo da Gama e Melo foi um renomado escritor e professor paraibano, natural de João Pessoa. Reconhecido como um dos mais influentes críticos literários de sua época no estado, ele teve vários textos publicados em jornais de Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, atuou como professor na Universidade Federal da Paraíba. Sua produção literária recebeu, em 1972, o prestigioso prêmio da Fundação Cultural do Distrito Federal, em virtude de seu aclamado romance “A Vítima Geral”.

Alfredo Dantas (CAD) e o Estadual de Campina Grande, apresenta, em 1953, o total de 1.015,00 (um mil e quinze) alunos matriculados no ensino secundário. Silva (2014) analisa o crescimento de matrículas no colégio Estadual de Campina Grande e a diminuição de alunos no CAD. Interessou observar, no entanto, por meio dos dados apresentados pela autora, que, no ano de 1953, havia um expressivo número de alunos matriculados em duas das escolas de ensino secundário de Campina Grande. Considerando as análises anteriores, podemos deduzir que o número de matrículas era superior a esses dados, uma vez que, como já apresentado, existiam outras instituições de ensino secundário, embora uma destas estivesse declinando a quantidade de matriculados na instituição (Silva, 2014).

É nesse contexto de expansão de matrículas no ensino secundário, e de uma possível expansão do ensino superior em outros estados, como apresentado por Lima (2009), que se tem a criação da UUC. Para nós, a criação dessa instituição colabora com o aumento do número de concluintes do ensino secundário em Campina Grande (Silva, 2004) – ou, no mínimo, influencia essa demanda. Se considerarmos que ao menos metade desses estudantes prosseguirá para o ensino superior, justificar-se-á que esses estudantes cursem o ensino superior em sua cidade. Diante deste aspecto, portanto, identificamos que foi instituída, em 22 de abril de 1952, a partir de uma reunião dos universitários de Campina Grande e do apoio do Centro Estudantil Campinense<sup>29</sup>, a União Universitária Campinense (UUC).

Nos documentos, por nós encontrado, na Biblioteca Raymundo Asfora<sup>30</sup>, do ano de 1953, identificamos textos que descrevem a primeira reunião dos universitários campinenses, com assunto relacionado à fundação da UUC. No documento, é descrita uma eleição de diretoria provisória e listados os nomes de quem estava presente. Nesse mesmo texto, Edvaldo do Ó informa que havia cinco universitários; no entanto, na continuidade do escrito apresenta o nome de apenas quatro deles: Edvaldo de Souza do Ó, eleito presidente; Álvaro de Araújo, responsável pela redação do estatuto da entidade; William Ramos Tejo, tesoureiro; e Evaldo Cavalcante Cruz, na secretaria.

Lima (2009), em seu trabalho de tese, também discorre acerca dessa reunião e apresenta outros nomes de sujeitos que assinaram a ata de criação da entidade. “[...] Edvaldo de Souza do Ó, William Ramos Tejo, Evaldo Cavalcante Cruz, Antonio Carlos Escorel de Almeida, Aníbal Agra Porto e Raimundo Yasbeck Asfóra” (Do Ó, 1991, p. 36 *apud* Lima, 2009, p. 103). Já a

---

<sup>29</sup> Entidade estudantil dos estudantes secundaristas, criada na década de 1940 em Campina Grande-PB.

<sup>30</sup> Na propriedade da Granja Solidão, em Lagoa Seca-PB, há um prédio identificado, inclusive com uma placa na entrada, como Biblioteca Raymundo Asfora. Além de um acervo literário, dentro desse espaço existem vários documentos de instituições paraibanas bem como jornais, fotografias, entre outros. Foi dentro desse “arquivo” que identificamos documentos que foram analisados nesse estudo.

eleição definitiva da diretoria da UUC ocorreu no dia 8 de julho de 1952, na sede do Centro Estudantil Campinense.

Abaixo apresentamos um registro da Diretoria da UUC de 1960. Na foto, Edvaldo do Ó, João Ednaldo, Alzir Aguiar, Arlete Figueiredo, Maud Brasil, Glorinha Jordão e Mauro.

**Foto 1** – Diretoria da UUC – 1960



Fonte: Fundação Edvaldo do Ó.

O movimento da UUC foi tomando corpo e agregando um maior número de membros que passaram a desenvolver um ideal comum. Para conseguirem capital e estabelecerem o ensino superior em Campina Grande, a UUC desenvolveu várias atividades de caráter artístico e cultural. As Campanhas giravam em torno de taxas universitárias nos cinemas da cidade, Capitólio e Babilônia, campanha do livro para a criação da biblioteca<sup>31</sup> Mauro Luna<sup>32</sup> e outras. O Jornal de Campina, em 19 de outubro de 1952, veiculou a seguinte manchete: “DR. FRANCISCO BRASILEIRO AJUDA OS UNIVERSITARIOS”. Assim se compunha a notícia:

---

<sup>31</sup> Durante esse mesmo período, o Centro Estudantil Campinense aproveitou o auxílio das emissoras locais e da Livraria Pedrosa, para promover campanhas com o intuito de melhorar a Biblioteca Edson Sales, que pertencia à entidade estudantil. Conforme veiculado no Jornal de Campina, em 24 de agosto de 1952, o objetivo dessas campanhas era elevar o nível cultural dos jovens campinenses. Além disso, também foi lançada a Campanha da Garrafa, que tinha como propósito construir a casa dos estudantes pobres.

<sup>32</sup> A Biblioteca Mauro Luna foi devidamente registrada sob o nº 5541, no Instituto Nacional do Livro, a fim de receber do Ministério da educação e Cultura livros para enriquecer o seu acervo.

O dr. Francisco Brasileiro acaba de praticar um gesto bastante louvável. Afim de auxiliar a campanha para criação de Escolas Superiores em nossa cidade, campanha essa de iniciativa da União dos Universitários Campinenses, criou uma taxa que será arrecadada em benefício da U.U.C. Essa taxa é dada de acordo com cada doente que é hospitalizado em sua Casa de Saúde. De parabéns, pois, está o dr. Francisco Brasileiro pondo-se ao lado das boas causas pelo alevantamento cultural de nossa terra (Jornal de Campina, 19 de outubro de 1952).

Nessa perspectiva, a UUC foi ocupando diversos espaços, tais como programas de rádio, cinemas e páginas de jornais, promovendo eventos culturais e tomando posição em questões políticas da sociedade campinense. Além de defender os universitários, o movimento realiza reivindicações, entre outras atividades. Todas essas ações aumentaram a visibilidade da UUC, tornando-a cada vez mais reconhecida.

A nossa investigação acerca da UUC no itinerário do ensino superior em Campina Grande e sua atuação política nesse processo histórico nos levou a entender sobre a elaboração de um ambiente intelectual, artístico-cultural e político, prévio às Escolas Superiores e Faculdades naquela cidade. As posturas que foram sendo adotadas pela UUC no transcorrer dos fatos nos dão maiores evidências de que essa entidade estudantil não foi criada apenas para as demandas dos estudantes universitários com vistas à criação do ensino superior mas também idealizava assumir diversas funções políticas, isto é, atuar como dirigentes, tendo pessoas de uma mesma organização em papéis de hierarquias reconhecidas, participantes de órgãos de decisões.

Nos estatutos que regem a nossa sociedade, há um dispositivo que a obriga a defender a classe, na pessoa de qualquer dos seus membros, quando o mesmo, por qualquer motivo, se sentir injustamente ameaçado, ou quando sofra restrições de qualquer espécie à livre manifestação de pensamento. É um sábio dispositivo de vez que, através dele, a juventude universitária zela pela segurança individual dos seus companheiros e pela solidez das mais belas conquistas democráticas. Estende-se essa atuação inclusive, a assistência jurídica dos seus colegas que dela careçam (UUC, 1953).

As fontes que tivemos acesso aos livros caixa, atas de reuniões, telegramas, discursos em eventos e outros instrumentos da UUC, além de notícias de jornais impressos nos ajudam a olhar tanto para dentro dessa entidade quanto para o entorno dela. Essas fontes nos levaram, portanto, a analisar o desenvolvimento do ensino superior em Campina Grande, destacando que este demandou uma ampla articulação política, tanto para se ter acesso às autoridades e propor o debate das instituições de ensino, como para congregar outras instâncias da sociedade, como a Igreja e as classes dirigentes, no sentido de agregar valor à entidade estudantil e suas demandas.

No que diz respeito às demais instituições de ensino superior, já mencionadas anteriormente, nos foi possível perceber que a entidade UUC buscou articular e participar ativamente de sua estruturação na cidade. As ações da UUC não se restringiram tão-somente a pressionar as autoridades governamentais e a propor às empresas com capacidade financeira e institucional a criação de escolas de ensino superior, no sentido de que essas empresas desenvolvessem tal empreendimento. Além desse impulsionamento, também foi preciso tanto estabelecer os ambientes institucionais que comportariam as instituições de ensino, coadjuvando junto às questões preliminares, burocráticas e políticas, quanto atuando junto à instituição mantenedora, nas demandas pós fundação da instituição, ou seja, auxiliando nos processos de autorização de funcionamento e reconhecimento não só da própria faculdade recém instalada como também dos cursos por ela ofertados. Esta é uma das questões importantes, o reconhecimento do Conselho Nacional de Educação, órgão onde tramitavam todos os processos de autorizações.

O processo no Ministério da Educação da FCFCG passa por essa mediação da UUC, que usa de sua articulação política para viabilizar e agilizar alguns procedimentos. De imediato, a União Universitária Campinense determina um curador para a Faculdade. Na ocasião, o senhor João Pessoa de Albuquerque<sup>33</sup>, responsável pelo encaminhamento e por acompanhar de perto toda a tramitação do processo na capital federal, na época o Rio de Janeiro. Em 7 de novembro de 1953, em carta enviada pela UUC a João Pessoa de Albuquerque, no Rio de Janeiro, já se lhe havia pedido que buscasse informações na Divisão do Ensino Superior acerca das exigências para o funcionamento da Faculdade.

Este acompanhamento era fundamental, pois, por vezes a Diretoria do Ensino Superior quis dar parecer contrário à criação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande. Essa supervisão do processo possibilitou a ida do Padre José Galvão ao Rio de Janeiro, levando cartas para as altas autoridades políticas, eclesiásticas e militares. Segundo as fontes da UUC, o Padre passou três meses no Rio de Janeiro, até lograr êxito no Ministério da Educação, “[...] conseguindo por fim, do presidente da república, o decreto que autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Campina Grande” (UUC, 1954).

Em alguns momentos a entidade estudantil, se propôs a manobras que consideramos bem ousadas. A que mais nos chamou a atenção, e que identificamos nas fontes da UUC, diz respeito à carta que mencionamos anteriormente, do dia 7 de novembro de 1953, destinada a

---

<sup>33</sup> João Pessoa de Albuquerque, natural de Campina Grande, Paraíba, nasceu no dia 5 de setembro de 1930. Em conjunto com outros universitários de Santos e João Pessoa criou a Associação Universitária Santista, da qual foi presidente em 1949. É bacharel em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); presidiu a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE/MG) e, em 1953, foi eleito presidente da União Nacional de Estudantes (UNE).

João Pessoa Albuquerque. O teor da carta refere-se a questões da Escola Politécnica, Faculdade de Filosofia – como já mencionado –, I Festa Universitária, biblioteca, a Escola de Agronomia do Nordeste, além de questões corriqueiras. No conteúdo dirigido a João Pessoa, a UUC faz referência a uma reunião ocorrida no dia 19 de outubro de 1953, evento em que o Diretório Acadêmico, em acordo com os alunos da Escola de Agronomia do Nordeste, aprovaram, por unanimidade, a proposta de transferência da escola para Campina Grande. Por fim, a carta informa que, em anexo, constavam a exposição dos motivos e a assinatura dos alunos. Assim, a orientação foi para que, João Pessoa, fizesse o encaminhamento do documento para o Ministro da Agricultura. Não encontramos outros desdobramentos deste fato, mas consideramos relevante trazer essa informação, para pensarmos este processo histórico de implementação do ensino superior em Campina Grande, na década de 1950.

Assim, a partir da leitura dos documentos, percebemos que a UUC era um sistema articulado e organizado, que dispunha de membros participantes e ativos em diferentes segmentos e/ou estados, conferindo a estes atuação e poder para resolução de problemas ou solicitações que pudessem decorrer das atividades desenvolvidas em Campina Grande. Essa característica se apresentou, para nós, como um traço da política e da organização de classe desses estudantes. Embora a UUC figurasse na centralidade das discussões, identificamos, em nossas análises, que era mantida e gerida pelas ideias de Edvaldo Souza do Ó, o que pode ser fator de peso nessa centralidade de poder. Mesmo com outros sujeitos que o apoiavam, era o seu posicionamento que organizava os demais.

#### **1.4 As medidas legais desenvolvidas para a criação da FCFCG**

A análise da legislação nos ajuda a compreender os caminhos legais a que as instituições tiveram que se submeter para gozarem das devidas autorizações e reconhecimentos bem como adequar-se às exigências legais vigentes do Ministério da Educação. Para Saviani (2013, p. 175):

Quando se indaga a respeito do espírito de uma lei, o que se pretende saber é qual a sua fonte inspiradora, qual a sua doutrina, quais os princípios que a enformam; enfim, como se diz correntemente, qual a sua “filosofia”. A maneira imediata de se responder a essa pergunta é verificar o que é que a própria lei indica, literalmente, a respeito. Acredita-se que é principalmente na explicitação dos seus objetivos que se revela o espírito de uma lei.

A legislação que dispõe acerca do estabelecimento do ensino superior nas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras no Brasil, Faculdades Católicas de Filosofia e outras Faculdades

obedecem, de preferência, ao sistema universitário. O Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que trata da constituição das universidades brasileiras, não só determina todas as disposições referentes ao conjunto que compõe a Universidade bem como regimenta as Faculdades. Desse modo, o estudo da “[...] legislação do ensino constitui um referencial privilegiado para a análise crítica da organização escolar” (Saviani, 2013, p. 174).

Buscamos as legislações que definem a estrutura das instituições de ensino superior, a fim de nos aproximar da organização universitária. Segue o que nos apresentam os artigos 1º e 2º do Decreto nº 19.851, referentes aos fins do ensino universitário:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Art. 2º A organização das universidades brasileiras atenderá primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do país e, assim, será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica e por quaisquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos altos desígnios universitários (Brasil, 1931).

Consideramos relevante explicitar as particularidades que distinguem as Universidades das Faculdades, isto porque há uma predisposição social em conceber esses dois formatos como similares, no entanto, os termos referem-se a abrangências distintas desde a sua concepção. Sendo assim, as faculdades concentram a modalidade de ensino em áreas específicas, e as universidades dispõem de uma variedade de cursos em diferentes áreas de conhecimento e níveis de ensino, o que lhes garante autonomia e exercício de uma formação mais ampla em níveis de graduação e pós-graduação. Além disso, de maneira geral, as instituições se distinguem umas das outras de acordo com o tipo de estrutura organizacional.

Identificamos que as proposições da criação de instituições de ensino superior objetivam a elevação do nível cultural bem como a grandeza da nação, a partir da formação técnico-científica superior e do atendimento às necessidades do país – estas são as finalidades principais da atividade de ensino nas universidades e instituições de ensino superior, uma vez que há uma instrução para estes estabelecimentos de ensino serem orientados por essa legislação. Ao ler nas entrelinhas, como sugere Saviani (2013), a partir desses artigos, analisamos que as finalidades do ensino superior no Brasil responderão às determinações que o país julga primordiais.

O Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938, descreve acerca da fundação de instituições de ensino superior e regula o seu funcionamento. Nessa legislação, no seu artigo 1º, consta a regulamentação que possibilita aos poderes públicos locais e às pessoas jurídicas de direito privado a criarem e manterem estabelecimentos de ensino superior. Conforme o Decreto, a oferta de ensino superior é livre, podendo ser organizado por institutos particulares, iniciativas privadas ou conforme interesse estatal (Brasil, 1938).

Durante a pesquisa<sup>34</sup> acerca da fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, não encontramos, até a escrita desta dissertação, as autorizações prévias de funcionamento, conforme elencado no artigo 2º – o que nos permite deduzir que não existia exigência de autorização municipal e/ou estadual.

O primeiro documento oficial que encontramos foi o Decreto nº 37.193, publicado no Diário Oficial de 18 de abril de 1955, que concede autorização para o funcionamento dos cursos de Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande. No documento consta:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição de 11 de maio de 1938, decreta: artigo único. – É concedida autorização para funcionamento dos cursos de Letras Neo-latinas e Letras Anglo-germânicas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, mantida pela Diocese de Campina Grande Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1955: 134º da independência e 67º da República. As. João Café Filho, As. Cândido Mota Filho (Brasil, 1955).

O Parecer nº 15, de 1955, do Conselho Nacional de Educação, é o documento que apresenta o exame do pedido de autorização para o funcionamento dos cursos de Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas da FCFCG. Conforme o Parecer da Comissão de Ensino Superior, a Diocese de Campina Grande solicitou o funcionamento, na referida Faculdade, dos seguintes cursos: a) História Natural; b) Letras Neo-Latinas; e c) Letras Anglo-Germânicas. O processo tramitou dentro das normalidades, porém, devido à insuficiência de documentos e do relatório verificador, no qual se apresentariam as provas da capacidade da mantenedora para criar uma instituição de ensino superior, a Diretoria do Ensino Superior solicitou que fossem cumpridas essas exigências e feitos esclarecimentos sobre 12 itens, conforme consta no ofício,

---

<sup>34</sup>As buscas foram desencadeadas nos locais de maior relação com a instituição estudada, a Diocese de Campina Grande, por ter sido a primeira mantenedora, seguida da FURNE pela relação com a FUNDACT, segunda instituição mantenedora, e por fim UEPB, por ter sido a Universidade criada a partir da estadualização da Universidade Regional do Nordeste, instituição que incorporou a FFCG, transformando-a em Faculdade de Educação, ou seja, a UEPB no momento do levantamento dos prováveis espaços de pesquisa de fontes, o lugar potencialmente favorável.

folha 90. Após serem atendidas as exigências nas folhas 252 a 262 e tudo bem examinado, foi concluído o Parecer na folha 263.

A Diocese de Campina Grande, “[...] a quem se reconhece personalidade jurídica autônoma para todos os atos da vida civil” (CNE, 1955, p. 38), conseguia atender às exigências de encargo financeiro para com a Instituição. Em um documento, por nós identificado, analisamos um levantamento feito em 31 de dezembro de 1954, assinado por um Contador. Nesse documento está descrito um patrimônio de Cr\$ 8.506.200,00, (oito milhões, quinhentos e seis mil e duzentos cruzeiros), avaliado em Cr\$ 5.645.00,00 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) e mais Cr\$ 737.200,00 (setecentos e trinta e sete mil e duzentos cruzeiros), valores de que a sociedade dispunha em dinheiro depositado em banco, além de um compromisso hipotecário com a Caixa Econômica no valor de Cr\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil cruzeiros), a serem pagos a longo prazo.

O parecer, portanto, foi favorável à Mantenedora, concluindo-se que a situação patrimonial e financeira atendia à iniciativa. Existindo a supressão do curso de História Natural, o pedido ficou reduzido aos cursos de Letras já mencionados. O Parecer foi aprovado unanimemente em 14 de março de 1955, dando autorização para os cursos de Letras Neo-Latinas e Anglo-Germânicas, no processo nº 64 825/54.

Acerca do edifício, o mobiliário e as instalações, o Parecer dispôs que os cursos funcionariam em prédio próprio da Diocese, tendo parte do espaço utilizado pelo Colégio Diocesano Pio XI. O mesmo documento também informa que o prédio estaria passando por uma reforma e adaptação, a fim de se disponibilizar parte de sua estrutura física exclusivamente para a Faculdade. O documento é dúbio, pois, em alguns excertos, permite entender que o prédio seria exclusivo da Faculdade, no entanto, desde 1931 funcionava no mesmo prédio o Colégio Pio XI.

O Parecer ainda versa acerca da dimensão das salas de aula, estabelecendo o limite de 25 alunos por série, quantitativo que o(s) parecerista(s) considerou(aram) satisfatório a partir da análise das fotografias, no relatório verificador; também levou em conta a instalação de uma biblioteca com 951 volumes para empréstimos e estudos. Outras bibliotecas foram indicadas na cidade, de fácil acesso e contendo obras referentes às demandas dos estudos. Sobre a organização administrativa e didática, o Parecer não fez referência contrária, deixando a avaliação para a Comissão de Estatutos, Regulamentos e Regimentos.

Também há indicações de quais professores eram qualificados para atuarem nas disciplinas da FCFCG. Ao processo em que se solicitou a autorização para funcionamento da instituição, foram anexados os currículos dos professores, para apreciação do CNE. Foram

exigidos capacidade moral e comprovação de residência dos professores para sua contratação e atuação.

O Parecer 49, nas páginas 98-99, da Comissão de Estatutos, Regulamentos e Regimentos do CNE, avaliou o Regimento da FCFCG, do qual foram julgados pontos do documentos a serem adequados às legislações – a Lei 1.821 de 12 de março de 1953 e o Decreto nº 34.330 de 21 de outubro de 1953, que regulamentam matrículas e autorizações de cursos. Nesse parecer, foi estabelecido o prazo de trinta dias para as devidas alterações. Esse acontecimento nos conduz ao entendimento de que o funcionamento da FCFCG carecia de maiores composições organizativas bem como de maior entendimento legal. Conforme o documento, houve favorabilidade para aprovação dos cursos requeridos, inclusive o de História Natural.

Ainda conforme o Decreto-lei nº 421 de 1938, no artigo 5º, as autorizações de funcionamento são condicionais, ou seja, não podem ser consideradas como reconhecimento federal. Por esse motivo, o artigo 6º descreve uma exigência, isto é, uma obrigação para as instituições que obtiveram autorização de um ou dois cursos de requererem, do Ministério da Educação e Saúde, reconhecimento dos cursos no transcorrer do segundo ano de sua instalação. Ou seja, no caso da FCFCG, esse pedido deveria ocorrer durante o ano de 1957, segundo ano de funcionamento dos cursos de Letras.

A Comissão de Ensino Superior do MEC analisou o processo nº 52 386/58, com o pedido de reconhecimento dos cursos de Letras Neo-Latinas e Anglo-Germânicas da FCFCG em 1959, dois anos após o tempo legal definido para a Faculdade. Justifica-se o que se poderia chamar de “atraso” o que consta no Parecer nº 11, cujo texto diz que se levou em consideração a avaliação já constatada no relatório da Comissão que analisou as condições da Faculdade e dos cursos, destacando que não houve mudança na personalidade jurídica da instituição mantenedora, permanecendo ainda como tal a Diocese de Campina Grande.

Acerca da capacidade financeira da Mantenedora, foi necessário um novo levantamento, uma vez que, além do aumento do patrimônio dessa entidade, a própria Faculdade dispunha de subvenções Federais, Municipais e mais a renda da contribuição dos alunos. No novo levantamento do patrimônio imobiliário, consta, no Parecer, uma renda anual de Cr\$ 260.000.00, (duzentos e sessenta mil cruzeiros), advinda do aluguel dos imóveis pertencentes a Diocese de Campina Grande. Prossegue a análise, destacando as condições de instalação da instituição, apontando que “O prédio onde funciona atualmente a Faculdade de Filosofia de Campina Grande foi construído recentemente, obedecendo a técnica moderna” (Brasil, 1959). Sobre a organização e administração, o parecer apenas destacou que, a instituição obedece aos critérios das leis do Ensino Superior e obedece às decisões do MEC.

O decreto de reconhecimento dos cursos foi publicado no Diário Oficial de 17 de abril de 1959.

Decreto nº 45.820 de 16 de abril de 1959. Concede reconhecimento aos cursos de Letras Anglo-germânicas e Letras neo-latinas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo Único. – É concedido reconhecimento aos cursos de letras anglo-germânicas e letras neo-latinas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, mantida pela Mitra Diocesana e situada em Campina Grande, no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1959: 138º da Independência e 71º da República. as. Juscelino Kubitschek, as. Clovis Salgado (Brasil, 1959).

O município de Campina Grande, na administração do prefeito Elpídio Josué de Almeida, concedeu à Faculdade, sob a lei nº 11 de 10 de janeiro de 1956, reconhecimento de utilidade pública:

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei – Art. 1º – Fica reconhecida a utilidade pública, a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, sediada nesta cidade. Art. 2º – A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Campina Grande, 10 de janeiro de 1956 (Campina Grande-PB, 1956).

Inserir a legislação do Ensino Superior para propor compreensões acerca da FCFCG bem como o itinerário do processo dessa modalidade de ensino e na cidade foi uma das formas de nos aproximarmos das condições legais do processo bem como de desenvolver análises acerca do contexto, tendo sempre em vista que a organização de uma instituição não é resultado apenas de uma legislação, uma vez que há interconexões desses artefatos (instituição – legislação) com a sociedade. A legislação é a forma de regulação do Estado.

### **1.5 Repercussão na imprensa e em atas/ instituições**

No início da década de 1950, o Ensino Superior se tornou um tema de destaque em Campina Grande, na Paraíba e no restante do país. Os jornais locais passaram a destacar com frequência os debates sobre sua implementação em João Pessoa e em Campina Grande (Aleixo, 2018).

A notícia a seguir, do jornal O Norte, descreve uma das reuniões que foram realizadas em prol de promover os debates acerca da criação de faculdades na cidade de Campina Grande.

Foto 2 – Jornal O Norte – 1952

**PASSO DECISIVO NA CRIAÇÃO DAS FACULDADES**  
**Mesa redonda, sob a direção do Prefeito Plínio Lemos —**  
**Ciências Econômicas e Odontologia, as primeiras**

CAMPINA GRANDE, 25 (Da Sucursal) — Realizou-se, ante-ontem, importante mesa redonda, na sede do «Campinense Clube», sobre a criação das Faculdades desta Cidade.

O conclave foi convocado pela União Universitária, Sociedade de Professores e Centro Estudantil, tendo os trabalhos sido dirigidos pelo Prefeito Plínio Lemos.

A reunião compareceram todos os professores da Cidade, diretores de Colégios, universitários, autoridades e grande público.

Destacaram-se nos debates os srs.: Prefeito Plínio Lemos, Prof. Severiano Loureiro, Pe-

Emídio Viana, Prof. Milton Paiva, sr. Protásio Ferreira, dr. Rui Silva, Prof. Durmeval Trigueiro, acadêmico Edvaldo Souza do O', sr. Felix de Araújo além de vários universitários.

Ficou assentado que se daria prioridade à criação das Faculdades de Ciências Econômicas e Odontologia.

Fonte: Jornal O Norte – 26 de agosto de 1952. Disponível em:  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 07 de nov. 2022.

O enfoque do Jornal aponta para Ciências Econômicas e Odontologia, como indicações para as primeiras faculdades a serem criadas. Ainda conforme o Jornal, estavam presentes as duas entidades estudantis da cidade, UUC e o Centro Estudantil – respectivamente representação da classe universitária e da secundarista –, o Prefeito Plínio Lemos – a quem a manchete dá destaque –, professores e representantes dos colégios de Campina Grande e alguns nomes de destaque social. O destaque do Jornal nos propõe o entendimento de que este movimento pro-fundação das faculdades parte de uma organização política e da sociedade civil – em suma, uma ação conjunta.

O mesmo evento foi veiculado na edição do *Jornal de Campina*, de 28 de agosto de 1952.

Foto 3 – Jornal de Campina – 1952

**MUNDO Estudantil**

**Primeira Univesidade no Interior do Nordeste**

**Reunião no Campinense Clube — Promessas do Governo — Inicitativa da União Universitária**

Realizou-se, sexta-feira última, nos salões do Campinense Clube, uma sessão convocada pelo presidente da União Universitária Campinense, acadêmico Edvaldo do O.,

Por se tratar de assunto de máximo interesse para os meios culturais da cidade e o povo em geral, a nossa reportagem esteve presente. Daremos a seguir os principais tópicos da brilhante sessão.

**Composição da Mesa**

Sob a presidência do prefeito da cidade, fizeram parte da mesa as seguintes pessoas: acadêmico Edvaldo do O., presidente da U. U. C.; sr. João Rique, presidente da Associação Comercial; professor Simoni, diretor do SENAI; vereador Felix Araújo; sr. Protásio Ferreira, presidente da Câmara Municipal; professor Severino Loureiro, di-

retor do Colégio Alfredo Dantas; professor Durmeval Trigueiro, representante do governador; Conego Severino Mariano, Dr. Rui Silva, professor Milton Paiva da A. P. C. G., Pe. Emídio Viana, diretor do Colégio Pio XI e o representante da Guarnição Federal.

**Escola de Odontologia**

Em primeiro lugar falou o dr. Rui Silva, futuro diretor da Escola de Odontologia de Campina Grande, e seu atual organizador. O dr Rui em exposição brilhante, falou da urgente necessidade de uma escola de odontologia na cidade.

**Promessas do Governo**

O governo do Estado assegurou à comissão Organizadora de Faculdades, a criação das Faculdades de Química e Engenharia sob a responsa-

bilidade direta do Estado.

**Escola de Finanças**

Falou sobre a futura Escola de Finanças o diretor do Colégio Alfredo Dantas, professor Severino Lopez Loureiro.

**Escola de Serviços Sociais**

Coube ao conego Severino Mariano demonstrar a extrema necessidade de uma Escola de Serviços Sociais. O conego Mariano, conta com o inteiro apoio da Prefeitura e, cremos, a Escola de Serviços Sociais será a primeira escola superior fundada em Campina Grande.

**Fala o Prof. Milton Paiva**

O ponto alto da reunião foi o discurso do professor Milton Paiva. Incisivo, coêso, em linha

rêta, o professor Paiva martelou na necessidade de um corpo docente á altura de tão grande empreendimento qual seja a fundação de escolas superiores. Combateu a seguir os salários-fome que o magistério recebe.

**Outros Oradores**

Além do sr. Protásio Ferreira, falaram: em nome do Legislativo Municipal, Felix Araújo e em nome do Centro Estudantal o jovem Juarez Farias.

**A Inicitativa**

A iniciativa para criação de escolas superiores em Campina Grande, cabe ao dinâmico moço Edvaldo de Souza do O' atual presidente da União dos Universitários.

Fonte: Jornal de Campina, 1952. Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida.

A matéria nos chama a atenção para a composição da reunião: entidade estudantil; prefeitura municipal; câmara municipal; Associação Comercial; órgão da Federação das Indústrias da Paraíba (Senai); representante do Governo Estadual; das escolas particulares de Campina Grande; Diocese e outros. Cada uma dessas representações destacadas esboça um objetivo, apontado, por cada uma delas, como uma necessidade para a cidade. É possível inferir, no entanto, que, todos viam o evento sob suas próprias perspectivas, ou seja, em cada representante, há um interesse específico que se direciona para o que lhe favorece. Segundo Gramsci (2022), podemos entender esse movimento ao discutir os aspectos da superestrutura social. A implementação do ensino superior é resultado de uma ação política e ideológica, ilustrando o caráter dual da superestrutura social. A maneira como as ações da superestrutura social implementam suas políticas e ideologias nos remete à perspectiva político-partidária. Essa organização se posiciona como líder da concepção do nível de ensino que pretender instalar na cidade e busca designar quem são os responsáveis por este projeto na sociedade.

Outra manchete veiculada no dia 17 de outubro de 1952 também faz referência às futuras faculdades de Campina Grande. Nesse jornal, a figura política destacada foi a do governador José Américo. No periódico, há menções tanto às Faculdades de Ciências Econômicas e

Odontologia quanto a outras duas Faculdades, a de Filosofia e a de Arquitetura, conforme destaque a seguir.

Foto 4 – Jornal de Campina (1952)



Fonte: Jornal de Campina, 1952. Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida.

O *Jornal de Campina* faz menção à criação das Instituições de Ensino Superior em Campina Grande, inserindo no texto um sentimento entusiasta, como se a cidade estivesse radiante com o projeto de ensino que estava cada vez mais próximo de se tornar realidade. Assim, o impresso demonstra o anseio de provocar o leitor a perceber no Ensino Superior um elemento capaz de causar mudanças significativas no cotidiano da cidade. Essa ideia é amplamente desenvolvida, a partir da frequência e intensidade das matérias em diferentes periódicos, propendendo fazer com que o tema alcance mais e mais pessoas. Suas premissas estão eivadas de subjacente manipulação, no interesse de promover a UUC, Edvaldo de Souza do Ó e obter o apoio do governador José Américo. O conteúdo da notícia é direto na afirmação: “[...] É a União Universitária Campinense, com o seu primeiro presidente Edvaldo de Souza do Ó, que vai dar à Campina sua primeira escola superior” (Jornal de Campina, 1952, p.1).

O Jornal de Campina, como já destacamos em outro momento, é um órgão que atua politicamente para a UUC e seu presidente. Sabendo-se que um dos diretores do jornal é membro da diretoria da UUC, não é difícil pressupor que há intenções em fazer estes destaques e também perceber o ufanismo presente em suas linhas.

Gramsci (2022), ao refletir acerca do jornalismo, nos coloca que existe uma estrutura que visa desenvolver determinadas necessidades das categorias que os jornais representam, expandir seu público-alvo e integrar forças. O Jornal de Campina pode ser analisado como um aparelho hegemônico que pretendia realizar um agrupamento cultural dos seus interesses, concentrando e justificando uma certa orientação geral no sentido de “[...] construir um edifício cultural completo, autárquico, começando pela... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco” (Gramsci, 2022, p. 193). Isso se desenvolve na medida em que o jornal produz argumentos para atingir determinados fins, com fundamentação elaborada e reproduzindo, com base em princípios racionais, suas necessidades, imprimindo grandes dimensões aos olhos de seu público àquilo que comunicam. É, pois, comum que as premissas sejam reorientadas em conformidade com os novos interesses dos grupos os quais o jornal representa.

Outro aspecto relevante a ser considerado acerca da análise do jornal e para o qual Gramsci (2022) nos evoca a atentar é em relação à intencionalidade marcada em cada tipo de jornal. Dito de outra forma, o jornal, conforme o autor, possui natureza específica que diz respeito ao seu objetivo enquanto aparelho da comunicação – trata-se da ideologia de que se reveste seu corpo editorial, sua essência. Sob esse viés, o Jornal de Campina não pode ser caracterizado como um jornal de informação ou sem partido, mas um jornal de opinião que escreve e publica para um público restrito. Um jornal que assume a forma de partido político, por nunca apresentar ideias contrárias às dos grupos os quais representa, se colocando sempre numa posição de defesa dos interesses desses grupos.

Na última página dessa mesma edição, desse mesmo jornal, outras notícias estão concentradas na educação, como, por exemplo, a coluna *Mundo Estudantil*. Nessa coluna constam mais ações desenvolvidas pela UUC, que passava a arrecadar taxa universitária nos cinemas campinenses, a fim de financiar a criação das escolas superiores.

Neste sentido, entendemos que o processo que instaurou o Ensino Superior em Campina Grande parte da ação de uma classe, mais especificamente das demandas da classe dominante – e o jornal impresso é parte neste processo. Nos periódicos que consultamos, é comum encontrar debates que estejam direcionados ao progresso, desenvolvimento, modernidade, entre outros. Em alguns momentos, o ensino superior é colocado como um elemento para o progresso. Nessa direção, a ação do jornal é criar as premissas que vão justificar essa necessidade – seja para o progresso da cidade, do estado, da região etc., seja unicamente pelo desejo de implementação do ensino superior na cidade. Segundo Gramsci (1989), o jornal adequa as premissas às finalidades, e, à medida que se vão alcançando os objetivos, vão se modificando e se reajustando as premissas para outros fins.

É importante entendermos que a ação do jornal obedece a uma orientação direta de grupo do qual é representante. Gramsci (1989) apresenta uma distinção de tipos de jornais, a partir da orientação subliminar naquilo que produz para o público.

Distingue-se, em suma, entre o chamado jornal de informação ou “sem partido” explícito e o jornal de opinião, o órgão oficial de um determinado partido; ou seja, entre o jornal para as massas populares ou jornal “popular” e aquele dedicado a um público necessariamente restrito (Gramsci, 1989, p. 195).

A perspectiva que conjecturamos dos jornais impressos e dos meios de comunicação em Campina Grande que abordam a temática do estudo vão corresponder à concepção proposta por Gramsci (1989), concebendo o jornal como órgão oficial, logo, são raras, nesses jornais, as proposições contrárias a este ideário.

Os jornais que são fontes desta pesquisa apresentam a FCFCG ou temas relacionados ao Ensino Superior em Campina Grande, a partir de seu grau de relação, seja com a cidade ou com a criação desse tipo de ensino. O jornal *O Norte*, por exemplo, que é um periódico estatal da Paraíba, quando traz as publicações acerca da Faculdade e do ensino superior em Campina Grande, mesmo sendo um órgão jornalístico ligado às estruturas governamentais, o faz com menor destaque em relação à forma como é veiculada por outros jornais da própria cidade, que expressam nitidamente sua intencionalidade em veicular o tema, dando-lhe sempre maior ênfase. Para Gramsci, o jornal de Estado obedece a uma concepção.

A concepção do jornal de Estado é logicamente ligada às estruturas governativas e não liberais (isto é, aquelas na quais a sociedade civil se confunde com a sociedade política), sejam elas despóticas ou democráticas (ou seja, quer naquelas onde a minoria oligárquica pretende ser toda a sociedade, quer naquelas onde o povo indiferenciado pretende e acredita ser verdadeiramente o estado) (Gramsci, 2022, p. 225).

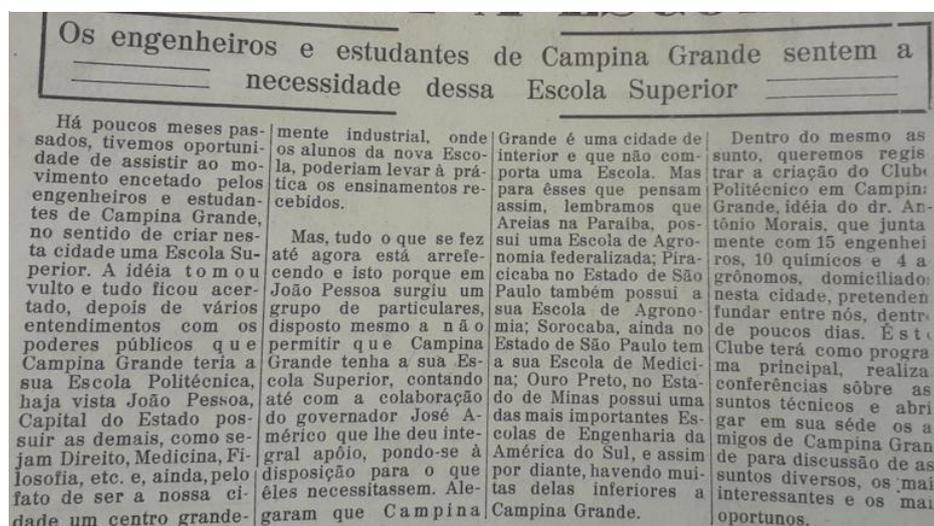
Pressupomos, então, que a ação do jornal *O Norte* leva em consideração as questões relacionadas aos embates entre a capital do estado, João Pessoa, e a cidade de Campina Grande, havendo, neste sentido, uma atuação desse Jornal elencando elementos mais favoráveis à capital do que a Campina Grande. Essa postura do jornal mostra que, nesse clima de competitividade, as disputas políticas e econômicas não eram as únicas que interferiam no processo de instalação da Faculdade em Campina Grande.

Na matéria do *Jornal de Campina*, de 11 de janeiro de 1953, intitulada “Sabotam a Escola Politécnica”, fica evidente que o periódico se coloca na posição de quem está realizando uma crítica à capital paraibana. De certa forma, concentrar interesses educacionais de Campina

Grande no cerne da discussão de disputa política e econômica entre as duas cidades iria encorajar os campinenses a fortalecer cada vez mais seus projetos acadêmicos. É importante esclarecer que não estamos negando que havia uma disputa entre Campina Grande e João Pessoa, mas, sim, chamar a atenção para a natureza da representação de como a notícia foi anunciada. Ou seja, não há atitude do sujeito pensante que analisa a realidade de forma especulativa, mas de uma construção que tencionava para os seus próprios fins (Kosik, 1976).

Observando a matéria registrada na Foto 3 adiante, há mais evidências daquilo que Kosik (1976) denomina de “representação da aparência”. A matéria anuncia uma aparência da realidade, uma vez que não foi construída na qualidade da *práxis* humana que fundamenta seus conhecimentos na análise e compreensão teórica de uma dada realidade considerando suas relações com uma totalidade e mediações (Kosik, 1976). Infere-se do texto impresso que, em João Pessoa, atuava-se contrariamente ao que se fazia em Campina Grande com relação às ações do governo estadual. O jornal vai dizer que, após longos debates acerca de qual instituição de ensino superior atenderia aos anseios da juventude campinense, engenheiros de João Pessoa, desejosos por criar uma Politécnica na Capital, resolvem tentar impedir que a escola seja criada em Campina Grande.

Foto 5 – Jornal de Campina – 1953



Fonte: Jornal de Campina, 1953. Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida.

A análise que fizemos para compreender a ação do jornal nessa relação de partido político foi feita com base no contexto de sua produção. A partir daí, devemos considerar os motivos pelos quais determinado fato é veiculado, sua intencionalidade e intensidade ao fazer tal divulgação e para qual público.

O jornal *O Norte*, de 24 de julho de 1954, traz a seguinte manchete: “Evaldo do Ó o candidato: Congresso dos Estudantes Universitários”. Leiamos a notícia.

Chegaram quase todas as representações universitárias dos Estados, junto ao 17º Congresso Nacional dos Estudantes, que se estalará no dia 26, na Universidade Rural. Reina grande expectativa em torno do conclave, havendo constantes conferencias dos líderes estudantis em torno do acontecimento. Representantes da União Universitária Campinense estão desenvolvendo intensa atividade, inclusive o comparecimento aos Ministérios, para o encaminhamento das soluções aos problemas ligados à Escola Politécnica da Paraíba e à Faculdade Católica de Filosofia, com sede em Campina Grande (O Norte, 1954).

A intencionalidade do jornal, quando se refere a atividades da UUC ou às ações pró-fundação de Faculdades, além do destaque de Edvaldo do Ó, configura sua posição na classe dirigente e política. Para confirmá-lo, ponderamos o grau de relação desse personagem com as impressas jornalísticas bem como sua singularidade como um dos principais articuladores de todo o processo de implementação do ensino superior em Campina Grande. Edvaldo do Ó atuou em muitas frentes. Ademais da elaboração e presidência da UUC, mobilizou as campanhas na cidade para a fundação das faculdades, articulou-se a autoridades de influência para as autorizações das instituições de ensino, ocupou cargos públicos, promoveu cargos de professores nas faculdades, entre muitas outras atividades.

No livro de telegramas da UUC, dos anos de 1953/54, se registravam as trocas de correspondência, enviadas e recebidas da UUC, entre políticos, colaboradores, o presidente da UNE João Pessoa e outros, demonstrando, deste modo, a intensa movimentação dessa entidade e de seu presidente, Edvaldo do Ó, o que também expressa a força de Do Ó a coordenar um grupo de articulação em prol das demandas burocráticas e políticas das Faculdades criadas.

Após a criação da FCFCG, a ação se volta para outras exigências: as autorizações de funcionamento dos cursos e da instituição e seu reconhecimento legal. Os trâmites desses processos junto à Divisão do Ensino Superior eram demorados, burocráticos e, não raramente, ficavam travados por motivos desconhecido.

Em matéria do jornal *O Norte*, de 17 de dezembro de 1954, logo adiante reproduzida, relata-se a entrevista com Lopes de Andrade, chefe da Casa Civil do Estado da Paraíba. Na ocasião, o Secretário estava a serviço para resolver demandas outras junto ao Ministério da

Educação. O relato descreve que, em favor de tal oportunidade, e a pedido do Dr. Antônio Lucena<sup>35</sup>, fosse verificada a situação da autorização da FCFCG no Ministério.

A matéria descreve que o parecer favorável do Diretor da Divisão do Ensino Superior não havia ocorrido, devido ao questionamento acerca dos motivos empregados para justificar a necessidade da criação e funcionamento de uma Faculdade de Filosofia em uma cidade do interior da Paraíba. Na longa matéria, é possível ter uma visão geral da forma como o Jornal retratou o fato.

Dispunha de pouco tempo no Rio, não podia me demorar muito e os mistérios da minha própria escola exigiam toda a minha atividade. Entretanto, procurei informar-me junto a divisão do ensino superior onde o processo da Escola de Campina Grande corre e a secretária do Conselho Técnico do Ensino Superior, dona Nair, informou-o categoricamente que o parecer contrário ao funcionamento da Faculdade de Filosofia de Campina Grande não tinha passado, como deveria passar, sobre as suas mãos, por conseguinte ela concluía de que tal parecer não existir. Sabia ela e sabe todo mundo que Dr. Jurandir Lodi, diretor do ensino superior, é muito rigoroso na matéria de processo de reconhecimento de escola. Ele sempre está em princípio contra o reconhecimento imediato de uma determinada escola. Não é isso novidade. Entretanto, até então, não tinha dado parecer contrário à Escola de Campina Grande e, sim apenas procurado indagar as razões e as necessidades da Escola, a sua capacidade de funcionar, mas nada havia contra a Escola propriamente dita. Ela concluía – a secretaria do ensino superior – o reconhecimento da Faculdade de Filosofia de Campina Grande era um acontecimento que estava previsto porque o fator principal – acentuava dona Nair no reconhecimento de uma escola de filosofia, como outra qualquer, é a instituição mantenedora dessa escola. E, através do processo, essa tinha conhecimento de que a Diocese de Campina Grande era a instituição mantenedora da Escola de Filosofia e que era suficiente esse fato para garantir-lhe o seu reconhecimento e o seu funcionamento. Quanto ao mais, a existência de professores o processo estava inteiramente regular. E fazia votos que esse processo marchasse sem outras interrupções de modo que a Faculdade de Filosofia funcionasse também em 1955. Já ao sair do Rio informações me davam que o dr. Lodi deixaria a direção do ensino superior e que outro diretor estaria sendo escolhido para aquela função. Estes detalhes naturalmente prejudicarão um pouco o processo (O Norte, 1954).

Ainda analisando os jornais, entendemos que estes foram criando uma imagem ou visão da FCFCG para o seu público. Os eventos e/ou ações que a Faculdade promovia ou das quais participava eram transformados em conteúdo jornalístico. Empenhados em promover a

---

<sup>35</sup> Antônio Lucena, nascido em Campina Grande em 27 de abril de 1927, destacou-se como jurista e ocupou o cargo de reitor da antiga Fundação da Universidade Regional do Nordeste (FURNE), Além disso, desempenhou funções como Secretário Estadual de Justiça, Secretário Municipal de Administração em Campina Grande e professor universitário.

reputação dessa instituição perante a sociedade, seus editores tinham como objetivo influenciar seus leitores.

Uma das muitas providências da Diretoria da FCFCG diz respeito à solicitação à Câmara Municipal de Campina Grande para que fosse aprovada a vinda de 2 conceituados professores canadenses, a fim de ministrarem aulas na Faculdade e em outros colégios da cidade. Essa informação aparece na matéria do Jornal *O Norte*, publicada em 26 de janeiro de 1955, conforme transcrevemos a seguir.

PROFESSORES CANADENSES PARA A FACULDADE DE FILOSOFIA – A Diretoria da faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, enviou à câmara municipal desta cidade um requerimento pedindo a aprovação por parte daquela casa do legislativo campinense, para o contrato de dois professores canadenses para lecionar na referida escola e demais educandários dessa cidade. Tratando-se de professores especializados e de grande renome nos círculos universitários do Canadá, e só sendo possível o contrato dos mesmos através de um consentimento da câmara municipal, tem-se como certo que os vereadores campinenses aprovarão a iniciativa da Faculdade de Filosofia, autorizando o contrato (O Norte, 1955).

Os jornais noticiaram o movimento histórico da FCFCG, desde as mobilizações pró-fundação, sua criação até ao seu regular exercício; descreveram também as relações estabelecidas com outras instituições, participação em eventos e promoção de eventos culturais, como festivais de arte para a cidade entre outros.

Outro aspecto também evidenciado no Jornal foi a organização do calendário letivo da Faculdade. Sobre esse assunto, no dia 23 de abril de 1955, o jornal *O Norte* veiculou a seguinte matéria:

A diretoria da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, distribuiu, hoje, uma nota com a empresa desta cidade informando que conforme determinação da Diretoria do Ensino Superior, ficou estabelecido o seguinte calendário para o corrente ano letivo naquele instituto de ensino superior: Inscrições de 26 a 28 de abril: exame vestibular, de dois a cinco de maio; matrícula, de seis a sete de maio; aula inaugural nove de maio; primeiro período escolar de nove de maio a 14 de julho (com aulas diárias de todas as cadeiras), primeira prova parcial, na segunda quinzena de julho. Segundo período normal (O Norte, 1955).

A partir desta manchete, é possível constatar que a FCFCG já se organizava conforme as determinações da Diretoria do Ensino Superior. Atendia ao que era exigido para a realização do exame vestibular para ingresso nos cursos da Faculdade bem como à distribuição das disciplinas em aulas diárias. Com base nesta notícia, observamos dois movimentos: 1º) a efetivação do processo de fundação e consolidação da Faculdade; e 2º) as intenções de

convocação de alunos para a nova Faculdade de Campina Grande. No que concerne à aula inaugural, segundo Uchôa (1964), esta se deu no dia 9 de maio de 1955, conforme descrito no calendário.

No jornal *O Norte*, na edição de 17 de fevereiro de 1956, foi publicada uma matéria que amplia o nosso entendimento acerca da finalidade da Faculdade: a preparação de docentes, ou seja, dedicar-se à área das humanidades. Cumpre dizer, entretanto que, conforme o jornal, a FCFCG também estava comprometida com o desenvolvimento econômico do Nordeste, portanto deveria atender às expectativas da classe dirigente. A posição do Jornal encontra lastro na realização de um Seminário de Desenvolvimento Econômico da região, promovido pela Faculdade Católica de Filosofia, em parceria com a Associação Comercial e com a Federação das Indústrias da Paraíba. O evento tinha como propósito estudar os múltiplos problemas enfrentados pelo Nordeste. Realizado ao longo de cinco dias, de 20 a 25 de janeiro, o seminário contou com o apoio da Agência Modelo de Estatística, Colégio Estadual e Escola Politécnica. A agenda incluiu debates, com a participação de representantes do Ministério da Fazenda e da Divisão Financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, abordando diversos aspectos econômicos a serem desenvolvidos no Nordeste.

## **2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CAMPINA GRANDE**

A presente seção disserta acerca do processo histórico de estruturação e organização da FCFCG, relatando as análises empreendidas para sua compreensão. Assim, com base nas fontes coletadas, compreendemos a percepção da estrutura e organização da instituição acadêmica material de nossa pesquisa.

Ao nos depararmos com uma instituição educacional, compreendemos que esta é ou foi repleta de significados. No caso do nosso objeto de estudo, estes significados encontram-se dispersos e fora do nosso alcance de visualização, uma vez que os prédios<sup>36</sup> onde funcionou a FCFCG atualmente não contém registros da instituição, logo não expressam seus projetos pedagógicos nem suas concepções educativas.

Os documentos que tratam da organização da instituição foram encontrados em arquivos distantes de sua origem e com ausências de características distintas. Ainda assim, por meio desses documentos, foi possível identificar alguns elementos que compuseram a estrutura e organização da FCFCG.

Foram compreendidas como dimensões da estrutura e organização da Faculdade, os locais de funcionamento, os cursos bem como sua direção administrativa e financeira. Dessa inquirição, ficamos cientes que a primeira instituição mantenedora da FCF foi a Diocese de Campina Grande, que garantiu suporte físico, material e financeiro.

De início, identificamos, no documento “Histórico da Faculdade”, as principais características organizativas da instituição bem como a capacidade estrutural e financeira da Mantenedora. O referido Histórico provavelmente foi redigido com o propósito de relatar o importante processo de solicitação do reconhecimento dos cursos de Letras Neo-Latinas e Anglo-Germânicas, os únicos que funcionavam na Faculdade até meados de 1964.

No documento, ainda foi possível perceber a descrição do espaço ocupado pela Faculdade, o edifício e as instalações, uma vez que as menções acerca da higiene, segurança, disponibilização dos objetos escolares, biblioteca e auditório, além de espaços amplos e arejados, áreas livres ajardinadas e boas condições de iluminação, foram destacados como a estrutura física disponibilizada pela Diocese de Campina Grande.

---

<sup>36</sup> Os prédios onde funcionou a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, o Colégio Diocesano Pio XI – entre os anos de 1954 a aproximadamente 1958 – funcionou no prédio da Escola Técnica do Comércio e a sede própria situada na rua Afonso Campos – aproximadamente em 1960 até ser incorporada a Universidade Regional do Nordeste –, onde atualmente funciona a Livraria Paulus de Campina Grande.

Posteriormente, por questões financeiras, em 1962, é registrada em ata do Conselho Diretor da FUNDACT, uma solicitação formal do Bispo Diocesano, Dom Otávio Aguiar, requerendo a transferência da FCFCG para a FUNDACT. Com essa transferência, há mudança de entidade mantenedora, ou seja, a FUNDACT passa a assumir a manutenção da Faculdade que passa a ser denominada de Faculdade de Filosofia de Campina Grande, fomentando nova orientação didática e administrativa.

Neste sentido, buscamos, nesta seção, desenvolver e registrar a história, a partir de um problema investigativo, de uma instituição escolar (Noronha, 2021), embora a maior parte dos documentos que encontramos tratasse de tramitações legais e não estivessem sob a guarda da própria instituição, mas, sim, em um acervo pessoal. Tal fato não diminui o esforço da análise aqui empreendida, uma vez que, na organização dos tópicos a seguir, se apresentará, em paralelo com as fontes, outros suportes teóricos para organização dessa história.

De início, apresentamos como a Diocese de Campina Grande emerge como instituição interessada e mantenedora da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande. Buscamos investigar os aspectos organizativos da Diocese recém-criada, a fim de evidenciar as proposituras de criação e manutenção de uma instituição de ensino superior. Ademais, nos interessava compreender a organização e a estrutura dessa Faculdade, frente aos interesses religiosos e/ou educacionais da sociedade de que tais instituições faziam parte.

Percebemos, ao longo da análise das fontes, acerca da organização e estrutura da instituição, que muitos percalços marcaram sua trajetória, evidenciados já na busca por pareceres favoráveis até a consolidação de um prédio específico para o desenvolvimento de suas atividades. A discussão desses aspectos culmina no último tópico desta seção, em que identificamos a transição da instituição mantenedora da FCFCG.

Para se chegar ao entendimento acerca da estruturação e organização da FCFCG, primeiro se buscará identificar como estava organizada a Diocese de Campina Grande, uma vez que esta foi a primeira mantenedora da referida Faculdade. Em seguida, trataremos da mudança de mantenedora da faculdade, saindo tal compromisso das mãos da Diocese para o esteio da FUNDACT. Tais discussões buscam evidenciar a estrutura e organização da instituição no período por nós estudado, conferindo materialidade e intencionalidade para uma causa educativa e/ou social em Campina Grande.

## **2.1 A Diocese de Campina Grande como mantenedora**

A Diocese de Campina Grande foi fundada em 14 de maio de 1949 (Silva, 2022). De acordo com Rietveld (2022, p. 155), para sua fundação foram necessários “[...]quase vinte e

cinco anos e três tentativas”. Para Viana (2022, p. 103), a criação se deu “[...] como um desdobramento do processo de *diocesaniação*, ou seja, da criação extensiva de dioceses pela Igreja Católica no Brasil”. Para o autor, a instauração de uma diocese compreende a reorganização da autogestão da Igreja (Viana, 2022). Dessa forma, em resposta à extinção do Padroado, isto é, união da Igreja e Estado, o estabelecimento do caráter laico estatal reformou também a organização da Igreja.

Entre as ações a serem desenvolvidas pelo Bispo, nesta Diocese, destacam-se “[...] a formação de um colégio de consultores diocesanos, a fundação de um seminário” (Rietveld, 2022, p. 157). O colégio de consultores diocesanos é o órgão de auxílio para o governo diocesano, formado por presbíteros escolhidos pelo Bispo. Quanto ao seminário, a este caberia o trabalho das vocações, uma vez que a recomendação da Bula Papal indicava sua criação mesmo que fosse um seminário de pequenas dimensões, com poucos estudantes seminaristas.

De acordo com Saviani (2021), as instituições são criadas conforme as necessidades dos homens. No que se refere à Campina Grande, tratava-se de atender às necessidades de uma Diocese recém-criada, cujos anseios e propósitos seriam garantidos a partir das relações entre os membros da sociedade católica por meio das instituições criadas em seu interesse.

Conforme Rietveld (2022, p. 158-159), “[...] o novo bispo encontrou na sua nova diocese um clero secular de aproximadamente dezoito padres seculares [...]. Além deste clero secular, havia sete religiosos no seminário de Ipuarana e três no convento de São Francisco, totalizando 28 padres”. Apesar de razoável quantidade de padres, o Bispo contava apenas com dezoito sacerdotes, uma vez que os dez padres franciscanos eram professores, logo não tinham como se dedicar às atividades da própria Diocese.

O trabalho do Bispo foi voltado para edificar a expressividade da nova Diocese bem como erguer sua estrutura. Foram muitas as ações desenvolvidas durante a sua gestão, entre elas a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, que, conforme Rietveld (2022), poderia ser um passo para um futuro seminário maior (Não há, porém, nos documentos que encontramos, registros sobre este dado). Para melhor compreender os propósitos do Bispo de Campina Grande, podemos refletir sobre o que diz Saviani, a seguir:

[...] As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (Saviani, 2021, p. 5).

Deduzimos que as ações desenvolvidas pelo Bispo na cidade de Campina Grande – a criação de novas instituições educacionais, a exemplo do educandário católico Seminário João

Maria Vianney; o acolhimento das Lourdinhas<sup>37</sup>, que iniciaram a construção do colégio no bairro do Alto Branco; e o convite para outros carismas católicos fazerem moradia em Campina Grande – tinha como ensejo aumentar o clero, e renovar as vocações mais jovens, atendendo, dessa forma, à intencionalidade religiosa. Essas ações foram vistas pelos idealizadores do Movimento Pró-Fundação de Faculdades, em Campina Grande, como uma oportunidade de edificar mais uma instituição de ensino superior.

Tratando do patrimônio da instituição mantenedora, estão descritas no histórico da Faculdade as seguintes informações que aqui resumimos:

- a) o prédio do Colégio Pio XI, na avenida Getúlio Vargas, nº230, orçado em Cr\$ 3.000.000.00 (três milhões de cruzeiros);
- b) um terreno junto à Catedral onde estava sendo erguida a sede da Faculdade, avaliado em Cr\$ 1.000.000.00 (um Milhão de cruzeiros);
- c) prédio e terreno do palácio Episcopal, situado na Avenida rio Branco, nº204, estimado em Cr\$ 3.000.000.00 (três milhões de cruzeiros);
- d) prédio e terreno do Seminário Diocesano no loteamento Lauritzem avaliado em Cr\$ 2.500.000.00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros);
- e) dois armazéns na rua João Pessoa<sup>38</sup>, nº 313 e 315, avaliados em Cr\$ 800.000.00 (oitocentos mil cruzeiros);
- f) mais três residências em Campina Grande, sendo no bairro da conceição – uma na rua Conceição nº 60; uma na rua Vigário Vanderlei nº 90; e a outra na rua Napoleão Laureano nº 498, respectivamente avaliadas em, Cr\$ 250.000.00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), Cr\$ 200.000.00 (duzentos mil Cruzeiros) e Cr\$ 1000.000.00 (cem mil cruzeiros).
- g) dois armazéns na rua Alexandrino Cavalcanti s/n, no valor de Cr\$ 700.000.00 (setecentos mil cruzeiros);
- h) um terreno na avenida Rio Branco, orçado em Cr\$ 3000.000.00 (trezentos mil cruzeiros);
- i) dois terrenos no Loteamento Lauritzem, no valor de Cr\$ 60.000.00 (sessenta mil cruzeiros);
- j) uma propriedade e uma casa no município de Pocinhos, orçadas em Cr\$ 1.000.000.00 (um milhão de cruzeiros) e Cr\$ 40.000.00 (quarenta mil cruzeiros), respectivamente; e
- k) uma casa na cidade de Monteiro, no valor de Cr\$ 80.000.00 (oitenta mil cruzeiros).

---

<sup>37</sup> Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição de Nossa Senhora de Lourdes.

<sup>38</sup> Atual prédio da Rádio Caturité, 104.1 FM, pertencente à Diocese de Campina Grande. Foi fundada no dia 07 de abril de 1951, após o então Presidente Eurico Gaspar Dutra assinar o Decreto nº. 28.540, de 24 de agosto de 1950, autorizando o funcionamento da rádio.

Trata-se, portanto, de um patrimônio superior a Cr\$17.000.000.00 (dezesete milhões de cruzeiros), entre casas, prédios, armazéns e terrenos. Conforme está descrito no documento, a renda anual desses imóveis era calculada em Cr\$ 260.000.00 (duzentos e sessenta mil cruzeiros).

Ao descrevermos o patrimônio da Diocese, buscamos atestar as condições financeiras que justificavam a manutenção da Faculdade. Sob a perspectiva do Movimento Pró-Fundação de Faculdades, as necessidades financeiras não eram, no entanto, as únicas a serem pontuadas. A dimensão arquitetônica bem como as informações acerca da estrutura de uma instituição a ser criada também eram requeridas, motivos pelos quais se fazia necessária uma descrição detalhada de outros aspectos, dos quais trataremos a seguir.

## **2.2 A estrutura e organização da FCFCG**

Um dos grandes desafios desta dissertação foi tratar da perspectiva estrutural e organizacional da Faculdade. Os motivos foram a ausência de mais fontes que nos auxiliassem a compreender, com mais detalhes, a concreticidade dessas duas dimensões da instituição. Para as desenvolvermos, faremos o emprego e a análise do documento nomeado de “Histórico da Faculdade” – o documento não apresenta datação de quando foi elaborado, por isso deduzimos, a partir da análise do próprio documento, que se trata de uma produção da própria diretoria da FCFCG no ano de 1959. Foi-nos possível fazer essa dedução a partir da exposição dos objetivos do documento, descritos em critérios para atendimento à solicitação ao Ministério da Educação, para o reconhecimento dos cursos de Letras Anglo-Germânicas e Letras Neo-Latinas – fato que ocorreu em abril de 1959 – bem como o cruzamento de outros documentos sobre a Faculdade, isto é, os jornais e decretos.

Conforme as fontes, a fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, se deu em 24 de abril de 1954. No evento de sua implementação, estavam presentes diversas personalidades campinenses: o Bispo Dom Anselmo Pietrulla, fundador da Faculdade; o Dr. Milton Ferreira de Paiva, Inspetor Federal; o Dr. Antonio da Silva Moraes, Diretor da Escola Politécnica da Paraíba; o Dr. Carlos de Lira Neto, Diretor da Escola de Agronomia do Nordeste; o Pe. Dr. Frederico Schaefer e outras figuras de destaque social de Campina Grande. O Histórico da Faculdade menciona que, durante a fundação da FCFCF estavam presentes “[...] pessoas gradadas da elite intelectual local”.

Ainda conforme o documento acima mencionado, a Faculdade, em 2 de julho de 1954, já contava com uma congregação de professores – uma espécie de colegiado ou órgão interno de caráter deliberativo que avaliava as decisões naquele primeiro momento da instituição. O

documento não especifica o processo de como se deu essa organização dos professores, mas informa que esta congregação, na data acima mencionada, escolheu o seu primeiro diretor, o Pe. José Bonifácio Araújo, que, com brilhantismo, exerceu o cargo por um período não informado. O Padre deixou o cargo, mas, assim como ocorreu quanto ao período de gestão, os motivos de seu afastamento também não aparecem no documento em análise

A edição do Jornal *O Norte*, de 29 de outubro de 1954, traz a seguinte manchete: “[...] Deverá funcionar nesta cidade a partir do próximo ano a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, fundada pela Diocese dessa cidade, e da qual é diretor Pe. Bonifácio, ilustre sacerdote conterrâneo”. Na data desta edição, pressupomos que o diretor da Faculdade era o Pe. José Bonifácio.

O Pe. José Bonifácio foi substituído pelo Revdmo. Pe. Francisco Maia, que estava em exercício no período de elaboração do pedido de reconhecimento dos cursos.

Em 23 de outubro de 1955, a matéria do Jornal descreveu a visita do Pe. Francisco Bragança, Reitor da Universidade do Recife, a Campina Grande, para participar de evento nas Faculdades. Conforme a matéria, o Reitor foi recebido no aeroporto pelas seguintes autoridades: “[...] Prefeito Elpidio de Almeida, dr. Edvaldo de Souza do O’, diretor de Educação e Cultura, dr. Antonio da Silva Morais, diretor da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba; **Padre Francisco Maia, Diretor da faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande**” (grifo nosso). A partir do texto do Jornal, constatamos que, na data de tal evento, a FCFCG já estava sob sua segunda direção.

Em 15 de dezembro de 1954, a Faculdade formou o Conselho Técnico Administrativo, constituído por três professores: Maria do Céu Carvalho, Frei Adriano Hipólito Ofm e Milton Ferreira Paiva. A Faculdade contava com a Congregação de Professores, Diretor e Conselho Técnico Administrativo. O documento que analisamos não descreve se este Conselho foi criado pela deliberação da Congregação de Professores ou da determinação do Diretor. A este conselho foram atribuídas várias obrigações, entre elas as tomadas de decisões referentes às questões administrativas da instituição.

A partir dessa dimensão, compusemos o quadro de professores, abaixo, de acordo com os dados coletados.

**Quadro 1 – Professores e disciplinas (1955-1959)**

<b>Professores</b>	<b>Cadeiras</b>
Pe. Francisco Maia	Literatura Latina
	Psicologia Educacional
Pe. Antônio de Albuquerque Nóbrega	Cultura Brasileira
	Cultura Religiosa
Pe. Emídio Viana Correia	Língua Latina
Pe. José Bonifácio de Araújo	Introdução à Filosofia
Pe. Francisco da Rocha Guimarães	Filosofia Românica
Dedíue França	Língua e Literatura Francesa
Ivanildo Coêlho Holanda	Língua e Literatura Italiana
	Administração Escolar
João Luiz Corrêa	Literatura Brasileira
José Córdoba Trujillano	Língua e Literatura Espanhola e Literatura Hispano-Americana
Célia Miranda de Aguiar Loureiro	Didática Geral
Francisco Aldo Silva	Administração Escolar
Fernando Hipólito	Língua e Literatura Portuguesa
Frederico Schaefer	Língua e Literatura Alemã
Frei Vital Wilhelm Boklage	Língua e Literatura Inglesa
Irene Revoredo Barreto	Didática Especial
Jacinto Neves dos Santos	Língua e Literatura Francesa
José Elias Barbosa Borges	Linguística
Maria Argentina Brasileiro Silva	Língua e Literatura Portuguesa
Margarida Maria Von Bogaert	Língua e Literatura Inglesa

Fonte: Dados da Pesquisa organizados pelo autor, 2023.

A relação de professores e suas respectivas cadeiras, conforme disposto no Quadro 1, está registrada em uma das atas de reunião da FUNDACT. Nesse mesmo documento, datado de 1962, se tratava da transferência de mantenedora da Faculdade, isto é, da Diocese para a FUNDACT.

Além dos professores relacionados no Quadro 1, também identificamos em outras fontes, outros professores, conforme já mencionados em ocasião da formação do Conselho Técnico Administrativo, outros foram identificados nos jornais, como João Pessoa de Albuquerque, Diretor do Departamento de Cultura da FCFCG. Júnior e Cartaxo (1994, p. 62), em capítulo que trata da FCFCG, incluem outros nomes na lista de professores da instituição, como, Manuel Figueiredo, Valdo Lima do Valle e o Padre Henriques Maia Souza.

Segundo as fontes que analisamos, o corpo docente era composto de pessoas consideradas com boa conduta e moralidade de prestígio, com experiência na profissão. Não há, contudo, qualquer informação sobre a formação/titulação desses docentes; os documentos

destacavam apenas que os professores possuíam *notório saber*<sup>39</sup>. Conforme já destacamos no Quadro 1, havia a presença de padres e um frade franciscano como parte do corpo docente da FCFCG.

No Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, são definidas as finalidades da Faculdade Nacional de Filosofia Ciências e Letras, estabelecendo as especificidades dos cursos e a orientação para as Faculdades que formam para o exercício da magistério. Os artigos 17 e 18 desse Decreto-Lei tratam das especialidades dos referidos cursos de Letras Neo-Latinas e Anglo-Germânicas, respectivamente, a serem desenvolvidos no período de três anos de curso. No Art. 17, que se refere ao curso de Letras Neo-Latinas, estabelecia-se seguinte seriação de disciplinas, como se vê no Quadro 2 abaixo.

**Quadro 2 – Disciplinas por série do curso de Letras Neo-Latinas**

1ª Série	2ª Série	3ª Série
1. Língua latina	1. Língua latina	1. Filosofia românica
2. Língua e literatura francesa	2. Língua portuguesa	2. Língua portuguesa
3. Língua e literatura italiana	3. Língua e literatura francesa	3. Literatura portuguesa e brasileira
4. Língua espanhola e literatura espanhola e hispano-americana	4. Língua e literatura italiana	4. Língua e literatura francesa
	5. Língua espanhola e literatura espanhola e hispano-americana	5. Língua e literatura italiana
		6. Língua espanhola e literatura espanhola e hispano-americana

Fonte: Adaptado do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939.

Já no Art. 18, referente ao curso de Letras Anglo-Germânicas, vê-se a seguinte seriação de disciplinas.

<sup>39</sup> 1) O Notório Saber é uma medida excepcional para reconhecer publicamente o conhecimento e a erudição. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=not%C3%B3rio+saber&oq=&gs\\_...](https://www.google.com/search?q=not%C3%B3rio+saber&oq=&gs_...) Acesso em: 18 mar. 2025.

2) O Notório Saber é a forma pela qual o governo mede, avalia e certifica experiências profissionais relevantes, acompanhadas de atuações e realizações profissionais, acadêmicas e institucionais, notadamente de dimensão internacional. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/professor-recebe-certificacao-notorio-saber> ... Acesso em: 18 mar. 2025.

**Quadro 3 – Disciplinas por série do curso de Letras Anglo-Germânicas**

1ª Série	2ª Série	3ª Série
1. Língua latina	1. Língua latina	1. Língua portuguesa
2. Língua inglesa e literatura inglesa e anglo-americana	2. Língua portuguesa	2. Língua inglesa e literatura anglo-americana
3. Língua e literatura alemã	3. Língua inglesa e literatura inglesa e anglo-americana	3. Língua e literatura alemã
	4. Língua e literatura alemã	

Fonte: Adaptado do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939.

Os Quadros 2 e 3 referem-se ao disposto no Decreto-Lei nº 1.190. Em relação ao Quadro 1, observamos que, na FCFCG, havia uma concordância com o cumprimento das disciplinas estabelecidas por lei, referente ao ensino das Letras. Havia, no entanto, a presença de disciplinas direcionadas ao Magistério ou curso de Pedagogia. São elas: Psicologia Educacional, Administração Escolar, Didática Geral e Didática Especial. Há, também, uma disciplina com dimensão religiosa, isto é, Cultura Religiosa, e mais uma denominada Cultura Brasileira. No que diz respeito à disciplina Cultura Religiosa, entendemos que está se conforma com a matriz religiosa da mantenedora da FCFCG. As demais disciplinas compõem orientação pedagógica, necessárias à formação de professores, ficando apenas a de Administração Escolar com pouco entendimento

Os cursos de Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas receberam seus respectivos reconhecimentos em 16 de abril de 1959, por meio do Decreto nº 45.820. O pedido de reconhecimento deveria ter sido formalizado na vigência do segundo ano da autorização para o funcionamento dos cursos, conforme já apresentado no tópico que trata das medidas legais e de acordo com o Art. 6º do Decreto-lei nº 421, que dispõem sobre essa exigência. Se a Faculdade teve constituído este pedido em 1957, não obtivemos nas fontes elementos que lhe fizessem alusão.

No documento em que foi solicitado o reconhecimento do curso ao Ministério da Educação e Cultura, consta a informação de que, nesta data de produção do documento, o Regimento Interno da FCFCG já havia sido aprovado pelo Conselho Nacional de Ensino, por meio do parecer nº 49/55.

Em procedimento para a solicitação de documentos junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao Ministério da Educação<sup>40</sup>, requeremos e protocolamos, pelos canais de comunicação oficiais, pedido, a ambos os órgãos, do Regimento Interno da FCFCG, do parecer

---

<sup>40</sup> A primeira resposta que obtivemos do protocolo de documentos do Ministério da Educação (MEC), em 17 de janeiro de 2024, não foram satisfatórios. Outros pedidos foram protocolados e recebemos, do Conselho Nacional de Educação, os documentos contendo pareceres acerca de autorizações e reconhecimento da FCFCG.

mencionado, currículo dos professores, prováveis decretos de autorização e reconhecimento da Faculdade entre outros. Tal medida nos foi necessária, uma vez que, durante a pesquisa, não encontramos decretos que fizessem referência à autorização e ao reconhecimento da instituição – com exceção apenas dos cursos de Letras, conforme já apresentado. Segue abaixo a relação de documentos enviados pelo CNE.

**Quadro 4 – Quadro com Pareceres e Decretos da do CNE e CFE sobre a FCFCG**

Parecer		Decreto
Número	Ementa	
Parecer CNE nº 15/1955, aprovado em 14 de março de 1955	Autorização para funcionamento dos cursos de Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.	Decreto nº 37.193, de 18 de abril de 1955 – Concede autorização para funcionamento dos cursos de Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.
Parecer CNE nº 49/1955, aprovado em 21 de março de 1955	Aprovação do Regimento da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande/PB.	
Parecer CNE nº 298/1958, aprovado em 25 de agosto de 1958.	Mudança de sede da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande/PB	
Parecer CNE nº 11/1959, aprovado em 9 de março de 1959.	Reconhecimento dos cursos de Letras Anglo-Germânicas e Neo-Latinas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.	Decreto nº 45.820, de 16 de abril de 1959 – Concede reconhecimento aos cursos de Letras Anglo-Germânicas e Letras Neo-Latinas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.
Parecer CFE nº 232/1962, aprovado em 17 de outubro de 1962	Transferência de mantenedora da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande para Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica.	
		Decreto nº 52.293, de 24 de julho de 1963 – Dispõe sobre a denominação e manutenção do estabelecimento de ensino que indica. (A Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, no Estado da Paraíba a que se refere o Decreto nº 45.820, de 16 de abril de 1959, passa a denominar-se Faculdade de Filosofia de Campina Grande).

Fonte: Dados da Pesquisa organizados pelo autor, 2023.

Sobre o funcionamento da FCFCG, o Histórico da Faculdade descreve que as aulas se desenvolviam no turno da manhã e atendiam ao regimento e as resoluções determinadas pelo Ministério da Educação.

No que concerne ao edifício e as suas instalações, o documento que analisamos nos aponta que o primeiro edifício onde funcionou a Faculdade estava localizado na avenida

Presidente Getúlio Vargas. O único imóvel da Diocese de Campina Grande situado nessa avenida é o prédio do Colégio Diocesano Pio XI, o que nos permite deduzir que a Faculdade funcionou concomitantemente com o Colégio. Esta indicação também encontramos no parecer nº 15 do CNE de 1955, na ocasião do pedido de autorização dos cursos, lá consta informações, acerca do Edifício, Mobiliário e Instalações, que a instituição funcionaria no Prédio do Colégio Pio XI.

Já a sua segunda sede, estava situada também na Avenida Getúlio Vargas, no centro de Campina Grande, especificamente, no prédio da Escola Técnica do Comércio Municipal. A FCFCG solicitou autorização da Prefeitura Municipal, encaminhada ao MEC, para que a Comissão do Ensino Superior aprovasse o pedido de mudança provisória de sede, justificando que o prédio próprio da instituição estava em fase de construção. O referido documento consta no anexo 2.

**Foto 6** – Edifício da Escola Técnica de Comércio de Campina Grande na década de 1950



Fonte: IBGE, Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=442982&view=detalhes><sup>41</sup> Acesso em: 02 de mar. 2024.

A construção da sede própria da FCFCG, na rua Afonso Campos, no centro da cidade de Campina Grande, se iniciou em meados de 1958, por meio de subvenções Federais. O Diário do Congresso Nacional, na edição de 23 de agosto de 1958, destinou subvenção, para a FCFCG,

---

<sup>41</sup> No referido edifício, funcionou a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UEPB. Atualmente funciona o Centro artístico Cultural da UEPB.

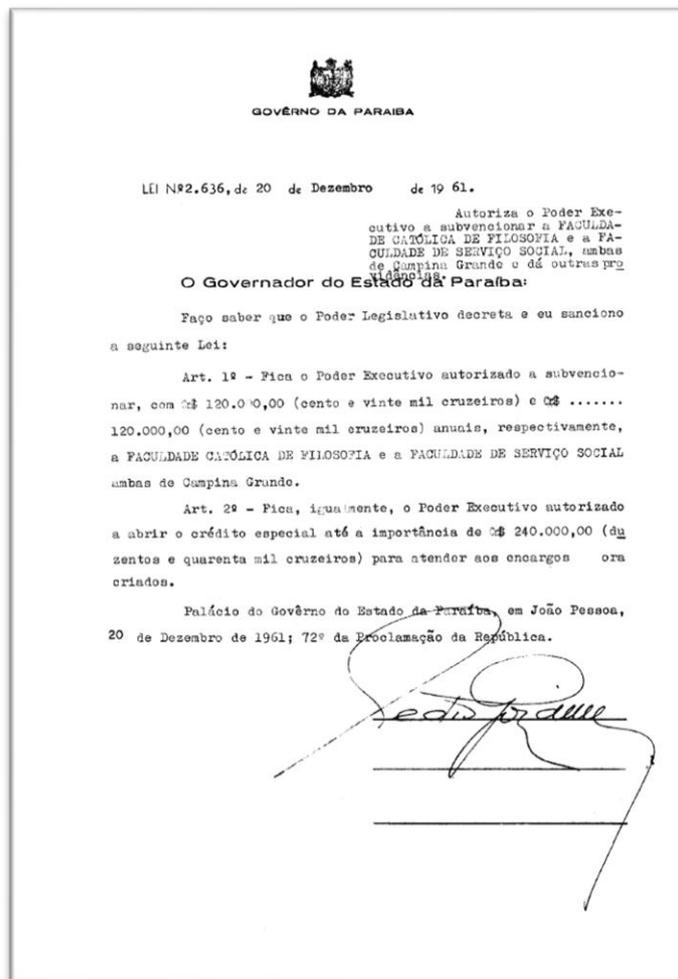
para encargos, manutenção e obras, no valor de Cr\$ 1.500.000.00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros). Já a edição de 12 de agosto de 1959, faz uma retificação de indicação da FCFCG, para o orçamento de 1959, no qual, segundo o periódico, saiu incompleto. O orçamento Federal, destinava-se à continuidade da construção da sede da Faculdade.

Corroborando o crescimento da Diocese, o documento Histórico da Faculdade, ao descrever as condições físicas e estruturais para manutenção da FCFCG, apresenta capacidade financeira ampliada, conforme descrito a seguir:

[...] até 1957, a subvenção do Governo Federal de Cr\$ 700.000.00 (setecentos mil cruzeiros), sendo que em 1958 foi elevada essa verba para Cr\$ 1.000.000.00 (hum milhão de cruzeiros). Reforça a sua capacidade financeira, uma subvenção Municipal de Cr\$ 120.000.00 (cento e vinte mil cruzeiros) assim como Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) anuais da Diocese, a fora o natural rendimento de seus próprios alunos. No Governo recentemente findo do Dr. José Américo de Almeida, recebeu esta Faculdade, com auxílio a importância de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000.00), esperando, no entanto, a continuação da mesma dádiva (FCFCG, 1959).

O Governo do Estado da Paraíba, por meio da Lei nº 2.636, de 20 de dezembro de 1960, autoriza o poder executivo a subvencionar a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, no valor de Cr\$ 120.000.00 (cento e vinte mil cruzeiros), e mais, autoriza o poder executivo a também abrir crédito especial no valor de até Cr\$ 240.000.00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros), conforme exposto abaixo.

Foto 7 – Lei nº 2.636, de 20 de dezembro de 1961



Fonte: (Paraíba, 1961).

Ainda sobre as subvenções, na Lei Municipal nº 90, de 31 de dezembro de 1963, que estima a receita e fixa as despesas da Prefeitura Municipal de Campina Grande para o ano de 1964, foi aprovada, para a Faculdade de Filosofia de Campina Grande, a subvenção de Cr\$ 180.00.00 (cento e oitenta mil cruzeiros). Nesse período, a Faculdade era mantida pela FUNDACT.

Sobre as características físicas das instalações da escola, o Histórico da Faculdade acentua as questões físicas, de segurança, higiene, destacando espaços amplos e arejados. O prédio contava com áreas livres ajardinadas, comportava biblioteca e auditório, condições de

boa iluminação bem como dispunha de espaço para futuras ampliações. Também foi descrito que o prédio havia sido construído recentemente, obedecendo à técnica descrita como moderna, incluindo área para a prática de esportes.

É importante destacar as menções à higiene empregada no prédio. Foram descritas as condições dos sanitários bem como a ligação com a rede geral de esgotos da cidade. Sobre as demais condições físicas e materiais do prédio, descreve-se que havia um bebedouro em cada pavimento, cinco lavatórios, sendo que um destes ficava em uma sala de aula.

Bencostta (2001), ao analisar a arquitetura dos grupos escolares curitibanos, destaca a centralidade evidenciada em torno de um prédio moderno e com boas condições de higiene. Segundo o autor, os elementos arquitetônicos bem como a estrutura, higiene e organização das instituições escolares compreendem uma ideia de civilidade e educação. O texto que, portanto, descrevia os locais onde eram construídos os prédios escolares “[...] enfatizava a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequada localização sanitária, requisitos indispensáveis” (Bencostta, 2001, p. 114).

Saviani (2012), ao tratar do significado da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, relata a posição de Francisco Campos a respeito da instituição, no sentido de que o instituto atuaria nos pontos fracos ou lacunas de nossa cultura, ou seja, as deficiências relacionadas aos níveis de ensino. O ministro ainda caracterizou a instituição com caráter especial e misto, “[...] dando-lhe ao mesmo tempo funções de cultura e papel eminentemente utilitário e prático” (Campos, 2000, p. 126. *apud* Saviani, 2012, p. 18). A demanda para a qual a Faculdade foi pensada apontava para a necessidade da formação de professores.

Assim, conforme o seu idealizador, Francisco Campos, a nova faculdade não seria apenas um “órgão de alta cultura ou de ciência pura e desinteressada”, mas deveria ser, “antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação” cuja função precípua seria a formação dos professores, sobretudo os do ensino normal e secundário (Saviani, 2012, p. 19).

Segundo o autor, esta formação foi marcada por perspectivas que consideravam a formação profissional para o magistério, a formação didática e pedagógica e a missão de elevação da alta cultura literária e científica (Saviani, 2012).

Deduzimos que esse movimento em torno da objetivação de uma elevação cultural e intelectual em Campina Grande, impulsionado pela fundação de faculdades e escolas de nível superior, no ponto de vista de seus idealizadores, foi um dos motivadores de desenvolvimento intelectual e cultural. Partir de uma ação ideológica e política pressupõe uma vontade coletiva, no caso, do fragmento de uma determinada classe social campinense. Gramsci (2022, p. 13), ao tratar da vontade coletiva, assim argumenta:

O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas.

De certa forma, embora as classes dirigentes da sociedade campinense tivessem maiores inclinações para outras áreas do conhecimento – o técnico e o científico –, as humanidades também foram objeto de interesse, ou seja, tiveram um certo domínio, como se a ação das classes dirigentes na sociedade campinense atuasse “[...] sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva” (Gramsci, 2022, p. 14).

### **2.3 A transição para a FUNDACT (1962)**

Como já referido em outro momento, a FCFCG foi mantida pela Diocese de Campina Grande até meados de 1962, quando esta fez uma solicitação à FUNDACT, para transferir a administração da Faculdade, pedindo que a Fundação assumisse completamente o controle dessa instituição de Ensino Superior.

Em 1958 e 1959, a Faculdade havia recebido subvenções Federais para obras e outras finalidades, além de outras subvenções, municipais e estaduais, bem como gozava do arrecadado com as mensalidades dos alunos.

Este é o período em que a FCFCG iniciava a construção de sua sede definitiva, na rua Afonso Campos. Conforme o contrato de empreitada para a execução da obra, assinado pelo Pe. Francisco Maia – Diretor da FCFCG – e Alzir Pimentel de Aguiar, representante da firma Empreendimentos Comerciais e Industriais Borborema S/A, O empreendimento foi orçado em Cr\$ 12.000.000.00 (doze milhões de cruzeiros), a serem pagos em cinco prestações, e o prazo para a execução da obra foi estipulado em 160 dias.

Ainda de acordo com o contrato de construção, a forma de pagamento da obra seguiria o seguinte critério,

A primeira de Cr\$ 4.000.000.00 – (quatro milhões de cruzeiros), na assinatura do contrato, a segunda de Cr\$ 2.000.000.00 – (dois milhões de cruzeiros), trinta (30) dias após assinatura do contrato, a terceira de Cr\$ 2.000.000.00 – (dois milhões de cruzeiros), sessenta (60) dias após assinatura do contrato, a quarta Cr\$ 2.000.000.00 – (dois milhões de cruzeiros), noventa (90) dias após assinatura do contrato e o restante na entrega da obra (Contrato de Construção, s/d).

A análise do contrato bem como a de outras fontes não nos possibilitou afirmar se houve algum descumprimento do acordo, fosse quanto ao sistema estabelecido de pagamento fosse por outros motivos, por parte de uma ou de ambas as partes – fato é que, em 1963, o segundo pavimento do prédio da Faculdade ainda não estava totalmente acabado.

Sobre o andamento da obra, especificamente, identificamos a construtora responsável, iem uma foto de uma placa da obra. Abaixo, na Foto 6, identificamos algumas informações: Projeto e Construção Concreto; Instalações Hidráulicas e Elétricas; J. Carlos Ramalho Clerot<sup>42</sup>, Eng Civil e mais o que pressupomos ser o código do engenheiro ou da obra. A placa não faz, entretanto, qualquer referência à firma Empreendimentos Comerciais e Industriais Borborema S/A.

**Foto 86** – Prédio em construção da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande



Fonte: Júnior e Cartaxo (1994, p. 61).

O momento histórico de construção da sede, foi, provavelmente, o mesmo em que a Faculdade acumulou dívidas, atrasou salários e outros saldos devedores que convergiram para que a Diocese de Campina Grande formalizasse à FUNDACT o pedido de transferência.

A solicitação foi motivada, tendo em vista a grave conjuntura financeira que a Faculdade enfrentava, estando com um ano de atraso nos pagamentos de salários dos professores e funcionários bem como nos pagamentos do comércio local e fornecedores, segundo descrito no documento.

---

<sup>42</sup> José Ramalho Clerot, filho do engenheiro Leon Francisco Clerot e Luzia Ramalho B. Clerot.

De acordo com a ata de reunião da FUNDACT, de 8 de julho de 1962, o Conselho Diretor da Fundação reuniu-se para estudar a solicitação do Bispo Diocesano de Campina Grande, Dom Otávio Aguiar, de transferir a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande e seus encargos para a FUNDACT.

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT) foi uma instituição criada em Campina Grande, pelo Poder Público Municipal, por meio da Lei nº 48, de 28 de dezembro de 1957. De acordo com Melo (1992, p. 10), a FUNDACT estimulava a “[...] tomada de consciência da necessidade de uma universidade em Campina Grande” (Melo, 1992, p. 20). Sua finalidade consistia, portanto em:

Coordenar, estimular e assistir às pesquisas e trabalhos científicos e tecnológicos em todos os ramos; auxiliar a manutenção e desenvolvimento de institutos de grau superior ou instituições complementares; promover e auxiliar o intercâmbio de alunos e professores; articular-se com entidades e pessoas, com a finalidade de realizar os objetivos indicados (Melo, 1992, p. 20).

Tratava-se, assim, de uma instituição criada para conduzir as atividades científicas e tecnológicas de outras de ensino superior da cidade de Campina Grande, atuando para o desenvolvimento econômico e social da Paraíba e do Nordeste. Considerando a filosofia marxista e dialética, cabe ponderar se a instituição esteve configurada como um instrumento de reprodução das estruturas de poder e das desigualdades sociais. Ou seja, requer se fazer uma distinção entre a representação e o conceito, entre o mundo da aparência e a realidade, afinal, para se compreender a coisa, se requer conhecê-la (Kosik, 1976).

A FUNDACT tinha definido seu campo de atuação. Cabe destacar que o ensino superior no recorte histórico da pesquisa atende à necessidade das classes sociais campinenses com melhor poder aquisitivo, sujeitos que, de fato, tinham condições de frequentar uma Faculdade ou Universidade.

A FUNDACT se estabeleceu como instituição para a ciência e a técnica com características de um aparelho hegemônico, ou seja, uma instituição que exerceu influência sobre a educação superior, logo é criada para essa funcionalidade: de gerir a educação. Para tanto, já se propõe a definir quais os conhecimentos são considerados mais relevantes para serem inseridos naquela ideia de sociedade ou para uma determinada sociedade, preservando assim, uma certa manutenção da classe dominante, uma vez que se propõe a fomentar a educação superior, na época considerada maior prioridade pelo mercado de trabalho (Gramsci, 2022).

Em um dos documentos que contêm informações da FUNDACT, identificamos sua diretoria, composta desde a criação até 1964: Edvaldo de Souza do Ó – Presidente; Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – Vice-Presidente; Eliseu Lira – Secretário Geral; José Lopes de Andrade – Diretor Executivo; e Raimundo Gadelha – Tesoureiro.

No que diz respeito a algumas ações da instituição, inclusive serviços gratuitos de assistência social, no Histórico da FCFCG constava a proposta de oferta e desenvolvimento de cursos preparatório para o vestibular, das Faculdades de Economia, Engenharia, Filosofia e Serviço Social; ademais se realizavam cursos de línguas, conferências, demais cursos preparatórios e cursos intensivos. Nesta descrição das atividades desenvolvidas, estava incluída, conforme o documento, a ação mantenedora para com a Faculdade de Filosofia de Campina Grande.

Após ser transferida para a FUNDACT, em 1962, a FCFCG passou a ser denominada “Faculdade de Filosofia de Campina Grande” (FFCG). Com a mudança de mantenedora, a FUNDACT realizou um levantamento, junto à administração da instituição, para entender a real situação administrativa e financeira da Faculdade, listando quais eram as dívidas e as necessidades urgentes a serem solucionadas, uma vez que, na data da solicitação de transferência, a FCFCG já estava instalada na sua nova sede, na rua Afonso Campos e já apresentava problemas estruturais no prédio, incluindo a obra inacabada.

Cabe destacar alguns elementos presentes na ata de reunião, o que nos possibilita ampliar a nossa compreensão acerca desta fundação bem como trazer para a análise alguns elementos que nos ajudam a entender o movimento que culminou com a transferência.

Na ata é descrita a incorporação de Antenor de Abreu, nomeado pelo Prefeito para ocupar uma cadeira no Conselho Diretor da entidade. Uma das formas de ingresso dos conselheiros se dava por indicação da Prefeitura Municipal. Outro ponto descrito foi o posicionamento do Presidente da Fundação, indicando que a instituição de ensino passaria por uma ampliação dos cursos, e a participação, no Conselho da entidade, do Pe. Francisco Maia, Diretor e professor da FCFCG no período da solicitação de transferência. Todos esses aspectos nos levam a considerar que, durante o período de declínio financeiro, endividamento e má administração da Faculdade, a FUNDACT dispunha de informação privilegiada sobre a administração da antiga mantenedora. Também inferimos que esse pedido não se deu de uma hora para outra, mas, é bem provável, que houve momentos informais em que a situação financeira da Faculdade foi debatida, a ponto de já ser do conhecimento da FUNDACT o contexto do problema que tinha em mãos.

Na exposição dos débitos da Faculdade, se constataram os seguintes:

**Quadro 5 – Levantamento de débitos da FCFCG**

<b>Pessoal Administrativo</b>	
Pe. Francisco Maia	Cr\$ 503.995,00
Maria Iracy Braga	Cr\$ 105.000,00
Idalina de Farias Soares	Cr\$ 56.000,00
Maria Alice Braga	Cr\$ 16.000,00
José Alexandre Medeiros	Cr\$ 5.000,00
	Total: Cr\$ 685.995,00
<b>Professores</b>	
Pe. Emídio Viana Correia	Cr\$ 31.400,00
Sonhilda Lucena	Cr\$ 76.125,00
Pe. Francisco Maia	Cr\$ 84.500,00
Idalina de Farias Soares	Cr\$ 95.250,00
Maria Argentina Brasileiro	Cr\$ 63.000,00
Maria do Céu Carvalho	Cr\$ 165.375,00
Jacinto Neves Santos	Cr\$ 173.250,00
Josué rodrigues de Sousa	Cr\$ 123.375,00
Américo Perazzo	Cr\$ 110.250,00
Ivanildo Coelho Holanda	Cr\$ 55.125,00
José Elias Borges	Cr\$ 55.125,00
Antonio Nóbrega	Cr\$ 36.000,00
Amaury Vasconcelos	Cr\$ 36.000,00
Francisco Aldo Silva	Cr\$ 36.000,00
José Maria Frota	Cr\$ 36.000,00
	Total: Cr\$ 1.203.775,00
<b>Construção do Prédio da Faculdade de Filosofia</b>	
Armazém Meirelles	Cr\$ 34.573,00
J. Montano Leite	Cr\$ 42.400,00
Eletronorte	Cr\$ 9.530,00
Nilda Gomes	Cr\$ 37.505,60
Incotec	Cr\$ 22.333,50
P. Martins	Cr\$ 77.678,00
Genaro Melo	Cr\$ 80.020,00
J. Almeida Barreto	Cr\$ 41.000,00
Alfredo Januário	Cr\$ 28.675,00
Sotenge	Cr\$ 160.208,80
	Total: Cr\$ 553.905,90
<b>Mobiliário</b>	
Ascendino Oliveira & Cia	Cr\$ 224.000,00
	Total: 224.000,00
<b>Empréstimos</b>	
Banco do Comércio de Campina Grande S/A	Cr\$ 200.000,00
Banco Industrial de Campina Grande S/A	Cr\$ 200.000,00
Pe. Otávio Santos	Cr\$ 300.000,00
Pe. Luiz Santiago	Cr\$ 200.000,00
Obras Vocações Sacerdotais	Cr\$ 100.000,00
Dom Otávio Barbosa Aguiar	Cr\$ 40.000,00
Catedral	Cr\$ 465.000,00
	Total: Cr\$ 1.505.000,00
	Total Geral: Cr\$ 4.152.675,90

Fonte: Fundact (1962).

O Quadro 5 nos possibilitou constatar a dimensão das dívidas que foram acumuladas durante o período de administração da Diocese de Campina Grande como mantenedora da Faculdade. Sobre alguns dos encargos, a exemplo dos empréstimos, por falta de detalhamento, não ficamos informados para qual finalidade esses valores foram adquiridos. O que nos chamou a atenção, neste ponto específico, com a exceção dos bancos, foi a fonte de empréstimo da Faculdade: dois padres, o Bispo, a Igreja Matriz e as obras vocacionais, ou seja, boa parte da dívida da Faculdade foi adquirida com a própria mantenedora – isto é, ficou endividada consigo mesma.

Ao levantar questões acerca das prerrogativas da FUNDACT com relação à referida transferência, constatamos, a partir da leitura da ata de reunião do Conselho, de 14 de maio de 1963, que esta não se deu de forma pacífica. Em um pequeno trecho é descrito um desconforto por parte de alguns alunos e professores. Segundo descrito na ata, a inquietação se deu devido a alguns professores e alunos da Faculdade terem procurado o Reitor da Universidade da Paraíba, a fim de que a FFCG fosse administrada pela instituição da capital.

Nesse período, da década de 1960, a FUNDACT tinha como presidente Edvaldo Souza do Ó, assim como foi no início da criação da FFCG, quando este era presidente da UUC. Na passagem da mantenedora da instituição, observamos, novamente, a articulação desse sujeito à frente da tentativa de organizar ou reorganizar a instituição. Fica evidente, portanto, a sua influência e manutenção nos cargos de direção.

### 3 PROBLEMATIZANDO O OBJETO: reflexões acerca da fundação da FCFCG

Uma das características da pesquisa científica diz respeito à composição do problema. A problematização, logo, não deriva de uma resposta concreta e objetiva; por vezes o problema provoca mais questões. Dessa forma, sem se apresentar de forma direta ao pesquisador, o problema é compreendido a partir de um objeto, como a investigação da parte de um todo. Essa reflexão nos aproxima das escolhas que realizamos, ou seja, da maneira como estruturamos esta dissertação. Em nossas análises, identificamos o estudo científico como componente da decomposição de um todo. “[...] Esta decomposição do todo, que é elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, *sem decomposição não há conhecimento*” (Kosik, 1976, p. 14, destaque do autor), é o que nos guia nesta pesquisa. Conforme a perspectiva teórica adotada,

a realidade é, portanto, concebida como um *todo indivisível de entidades e significados*, e é implicitamente compreendida em unidade de juízo de constatação e de valor. Só mediante a abstração, a tematização e a *projeção*, tomando-se como ponto de partida este mundo da realidade pleno e inexaurível, se isolam determinadas zonas, facetas e esferas que o naturalismo ingênuo e o positivismo consideram como as *únicas autênticas*, como a única realidade, enquanto suprimem aquilo que *resta* como pura subjetividade. A imagem fiscalista do positivismo empobreceu o mundo humano e no seu absoluto exclusivismo deformou a realidade: reduziu o mundo real a *uma única* dimensão e sob um único aspecto, à dimensão da extensão e das relações quantitativas (Kosik, 1976, p. 24, destaques do autor).

A produção do conhecimento científica pressupõe “[...] colocar-se em um ponto de vista ‘crítico’, o único fecundo na pesquisa científica” (Gramsci, 1989, p. 31). Desse modo, os aspectos da concreticidade, que substanciam a pesquisa histórica, demandam um método de ascensão, do abstrato ao concreto, ou seja, concernem a um movimento do pensamento e ao pensamento que nega a imediatidade, cuja dialética tenciona a superação da abstração (Kosik, 1976). “[...] O ‘conceito’ e a ‘abstração’, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa” (Kosik, 1976, p. 14).

A totalidade dos fatos presentes na elaboração deste estudo ambiciona aproximar a pesquisa da realidade, a partir da perspectiva histórica e crítica, que, ao descrever a materialidade da FCFCG, suscita outras facetas da realidade que estiveram intrinsecamente relacionadas. Assim, os objetivos que traçamos nesta investigação, de analisar a fundação e organização da FCFCG bem como suscitar a dialética deste objeto de estudo, suas relações na perspectiva histórica de 1954 a 1963, mediações, contradições, totalidade percebidas neste

processo etc., foram sendo diluídos durante o processo de pesquisa, de escrita e de análise. Esse processo que se desenvolve de forma contínua e por todo o percurso de construção do pensamento.

### 3.1 A necessidade de criação da Faculdade Católica de Campina Grande

Ao analisar o documento Histórico da Faculdade, observamos a descrição acerca das finalidades da FCFCG, estas em concordância com o Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939. Segundo o Histórico, a instituição tinha a

finalidade de preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais e da ordem técnica; a formar candidatos para o exercício do magistério secundário e normal, assim como, realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto do seu ensino (FCFCG, 1959).

Essas finalidades são as mesmas contidas no Art.1º do Decreto-Lei<sup>43</sup>. A necessidade de formação de professores para o ensino secundário, conforme descrito, é uma das causas que impulsionaram a criação da Faculdade.

Relacionado à dimensão de preparar trabalhadores intelectuais, analisamos, em concordância com Aleixo (2018), acrescentando que, para além do posicionamento de enfrentamento da elite intelectual campinense com o governo do Estado, em razão de elevar o desenvolvimento do Nordeste, havia também uma disputa e um teor de preocupação imbricado com o domínio acerca dos estudos para as humanidades. Isto é, havia por parte desses campinenses, o interesse em manter e preservar a autoridade.

Se, na capital do estado, o “clima” era de entusiasmo frente ao “alevramento cultural”, consubstanciado na criação da Universidade da Paraíba, na cidade de Campina Grande, o “clima” era de revolta e de mobilização. A intelectualidade daquela cidade sentia-se preterida em detrimento das iniciativas do governador na cidade de João Pessoa. Dessa forma, observa-se, ao longo dos primeiros anos da década de 1950, a articulação dos estudantes universitários campinenses no sentido de cobrarem do governo estadual uma “maior atenção” aos aspectos educacionais, culturais e econômicos da cidade (Aleixo, 2018, p. 91).

Dessa forma, analisamos que a preocupação com a criação da FCFCG estava arraigada a posicionamentos de interesses rudimentares para com a educação. O centro da necessidade se

---

<sup>43</sup> a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino (Brasil, 1939).

organizava em torno da manutenção do poder de classe. No interesse político, como precedente da ação educacional, ao criar uma ou várias instituições de ensino superior, estes sujeitos estiveram posicionados no centro das discussões e decisões políticas bem como outorgados da idealização de fomentadores sociais e educacionais. Essa discussão pode ser filosoficamente discutida sob a perspectiva de Gramsci (2022):

É ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre as outras? Ou o mundo já está de tal modo unificado em sua estrutura econômico-social que um país, mesmo podendo ter “cronologicamente” a iniciativa de uma inovação, não pode porém conservar o monopólio político dela e, portanto, servir-se desse monopólio como base de hegemonia? Então, que significado pode ter hoje o nacionalismo? Não será ele possível apenas como “imperialismo” econômico-financeiro, e não mais como “primado” civil ou hegemonia político-intelectual? (p. 76, sic).

Contribuindo com o nosso pensamento acerca do posicionamento que a educação era uma ação rudimentar, Aleixo (2018) destaca que os campinenses reivindicavam as escolas de nível superior em favor da “importância” econômica desenvolvida na cidade. Para o autor, era destacado o movimento de revolta. A justificativa para se criarem mais escolas de nível superior em Campina Grande estava mais próxima dos contextos e interesse de classe, da intencionalidade política e econômica, do que da preocupação em promover mais espaços educativos.

### **3.2 Análise dos documentos históricos acerca da criação e organização da FCFCG**

Como em outras pesquisas de cunho histórico, as nossas dificuldades se centraram essencialmente na busca por documentos. A princípio, o fato de a Faculdade não ter sido preservada ou tido seus espaços de funcionamento não preservados foi um dos agravantes no que diz respeito à localização documental. Tendo consciência desse desprestígio para com os documentos históricos, passamos a realizar a investigação documental em outros espaços, fossem estes arquivos ou não. Digitais ou físicos. Desse modo, realizamos, considerando os limites da pesquisa, o máximo empreendido na busca de documentos acerca do objeto de estudo.

Consideramos que o fato de a instituição objeto desta pesquisa não existir mais e ter passado por inúmeras modificações, pode ser um dos agravantes de escassez dos documentos que poderiam descrever sua história. Além de não se terem registros da Faculdade nos arquivos da primeira mantenedora, isto é a Diocese de Campina Grande, esbarramos nas dificuldades de análise dos documentos quando segunda mantenedora, a FUNDACT, órgão extinto e cujo patrimônio foi incorporado à a FURNE (Campina Grande, 1968). Posteriormente, as

Faculdades passaram pelo processo de incorporação à Universidade Regional do Nordeste, em 1968 (Aleixo, 2018),. Inserida no contexto da Faculdade de Educação, a FFCEG foi diluída e de seu percurso histórico restam pouquíssimos fragmentos.

Para nós, esse processo pode ser entendido como uma descaracterização da instituição e de seu espaço físico. Aliado a isto, a distância temporal do cotidiano do objeto foi também cúmplice da falta de preservação de seu acervo histórico e documental. Cabe salientar que relatos de pesquisadores acerca da não preservação de acervos e, conseqüentemente, da não possível memória de muitas instituições são comuns. Esse descuido, isto é, essa falta de interesse para com os documentos de instituições demonstram quanto a sociedade desconhece sua própria história e não se preocupa com tal desmazelo.

Diante dessas dificuldades, realizamos, em nossa investigação, como estratégia, analisar os documentos que nos fora possível acessar e, a partir das primeiras fontes, elaborar os caminhos prováveis por onde encontraríamos outros documentos. Neste sentido, fomos obtendo êxito na coleta, seleção e organização das fontes. Isso comprova que:

[...] um arquivo ou a descoberta de novos registros que contenham informações sobre determinada instituição trazem sempre a expectativa da descoberta, a possibilidade de novos caminhos e podem até imprimir novos direcionamentos ao trabalho, apontando para novas interpretações (Miguel, 2021, p. 31).

A descoberta de novas fontes não significa encontrar verdades acerca do objeto de estudo, pois as fontes precisam ser criticamente questionadas, uma vez que são documentos produzidos com intencionalidade, tencionam apontar para os sentidos intrínsecos, das orientações político-ideológicos e hegemônicas de seus agentes (Gramsci, 2022). O trabalho com as fontes requer salientar para “[...] a descoberta dos porquês das informações ali contidas” (Miguel, 2021, p. 32).

As primeiras fontes que encontramos acerca do objeto de estudo, para subsidiar a pesquisa, foram os jornais *Diário da Borborema*, *O Norte*, *Jornal de Campina*, *Semanário*, *Diário de Pernambuco*, *Diário oficial* e outros. Estas fontes dispuseram, para a pesquisa, várias faces fragmentadas da FFCEG. Foi preciso sistematizá-las, a partir de uma sequência temporal, relacioná-las com outros periódicos, para observar se o conteúdo da matéria repercutia em outros jornais, bem como as formas como retratavam os temas. Esta sistematização requereu a elaboração de quadros, contendo as informações e os conteúdos das notícias, matérias e manchetes dos jornais, sistematização que nos possibilitou identificar quais temas e sujeitos ganhavam destaques no jornal.

Essa observação foi se tornando evidente, quando fomos destacando a recorrência de temas e sujeitos, palavras-chave que nos apontavam para uma intencionalidade, relações dos sujeitos com as empresas jornalísticas etc. Na maioria das vezes, a ação descrita na matéria, projetava o sujeito como sendo fomentador, líder ou responsável por aquele acontecimento, evidenciando a intensão de posicionar o sujeito e aquilo que ele representava, acima das causas. Ou seja, a realização do fato não se configurou como o mais importante, e sim apresentar ou apontar para os sujeitos que o provocaram ou que foram provocados por ele. Estes sujeitos podem ser compreendidos como “[...] individualidades políticas, cada uma das quais tem seu jornal, com o qual mantém despertos a atenção e o interesse de uma determinada clientela pouco nítida nas margens, mas que defende as teses do jornal nas reuniões do clube” (Gramsci, 2022, p. 121-122, sic).

Neste sentido, deduzimos que a ação dos jornais, no que concerne aos sujeitos e aos grupos sociais dirigentes, na perspectiva histórica da pesquisa, procederam como partidos políticos, agentes das ações hegemônicas das classes dirigentes da sociedade campinense. Nosso entendimento parte da perspectiva do pensamento Gramsciano (2022) de que os partidos políticos, por uma necessidade de luta ou por algumas outras razões, dividiram-se em frações.

Os sujeitos da pesquisa operaram, portanto, “[...] como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público” (Gramsci, 2022, p. 378). Nossa compreensão “[...] parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinados partidos” (Gramsci, 2022, p. 378).

### **3.3 Instituição mantenedora: rupturas e continuidades**

Como já dissertamos anteriormente, a FCFCG foi criada em 24 de abril 1954, no governo diocesano de Dom Anselmo Pietrulla. A Diocese de Campina Grande foi a primeira instituição mantenedora da Faculdade, permanecendo de 1954 a 1962, quando solicitou – já no governo diocesano de Dom Otávio Aguiar – a transferência da Faculdade para a FUNDACT, pela justificativa de crise financeira pela passava a Diocese. A FUNDACT acolheu o pedido da FCFCG em 8 de julho de 1962 e obteve aprovação do Ministério da Educação e Cultura, para a transferência, em 24 de julho de 1963.

A Faculdade funcionou no período do recorte histórico estabelecido em nossa pesquisa, com dois cursos, Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas. Vimos também que a Faculdade foi mantida no período de sua primeira mantenedora, com orçamento público e

privado, mais pagamento de mensalidade dos alunos. Majoritariamente, entretanto, seu orçamento era composto de subvenções Federais, Municipais e Estaduais.

Os valores só de subvenções recebidos pela Faculdade estavam na casa dos Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros). Vimos que, até 1957, a subvenção do Governo Federal foi de Cr\$ 700.000.00 (setecentos mil cruzeiros), sendo elevada em 1958 para Cr\$ 1.000.000.00 (um milhão de cruzeiros). A edição do Diário do Congresso Nacional de 23 de agosto de 1958 fez uma retificação da subvenção Federal, em vista da construção do prédio sede da FCFCG, elevando este valor para Cr\$1.5000.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros).

Também é sabido que a Prefeitura Municipal de Campina Grande manteve, em seu orçamento, no recorte histórico de nossa pesquisa, a subvenção anual, passando de Cr\$ 120.000,00 para Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil Cruzeiros), em 1964. Já no orçamento do Governo Estadual, também identificamos que, além da doação de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), em 1961, por meio da Lei nº 2.636 de 20 de dezembro de 1961, foi autorizado subvencionar a FCFCG em Cr\$120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros). Houve outros créditos: Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) anuais da Diocese e o rendimento dos alunos, valores cujos registros não encontramos.

Considerando o contexto histórico de 1959, período da construção da sede da FCFCG, na rua Afonso Campos, a instituição dispunha de uma média de orçamento, arrecadado com subvenções, Diocese e alunos, algo próximo da metade da dívida apresentada no relatório da FUNDACT, quantitativo que, somados todos os vencimentos, apresentou valor total de Cr\$ 4.152.675,60 (quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos). Argumente-se que esse valor total em dívidas contém saldos de empréstimos, que não foram justificados ou informados em que foram empregados, bem como dívidas em empresas que julgamos estarem relacionadas à construção da sede, por fornecerem materiais de construção e equipamentos. Mesmo assim, ponderamos que os valores em subvenções eram expressivos para se manter uma Faculdade com apenas dois cursos superiores em funcionamento.

O que conjecturamos acerca dos motivos que levaram a Diocese de Campina Grande a ingressar numa crise financeira e abrir mão da FCFCG, uma instituição de natureza, voltada para as tecnologias e não para as humanidades, pode ter a ver com o alto investimento na construção de sua sede, que foi orçada em Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros).

O que constatamos é que, entre 1954 e 1963, a instituição passou por três endereços diferentes: o Colégio Pio XI, onde funcionava simultaneamente a escola; o prédio da Escola Técnica do Comércio Municipal; e sua sede própria, na rua Afonso Campos.

Uma notícia do jornal Diário da Borborema datada de 4 de janeiro de 1959, mencionada anteriormente, sugere um possível crescimento e expansão da FCFCG. O periódico informou que, em 1958, a Faculdade já tinha graduado sua segunda turma, indicando um curso de três anos, o que já havíamos identificado. É, portanto, razoável supor que, em 1962, quando houve a mudança de mantenedora, a Faculdade já havia formado sua quinta turma, considerando uma entrada anual de alunos. Assim sendo, é possível que a instituição tenha ampliado sua capacidade de alunos, necessitando ocupar espaços que pudessem dar suporte à sua estrutura e organização.

No que diz respeito à FUNDACT, entidade estabelecida com o propósito de fomentar o avanço científico e tecnológico, era o que melhor correspondia à realidade da Escola Politécnica. As ações dos integrantes do Conselho Diretor da FUNDACT indicavam a orientação da instituição. Stênio Lopes, um dos membros do Conselho da FUNDACT, desempenhou papéis importantes – atuou como Diretor do Departamento Regional do SENAI, assessor da Presidência da FIEP e foi uma figura política influente em Campina Grande, com relações com governadores e inclinação para a educação técnica (Lima, 2009).

O processo de continuidade da Faculdade seguiu até a extinção da FUNDACT, em março de 1968, decidida pelo poder Municipal. Seus bens materiais foram, então, integrados à Fundação Universidade Regional do Nordeste. Apesar de a FCFCG ter sido uma instituição voltada para as humanidades, sem atender aos interesses desenvolvimentistas ou tecnológicos das classes dirigentes da sociedade campinense e sem potencial para propor mudanças nos cenários tecnológicos, ainda assim despertou o interesse das classes dirigentes para também dominar esse campo do conhecimento.

### **3.4 O debate das humanidades em Campina Grande no período desenvolvimentista (1954)**

A fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande é entendida como a inauguração, na década de 1950, em pleno projeto desenvolvimentista brasileiro e de um movimento de implementação de escolas de ensino superior, uma instituição com a perspectiva de formação para as humanidades.

O movimento que se articulou em Campina Grande, pró-fundação de escolas superiores, apontava para outra direção, diferente das humanidades. Com esse olhar tecnicista, o movimento objetivou formar recursos que as classes dirigentes julgavam ser necessários para acompanhar o desenvolvimento econômico e industrial em curso. Por outro lado, “[...] Esse Brasil formalista, cartorial, antimoderno, de algum modo estava associado ao conceito de ‘humanidades’” (Rouanet, 1987, p. 305).

Neste sentido, a perspectiva cultural, intelectual crítica veio, por vezes, a ser considerada como atrasada. Esta recusa às humanidades, fundamentalmente não exprimia uma incapacidade cultural do povo brasileiro, mas, conforme a lógica do Estado e das elites, “[...] não podia formar os ‘recursos humanos’ necessários ao nosso processo de desenvolvimento. Precisávamos de químicos industriais e engenheiros eletrônicos, e não latinistas” (Rouanet, 1987, p. 305).

O contexto histórico de movimento e criação das instituições de ensino superior em Campina Grande situa-se nesse movimento, o de uma cidade que estava desenvolvendo o ensino superior, para atender às demandas da indústria local. Para tanto, os primeiros apontamentos – delineados no movimento pró-fundação de escolas superiores – pleiteavam a criação, naquele momento, das “[...] Faculdades de Economia, Química Industrial e Filosofia” (Do Ó, s/d, p. 17).

Em nossas análises, as humanidades não eram uma prioridade para a classe dirigente da sociedade campinense. Tendo ressaltado anteriormente a demanda por professores para as escolas de ensino primário e secundário, a FCFCG não respondeu a uma demanda ou necessidade do desenvolvimentismo, tampouco da pluralidade daqueles que protagonizaram este Movimento Pró-Fundação de Escolas Superiores na cidade.

Ao analisarmos a criação da FCFCG em 1954, é relevante destacar que outras Faculdades surgiram posteriormente. Além dos anseios dos estudantes universitários de Campina Grande, havia perspectivas de desenvolvimento industrial e tecnológico da cidade e as questões políticas envolvidas, o que pressupõe que esse movimento, que se intensificou após a fundação da Escola Politécnica, visava estabelecer, em Campina Grande, um cenário com diversas instituições de ensino superior abrangendo diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, entidades e organizações com capacidade financeira e estrutural para manter uma instituição de ensino superior começaram a ser consultadas, para assumirem a responsabilidade de criarem suas respectivas Faculdades.

Foi nesse sentido que a recém-criada Diocese de Campina Grande foi orientada para a fundação da FCFCG. Um dos critérios mais avaliados pelo Ministério da Educação e Cultura, para aprovação de uma Faculdade, é a capacidade financeira da mantenedora, algo que foi suficiente no caso da FCFCG, bem como a capacidade de articulação de professores que estivessem dentro dos critérios de avaliação do Ministério da Educação.

No que diz respeito à Igreja Católica local, já desenvolvia, frente à juventude campinense, ações para propagar a religião e a formação cultural desses jovens, a exemplo da União dos Moços Católicos. O Clero também se mostrou participativo em eventos políticos e

ações voltadas para a juventude universitária, uma vez que se compreende a Igreja como classe dirigente de uma sociedade (Gramsci, 2022).

Para o Estado, formar indivíduos com pensamento crítico dialético, capazes de desvelar a realidade por trás das aparências não era uma prioridade (Kosik, 1976). O pensamento crítico posiciona-se contrário aos conformismos, logo, pensar uma educação que possibilite compreender e adotar uma postura crítica no ambiente em que se está inserido é pensar numa filosofia da *praxis* crítica revolucionária da humanidade, como princípio educativo (Kosik, 1976).

O presente trabalho, embora trate da história de uma instituição escolar superior, suscita pensar o lugar das humanidades, tanto no recorte histórico da pesquisa, quanto na atualidade. O cenário histórico de Campina Grande foi composto por anseios de progresso e desenvolvimento, de uma ideologia de mudança qualitativa delineada no fortalecimento da economia da indústria e da tecnologia.

Segundo Agra do Ó (2006):

[...] a década de 1950 viu o aprofundamento da leitura do Nordeste como uma região problema, como uma área tendencialmente pobre e à margem da modernização capitalista, como o local de vida de uma sociedade que se distanciava cada vez mais dos ritmos de mudanças que o Brasil vinha conhecendo então (...) A tematização da identidade de Campina Grande que atravessa aquele enunciado, no entanto, situou-se numa via transversa daquele que definia o Nordeste como o avesso do desenvolvimento (p. 27).

Tal perspectiva se contrapunha à percepção geral, por isso se pretendia quebrar a imagem do Nordeste como um lugar atrasado ou menos desenvolvido. Sabemos que, no Brasil, o desenvolvimento dos diversos seguimentos da vida social, político, econômico e de crescimento local teve maiores impactos nas regiões do sul do país, configurando desigualdades econômicas e sociais até os dias atuais, entre estados e municípios. Dessa forma, observamos que a classe dirigente campinense desejava converter essa imagem de atraso, sobrepondo Campina Grande a uma interpretação de desenvolvimento para o Nordeste.

Para uma cidade do interior da Paraíba, possuir relevância econômica em nível nacional foi motivo de inspiração para as classes dirigentes local. Campina Grande demonstrava ousadia ao almejar uma posição de destaque no Nordeste, equiparando-se a cidades importantes dos centros industriais do sul do país e sendo até chamada de “São Paulo em miniatura” (Agra do Ó, 2006).

O histórico do progresso da cidade pensada para ser grande ganhou visibilidade nas décadas de 1940, 1950 e 1960, apresentando, conforme os números do IBGE, no censo

industrial do Estado da Paraíba<sup>44</sup> de 1939, 1940, 1959 e 1960, resultados significativos de crescimento, no que concerne ao estabelecimento de indústrias que se instalaram na cidade, passando de 87 estabelecimentos em 1940 para 212 em 1960, enquanto João Pessoa, capital do estado, passou de 96 para 186 respectivamente. Por conseguinte, houve aumento no número de operários acompanhando esse aumento – de 1.202 em 1950 para 2.588 em 1960, um aumento de 115,3%, superando, ao longo dos anos, a capital do Estado da Paraíba que obteve queda neste mesmo período de -39,64%.

De 1940 a 1950, o crescimento percentual de indústrias em Campina Grande foi de 6,8%, de 1950 a 1960 o crescimento chegou a 127%. No mesmo período, João Pessoa, cresceu apenas 67,5%, ou seja, a década de 1950 foi significativa para a cidade de Campina Grande, no que diz respeito ao crescimento industrial da cidade, tornando-se um polo industrial. Um dos destaques nesse período foram as indústrias têxteis, com beneficiamento de algodão.

O crescimento econômico, industrial e avanço do progresso, na perspectiva ideológica das classes dirigentes da sociedade campinense, alude, de alguma forma, a pensarmos uma mudança qualitativa na formação crítica, cultural e intelectual do povo? Pressupomos que não. Os ramos que representaram progresso foram explícitos em se posicionarem acerca do tipo de formação que correspondia as suas necessidades.

Campina Grande, na década de 1950, configurava-se como um lugar propício para a instalação de indústrias que buscavam por mão de obra barata, porém qualificada. Foi nesse itinerário que ocorreu uma proliferação de escolas técnicas, capazes de formar mão de obra qualificada e de nível médio, deixando a universidade para aqueles que tivessem “vocaçào intelectual” (Agra do Ó, 2006).

Consideramos que a valorização do lugar das humanidades na formação da sociedade causaria mais impactos no povo do que toda a ideologia de progresso que só beneficiaria as classes mais ricas. O desenvolvimento do capitalismo evidencia cada vez mais as diferenças sociais e econômicas.

Em 1955, a Diocese de Campina Grande requereu ao Ministério da Educação e Cultura autorização de funcionamento de três cursos superiores para a FCFCG: História Natural; Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas. Esses cursos, se analisarmos apenas do ponto de vista da formação de professores, não nos dará a dimensão das conseqüências deste saber em atuação numa sociedade.

---

<sup>44</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1939, 1940, 1950, 1960).

Após ser analisado pela Comissão do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, o curso de História Natural não obteve autorização para iniciar suas atividades. É importante destacar, no entanto, que este saber possui um caráter educativo e inspirador para uma sociedade. Gerações inteiras foram instruídas, a partir das lições do passado. Além disso, a narrativa histórica tem o poder de estimular a imaginação e a criatividade das crianças (Rouanet, 1987). O campo da História vai além da simples exposição dos fatos, pois busca compreender os motivos por trás dos eventos históricos, analisando criticamente as causas e questionando os desdobramentos que levaram a determinados acontecimentos.

Grande parte do aprendizado das humanidades consiste na formação do pensamento crítico. De acordo com Rouanet (1987), as humanidades eram relacionadas ao estudo do latim e do grego durante o segundo ciclo do ensino secundário, em uma época em que essas disciplinas compunham a base do currículo. O autor chama de

humanidades as disciplinas que contribuam para a formação (*Bildung*) do homem, independentemente de qualquer finalidade utilitária imediata, isto é, que não tenham necessariamente como objetivo transmitir um saber científico ou uma competência prática, mas estruturar uma personalidade segundo uma certa *paidea*, vale dizer, um ideal civilizatório e uma normatividade inscrita na tradição, ou simplesmente proporcionar um prazer lúdico (Rouanet, 1987, p. 309).

O autor está nos chamando a atenção para disciplinas que constituem a formação cultural do homem, logo, adverte em seguida que devem ser consideradas, nas humanidades, as disciplinas de línguas e culturas clássicas bem como Literatura, Línguas Estrangeiras, Filosofia e Belas Artes.

Ao analisar os anais do Conselho Nacional de Educação, no processo que solicitou autorização de funcionamento dos cursos da FCFCG, observamos que um dos pontos cruciais na avaliação para autorização de cursos era a análise dos currículos dos professores. A Diretoria do Ensino Superior solicitava à instituição a apresentação de documentos que comprovassem a residência, capacidade moral e a experiência dos professores para ministrarem as disciplinas em questão. Além disso, a avaliação dos currículos incluía a necessidade de desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão, elemento constitutivo das finalidades de uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, como descrito no decreto que instituiu suas finalidades, – “[...] realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem objeto de seu ensino” (Fernandes, 1966, p. 217).

Os professores, conforme dito acima, deveriam atuar em dois setores distintos de labor intelectual, ensinar os conteúdos das disciplinas e atuar nas pesquisas. Neste sentido, alguns

professores que foram apresentados para disciplinas na FCFCG foram avaliados e não tiveram seus currículos aprovados na prova de capacidade técnica. Diante dessa reprovação, os professores foram orientados a aprimorar seu conhecimento nas áreas em que desejavam atuar.

É neste sentido que ponderamos acerca das contribuições do ensino das humanidades numa sociedade, uma vez que a pesquisa objetiva preencher uma lacuna de conhecimento, propor problematizações e gerar conhecimentos críticos a serem compartilhados, o que presumimos modificar culturalmente a sociedade. De acordo com Fernandes (1966), “[...] a pesquisa pode ser feita como o fito de adestrar os alunos, no uso de técnicas de investigação e na exploração do raciocínio positivo; ou de contribuir, originalmente, para o progresso de terminadas espécies de conhecimento” (Fernandes, 1966, p. 218). Ainda em conformidade com o autor, é função do ensino superior, a “[...] formação de especialistas em diferentes campos de atividades intelectuais (função didática propriamente dita); e o desenvolvimento de ramos de saber nela ensinados (função criadora da pesquisa científica, literária, pedagógica ou filosófica)” (Fernandes, 1966, p. 218).

Seria preciso, portanto, repensar o lugar das humanidades, num período de estabelecimento do ensino superior em Campina Grande, bem como suscitar sua relevância na atualidade, entendendo que este saber está para além do adestramento de funções puramente técnicas. E que longe de qualquer perspectiva que considerasse as humanidades um nível de conhecimento inferior em relação a ciência e a técnica, reconhecer o impacto cultural e intelectual na vida das pessoas, ponderamos, é considerar tal sociedade como moderna.

Rouanet (1987), discorrendo acerca do ensino das letras clássicas, o grego e o latim, usa o exemplo de Gramsci, quando trata das línguas ao afirmar que,

Ninguém aprende essas suas línguas, dizia ele, para trabalhar como garçom ou como intérprete, e sim “para conhecer diretamente a civilização dos dois povos, pressuposto necessário da vida moderna, isto é, para ser si mesmo e conhecer a si mesmo conscientemente” (Rouanet, 1987, p. 309).

A FCFCG foi criada num contexto histórico em que o ensino ainda preservava aspectos de formação cultural e intelectual, o que favoreceu a autorização de funcionamento dos cursos de Letras. Na perspectiva do autor, a língua é história “[...] em seu desdobramento no tempo, e contém a história dos homens que a falaram, na sucessão dos séculos” (Rouanet, 1987, p. 310). A referência que o autor faz de Gramsci nos conduz a esse entendimento histórico, de conhecimento de si mesmo.

Na perspectiva educacional descrita, o processo de absorver conhecimento integra o jovem em um amplo universo de saberes, empregando a intuição histórica desenvolvida a partir

das experiências adquiridas do mundo e da vida. Isso se dá de forma espontânea, guiada por uma vontade educativa intrínseca, desvinculada de imposições externas (Rouanet, 1987).

A análise que fazemos do processo de implementação do ensino superior em Campina Grande, na década de 1950, nos propõe pensar o lugar das humanidades, que, como vimos, também foram objeto de disputas, dentro de nossa delimitação histórica, primeiro com a Diocese de Campina Grande e depois com a FUNDACT. Quando se pensa a formação superior dos sujeitos para a docência, a pesquisa histórica acerca da FCFCG recoloca o problema das humanidades novamente para ser analisado, ou seja, um chamamento para nós das humanidades, para repensarmos e estranharmos essa supremacia das tecnologias. Neste sentido, a problematização propõe fazer com que Campina Grande pense sobre si própria.

Dentro do contexto do Ensino Superior em Campina Grande, pressupomos que as humanidades estiveram à sombra das tecnologias, sendo consideradas menos relevantes para o progresso de uma sociedade. A predominância das tecnologias pode ter contribuído para o esvaziamento do pensamento crítico, como aponta Rouanet (1987); não se pode ignorar que a decadência das humanidades equivale à extinção do pensamento crítico.

Nesse contexto, observamos que a FCFCG não ampliou sua atuação como instituição de ensino superior ao longo de uma década, continuando a oferecer os mesmos cursos de graduação autorizados a funcionar em 1955. Conforme mencionado anteriormente, em 1962 a FCFCG passou por uma mudança na entidade mantenedora. Por outro lado, na década de 1960, a Escola Politécnica estava expandindo suas atividades, introduzindo novos cursos, como Engenharia Elétrica e Mecânica, além de programas de pós-graduação. Somente em 1967 – já além da delimitação histórica de nossa pesquisa – é que a FCFCG foi autorizada a iniciar novos cursos, conforme registrado nos relatórios anuais do Conselho Nacional de Educação. O parecer nº 150/67, aprovou, em 7 de abril de 1967, conforme registra o processo de nº 8.106 e 8.107/67, o funcionamento, no ano letivo de 1967, dos cursos de Estudos Sociais, Física, Química e Matemática da Faculdade de Filosofia de Campina Grande, já sob a gestão da terceira instituição mantenedora, a Fundação da Universidade Regional do Nordeste – conteúdo para outras pesquisas e aprofundamentos.

Estes fatos nos permitem estabelecer comparações para refletirmos sobre as humanidades como um campo de conhecimento de importância, assim como as áreas das ciências e tecnologias. O crescimento das instituições de ensino superior atendiam às demandas da indústria e das classes dominantes da sociedade campinense, com cursos que eram frequentados principalmente pelos filhos das famílias mais ricas, mas não ofertavam disciplinas que tinham a crítica como razão de ser. A filosofia por exemplo “[...] é a atividade do pensamento enquanto pensamento, a razão em sua negatividade pura, que não pode ser posta a

serviço de nenhum projeto de escravização do homem. A razão filosófica é inimiga nata da razão de Estado” (Rouanet, 1987, p. 320).

Assim sendo, reconsiderar o espaço das humanidades não implica necessariamente criar uma divisão com as ciências e tecnologias, mas sim ocupar seu espaço no campo do conhecimento, se impondo contrárias aos possíveis modelos de racionalidade que seguem exclusivamente a lógica científica. Em outras palavras, “[...] devemos frear a tendência a pensar tecnicamente problemas que não são técnicos” (Rouanet, 1987, p. 323).

Discorrer sobre desenvolvimento, modernidade, progresso e tantos outros adjetivos que foram associadas à Campina Grande, ao longo do processo histórico de crescimento econômico, que, como já destacamos, está mais associado a uma ideologia do que a algo concreto, depende de uma concepção de progresso estabelecida por determinado grupo social (Gramsci, 2022). Em outras palavras, tal perspectiva era definida como uma norma pelas classes dominantes. Enquanto havia a preocupação em formar recursos humanos para impulsionar o avanço industrial, por outro lado, estava a ideologia de progresso, que silenciava as humanidades e o seu pensamento crítico, sob o julgamento de que eram incompatíveis com o desenvolvimento. Segundo Rouanet, “[...] na verdade: elas são incompatíveis com o seu modelo de desenrolamento” (1987, p. 329).

A ação que foi desencadeada na história possuía cunho político e econômico, ou seja, elementos circunscritos às instâncias do poder de uma sociedade, que se estabeleceram e se tornaram cada vez mais fortes distantes da perspectiva cultural e crítica. Aqui questionamos: Devemos ou não, repensar o papel das humanidades na sociedade? |Pareceu-nosque o lugar das humanidades esteve restrito ao antigo, mas necessário, como um local de construção intelectual e não profissional. Dessa forma, a discussão acerca das humanidades em Campina Grande ganhou sinuosidades a partir da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, no entanto, com reconhecimento histórico e social escasso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da fundação da FCFCG, a partir das fontes de sua primeira instituição mantenedora – Diocese de Campina Grande – foi uma experiência limitada, por conta da pouca existência de documentos e pelo caráter descritivo. Esses aspectos nos imbuíram de uma responsabilidade ainda mais severa, pois tivemos de analisar os poucos documentos encontrados com presteza e criticidade apuradas, a fim de qualificar a investigação conforme as exigências de uma pesquisa acadêmica. Diante disso, não podemos nos imiscuir da crítica à rigidez da instituição religiosa e à falta de abertura à pesquisa bem como à não preservação dos registros históricos de uma instituição específica – a FCFCG, material de extrema relevância. Acrescente-se a essa gravidade, o fato de essa instituição ter sido criada pela Diocese, em um momento histórico que marca a implementação do ensino superior em Campina Grande, configurada como ação do primeiro Bispo da cidade, numa Diocese recém criada, ou seja, com muitos elementos históricos que se revestiam de valiosos traços sociais, culturais, políticos e econômicos, favorecendo a proposição de leituras de outros fatos históricos.

Nosso entendimento não está ancorado em uma negação da existência de documentos históricos da FCFCG sob a tutela da Diocese ou de outros. Não podemos sustentar essa afirmação, uma vez que não nos foi concedido acesso para verificar, por meio da investigação nas fontes, se realmente confirmamos ou não a existência desses documentos, uma vez que apenas fomos informados, pelo Chanceler da Diocese, que não havia registro da Faculdade. Diante desse obstáculo, nos limitamos a poucos documentos a que tivemos acesso – decretos e o documento de 1959, cujo texto mostra a solicitação de reconhecimento dos cursos, mesmo assim, material coletado em outro espaço de pesquisa. O que buscamos transmitir é que as conclusões ou declarações, na pesquisa acadêmica, precisam estar fundamentadas em informações concretas e verificáveis.

Ao nos depararmos com as primeiras informações acerca da existência da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, fomos movidos por uma curiosidade ingênua que nos instigou a buscar mais referências sobre a instituição. A princípio achávamos que a natureza desta instituição fosse voltada para a formação de filósofos ou professores de filosofia ou, pelo fato de ter sido criada pela Diocese, também críamos se tratar de uma instituição para a formação de aspirantes ao clero. O desenvolvimento da pesquisa nos revelou que a Faculdade fora criada para a formação de professores, tanto para o ensino primário, secundário quanto para atuarem em Escolas Normais. Ou seja, uma instituição aos moldes das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras.

A execução da pesquisa que foi desenvolvida e apresentada nesta dissertação, de analisar a fundação e organização da FCFCG de 1954 a 1963, não se mostrou uma atividade tão simples, como acreditávamos ser. Só fomos conhecendo os entraves da pesquisa, quando já estávamos inseridos nela. A escassez das fontes documentais foi uma das características da complexidade do trabalho de busca por estas fontes. Uma instituição que até então não havia sido estudada bem como nossa distância temporal de seu cotidiano, a não preservação de seus documentos históricos, por parte das instituições mantenedoras que estiveram à frente da administração da Faculdade ao longo do processo histórico, bem como da sua memória de instituição educacional superior foram os impedimentos com que nos deparamos.

A nossa empreitada de busca pelas fontes não descartou nenhum arquivo físico, digital, acervo público ou privado que estivesse ao nosso alcance. Os documentos que subsidiaram a escrita desta dissertação foi fruto de um trabalho exaustivo de coleta de dados em diferentes espaços de pesquisa bem como do trabalho de análise e sistematização destas fontes.

Para tanto, a busca por fontes permearam todo o período do mestrado e consistiu em expandir os horizontes de consulta. Em alguns locais, só obtivemos documentos já em período bem próximo da defesa do trabalho – a exemplo de locais de consulta oficiais do Governo Federal, como o CNE, que é o órgão responsável pelas autorizações e reconhecimentos dos cursos novos – informação que só tivemos depois de analisarmos os documentos que tínhamos em mãos. Ao sabermos dos recursos e funções desse Conselho, enviamos e-mail informando sobre nossa pesquisa e da necessidade dos documentos referentes aos pareceres emitidos na avaliação do Regimento Interno da instituição, avaliação do corpo docente e das autorizações e reconhecimento dos cursos ali oferecidos. Os documentos que recebemos foram todos digitalizados pelo órgão e encaminhados diretamente para o nosso e-mail, nos possibilitando confrontar informações e agregar novos dados a pesquisa.

A FCFCG foi a segunda instituição de ensino superior criada em Campina Grande, num período de grande efervescência do debate em torno da educação superior na cidade e no Brasil. Identificamos que a instituição foi criada a partir de um movimento pró-fundação de escolas superiores, suscitado pelo movimento de organização da juventude universitária campinense e pela Diocese de Campina Grande, que havia sido criada em 1949, a qual, nesse período, mesmo ainda estruturando seu corpo diocesano, resolveu ser parte integrante desta ação, que se concretiza na criação e organização da FCFCG.

Salientamos também que, durante a gestão da Diocese de Campina Grande na administração da Faculdade, que foi de 1954 a 1963, a instituição não progrediu de maneira significativa. A Mantenedora não foi capaz de expandir a oferta de cursos de humanidades, o que teria ampliado sua abrangência em diversos aspectos, como pesquisas, corpo docente, e

número de alunos. A análise revelou que, no período que compreendeu desde sua fundação até a transferência de administração, a Mantenedora aumentou consideravelmente sua capacidade financeira e seu patrimônio imobiliário, porém o mesmo não se deu com a FCFCG que não acompanhou este crescimento da Diocese de Campina Grande, chegando a uma situação de crise e insustentabilidade financeira. Desse modo, mesmo tendo recebido subsídios Federais, Estaduais, Municipais e outros, acabou tendo que abrir mão da instituição para a FUNDACT.

A Diocese de Campina Grande foi responsável pela organização da FCFCG, estruturação dos espaços físicos que a comportaram bem como a contratação do corpo docente, definição do conselho deliberativo de professores e do conselho administrativo. Como destacamos, a Igreja Católica em Campina Grande já desenvolvia uma forte ação<sup>45</sup> junto à juventude. Muitos dos jovens que participaram do movimento estudantil proposto pela UUC faziam parte da União dos Moços Católicos. A criação da Faculdade é uma continuidade da representatividade da instituição religiosa frente aos interesses desta juventude. Inclusive, quando a Diocese realizou a transferência da instituição para a FUNDACT, a fez para os mesmos sujeitos que estiveram presentes na organização do Movimento Pró-Fundação de Escolas Superiores – destacamos que o presidente da UUC em 1953 é o mesmo sujeito que ocupava a presidência da FUNDACT em 1963, Edvaldo de Souza do Ó. A mudança de mantenedora houve, de fato, mas se preservou a representatividade da instituição social, política e religiosa, tanto representada por esses sujeitos, como pelos padres que permaneceram como professores e membros do Conselho Diretor da FUNDACT.

A UUC não só articulou a juventude universitária campinense para fomentar a criação de instituições de ensino superior como conseguiu alcançar seus objetivos, no que consideramos em um curto tempo de ação. Não caracterizamos as ações da UUC como manifestações populares ou mobilizações do povo, da massa campinense, mas como movimento de classe que agregou outros membros da sociedade com representatividade social e política, caracterizando-se, pois, como um aparelho privado de hegemonia (Gramsci, 2022). Entendendo-se, assim, que não eram os filhos das famílias pobres que estavam pedindo a criação de Faculdades, até porque os pobres precisavam solucionar problemas educacionais bem anteriores ao ensino superior. Neste sentido é que a Campanha Pró-Fundação de Escolas Superiores ganhou o apoio de deputados, governador, colégios, hospitais, cinemas e tantas outras figuras de destaque no

---

<sup>45</sup> O colégio Diocesano Pio XI fundado em 1931, uma das três instituições particulares que atuavam no campo da educação em Campina Grande, é anterior à criação da Diocese de Campina Grande, que só foi criada em 1949, ou seja, dezoito anos antes da criação da Diocese, a Igreja Católica já atuava fortemente na educação dos jovens em Campina Grande.

cenário social campinense. Assim, analisamos que, agregada a outros aparelhos de hegemonia, a UUC incentivou a fundação da FCFCG.

A análise que fizemos da UUC nos fez entender que esta fora uma entidade estudantil que ultrapassou as dimensões do âmbito estudantil, articulando um conjunto de instituições que disseminavam os mesmos ideais de sociedade, tanto em Campina Grande como em outras cidades e estados. Estes sujeitos também ocuparam cargos públicos no Município e no Estado da Paraíba.

As instituições e a entidade estudantil compunham a sociedade civil, mas procederam em conjunto com o Estado, colaborando para o conceito de estado ampliado. Quando discorremos que a Diocese e a UUC estavam criando instituições de ensino superior para a sociedade em Campina Grande, queremos esclarecer que isto se deu em cooperação com o Estado – Município, Governo Estadual e Federal. O estado garantiu subvenções financeiras, custeando ações e projetos frente à implantação da vertente educacional superior, que em essência, deveria ser de total responsabilidade do Estado.

Quando analisamos a atuação da Diocese e a UUC numa perspectiva de articulação interna e externa, podemos destacar tanto o Bispo, Dom Anselmo Pietrulla, bem como outros membros do clero. Também entram nesse grupo Edvaldo de Souza do Ó além de intelectuais orgânicos, destacados dentro dos aparelhos de hegemonia, atuando de forma que havia convergência de debate, e intencionalidade, fazendo que esse conjunto de forças mantivesse essa hegemonia e sustentasse seu *status quo*.

Acerca da atuação das empresas jornalísticas, anuímos ao que diz Gramsci (2022), ao discorrer sobre o papel dos setores editoriais na difusão das ideologias das classes dominantes, que deram pleno apoio às ações voltadas ao ensino superior. Alguns jornais impressos que mencionamos na pesquisa assumem o papel de partido político na defesa dos projetos da classe dominante campinense. O Jornal de Campina foi um destes aparelhos editoriais cuja orientação se coadunava com as ideologias dominantes presentes na sociedade, e, em especial, com os sujeitos desta pesquisa. Em nossa investigação, não foi possível identificar os proprietários do jornal.

A influência das instituições mantenedoras e dos elementos organizacionais, acompanhados da descrição do desdobramento que levou à transferência da Faculdade para a FUNDACT, nos chamou a atenção principalmente por conta do patrimônio das instituições mantenedoras da Faculdade, nos fazendo entender que a criação da FUNDACT foi uma continuidade do projeto das instituições de ensino superior em Campina Grande. Cabe ressaltar, entretanto, que esta instituição estava voltada para o desenvolvimento da ciência e da técnica.

Mesmo diante da escassez de fontes disponíveis, conseguimos estabelecer um entendimento sobre o processo histórico de mudança na administração, assim como da crise financeira enfrentada pela FCFCG. Deduzimos que a crise financeira teve início durante a construção da sede da Faculdade na rua Afonso Campos, devido a empréstimos bancários e pessoais bem como dívidas no comércio local. Esses fatores contribuíram para a progressão da situação para um ponto em que se tornou impossível pagar os salários dos professores e funcionários da instituição. Segundo as fontes consultadas, os professores estavam há mais de seis meses sem receber seus salários.

Após a mudança da mantenedora para a FUNDACT, esta enfrentou oposição por parte de alguns docentes e estudantes. Eles procuraram a Universidade da Paraíba para debater a possibilidade de a instituição – localizada em João Pessoa – assumir a Faculdade. Esse movimento causou surpresa e descontentamento na nova instituição mantenedora, devido aos conflitos políticos entre os municípios. A concepção de estabelecer uma instituição e, posteriormente, não ser capaz de sustentá-la, precisando entregá-la à capital, não representaria motivo de satisfação para os campinenses. Ter o controle da gestão de uma instituição de ensino superior significava deter poder perante a sociedade. Perder essa gestão equivaleria a perder influência hegemônica.

A criação da FCFCG ocorreu em meio ao contexto histórico do desenvolvimentismo nacional. Em Campina Grande, a ênfase no ensino superior esteve voltada para as ciências e tecnologias, sendo a FUNDACT mais um exemplo desse movimento na cidade, com especial atenção a essas áreas do conhecimento.

A Diocese, ao estabelecer a FCFCG, seguiu de perto um movimento que via as humanidades como área do conhecimento inerente à instituição religiosa, por extensão, com aptidão para a formação docente. Historicamente, a formação de professores esteve agregada aos valores morais religiosos que definiam conduta e outros aspectos para a profissão. É importante ressaltar que a criação da Diocese ampliou o papel da Igreja nessas áreas, intensificando a evangelização, a partir da criação de um governo episcopal mais regional, aumentando, assim, a presença efetiva da Igreja, graças à proximidade territorial. Estabelecido o governo diocesano, as ações do primeiro bispo estiveram centralizadas em organizar seu território, compondo bens materiais e formativos, isto é, construiu um patrimônio financeiro por meio de bens e edificou instituições escolares que davam continuidade a um projeto de formação – o ensino superior.

. A partir da fundação da Faculdade, identificamos relações políticas que precisaram agir em conjunto aos processos, as quais viam com clareza e interesses que criar uma instituição

de ensino superior atribuía valor ao município, caracterizando-se como espaço de legitimação de poder.

Outra das dificuldades que encontramos em desenvolver este trabalho foi identificar referências bibliográficas comprometidas na criticidade da análise, naquilo que se refere aos fatos históricos de Campina Grande. O que mais encontramos foram produções repletas de ufanismos, mal justificados, uma vez que Campina Grande também foi grande em não ser grande, quando não desenvolveu elementos relevantes para uma sociedade, como a educação nos seus níveis primários e secundários dentro da perspectiva histórica de nosso objeto de estudo.

A Faculdade foi uma instituição que não se encerrou na nossa delimitação histórica, nem na extinção da FUNDACT. Houve uma continuidade desta instituição, como Faculdade de Filosofia de Campina Grande e, em outro momento como Faculdade de Educação. Com esta última denominação, foram criados outros cursos de licenciatura plena, Estudos Sociais, Química, Matemática, Pedagogia, Física. Dessa forma, há outros momentos históricos e outras problemáticas que podem ser estudados. Entendemos, então, que, a partir desta nossa investigação, é possível suscitar outros desdobramentos.

Ao destacarmos Edvaldo de Souza do Ó como sujeito que atua na criação da FCFCG, entendemos que ele aparece nesta pesquisa pelo fato de ter estado em posições de visibilidade, tanto no momento da criação da FCFCG, em 1953, como presidente da UUC, como na posição de diretor da FUNDACT, no momento de troca de mantenedora em 1963. Também pelo fato de ter preservado vários documentos em seu acervo pessoal, parte destes produzidos no âmbito da Faculdade sob a tutela da Diocese de Campina Grande e outros sendo atas de reuniões da diretoria da FUNDACT. Essa dialética que abrange a criação da Faculdade e os acontecimentos destacados teve participação de outros sujeitos, cujas histórias, porém não nos foi possível inserir em nossa pesquisa por falta de fontes com dados mais consistentes.

Por fim, no que se refere ao interesse das classes dominantes de Campina Grande com a educação superior, verificou-se um interesse pelas áreas da engenharia, havendo também uma instituição reservada para a ciência e para a técnica, e com participação como mantenedora da FCFCG. Com isso, pontuamos que, ao fim de nossa análise, identificamos que a mantenedora da FCFCG se constituía em uma instituição distante da área do conhecimento de atuação da Faculdade. Essa visibilidade para com o técnico e com o progresso se torna evidente em Campina Grande também quando nos deparamos com a escassez das fontes para investigar nosso objeto de estudo. Além de ser entendido como um objeto desconhecido, inclusive por parte da Diocese de Campina Grande, a maior parte de seus documentos foi negligenciada, o que demonstra um descaso com a história das humanidades em Campina Grande.

## REFERÊNCIAS

- AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006. 151p. (Coleção Outras Histórias, n. 5).
- ALEIXO, Ramon de Alcântara. **A construção do “Novo Nordeste” no concerto do Ensino Superior: intelectuais, política e educação na URNe (1952 – 1969)**. 2018. 335f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2018.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). *In*: **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/FJghRmsfGKdBkyzrRLyKwXs/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 fev. 2024.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *In*: **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2020, v. 33, n. 69 [Acessado 16 Novembro 2022], p. 196-219. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>. Epub 06 Mar 2020. ISSN 2178-1494. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011> .
- BUFFA, Ester. Os Estudos Sobre Instituições Escolares: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021, p. 151-164.
- CABRAL, Newton Darwin Andrade. Repercussões da romanização da Igreja nos anos iniciais da Universidade Católica de Pernambuco (Repercussions of the Romanization of the church during the initial years of the Catholic University of Pernambuco) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2013v11n29p230. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 11, n. 29, p. 230-253. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n29p230> Acesso em: 27 mar. 2023.
- CABRAL, Severino Filho. Campina Grande – PB (1930–1950) Modernização, cotidiano e cultura material. *In*: **Projeto História. Patrimônio e Cultura Material**. v. 40 - jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6132> Acesso em: 08 out. 2022.
- CAMPOS, Raquel Discini. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, 12(1 [28]), 45-70. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775> Acesso em: 08 ou. 2022.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n29p230> Acesso em: 25 jan. 2024.

DO Ó, Edvaldo de Sousa. Elpídio de Almeida e a FUNDACT. *In*: JUNIOR, José Luiz; CARTAXO, Marcos (org). **História da Universidade Regional do Nordeste**. Vol II. Governo do Estado da Paraíba – Secretaria da Educação e Cultura, Campina Grande, 1994. p. 27-31.

DO Ó, Edvaldo de Souza. **Politécnica**: Primeira Escola Superior de Campina Grande. Editora Campina Grande, Campina Grande-PB. s/d.

FÁVERO, Maria de Lurdes Albuquerque. **Cadernos de História da Educação**: Durmeval Trigueiro Mendes: Propostas e atuação. 2006, p. 43-53.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**: Dominus Editora. São Paulo – Universidade de São Paulo, 1966.

FERREIRA, Alexandre Marcos de Mattos Pires. A Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP - Um Estudo sobre a Formação de Pesquisadores e Professores de Matemática e Física em São Paulo. São Paulo. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13440> Acesso em 10. set. 2022.

FLORENCIO, Lourdes Rafaella Santos. **Faculdade de Filosofia do Crato-FFC**: representações sobre a interiorização do ensino superior. 2012. 102f. – Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7345> Acesso em 10. set. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 2: Os intelectuais, O princípio educativo, e Jornalismo.; tradução Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. – 11. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 3: Maquiavel, Notas sobre o estado e a política.; tradução Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. – 11. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. tradução Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro – RJ, 1989.

JUNIOR, José Luiz; CARTAXO, Marcos (org.). **História da Universidade Regional do Nordeste**. Vol II. Governo do Estado da Paraíba – Secretaria da Educação e Cultura, Campina Grande, 1994.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução: Célia Neves e Alderio Toríbio. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A luz que não se apaga**: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. 2009. 197 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – DINTER UFBA/UEFS – UEPB. 2009.

MARX, Karl. **Formações Pré-Capitalistas**. Tradução: João Maia. 4. ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro – RJ. 1985.

MELO, Luiz Gonzaga. Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba 1966-1991. Campina Grande – PB, 1992.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021, p. 31-38.

MOURA, Maria Lenúcia de. **FAFIDAM: o conservadorismo da Igreja nas práticas educativas no contexto do estado ditador**. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/46634> Acesso em: 12 set. 2022.

NORONHA, Olinda Maria. Historiografia das Instituições Escolares: Contribuição ao debate metodológico. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021, p. 165-173.

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: editora Alínea, 2. ed., 2013.

PSICOLOGIA USP. O Início: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Psicologia USP**, v. 9, n. 1, p. 31–33, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/vgmwMXYmSyZqgHYF34sbwKq/?lang=pt#> Acesso em: 20 jul. 2023.

OCTÁVIO, José; PEREIRA, Ana Maria Gonsalves dos Santos. **Uma Militância na Imprensa**. Brasil, CNPq, 1984.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Disciplinas, docentes e conteúdos: itinerários da história na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962)**. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

RIETVELD, Padre João Jorge. Dom Anselmo: o Bispo pioneiro. In.: SILVA, Padre Luciano Guedes do Nascimento (org.). **Uma escrita histórica sobre a Diocese de Campina Grande: da criação ao Concílio Vaticano II (1949-1962)**. João Pessoa: Ideia, 2022. p. 143-191.

RODRIGUES, Maria Inês Tondello. **Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul: memórias, representações e narrativas (1960-1967)**. Dissertação (Mestrado em Educação) 152f. – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015. Disponível em <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/1085> Acesso em 12 set. 2022.

ROUANET, Sergio Paulo. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021, p. 75-93.

SANTANA, de Ajanayr Michelly Sobral. **O Centro Estudantal Campinense: práticas educacionais, culturais e políticas em Campina Grande-PB (1945-1964).** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) - Universidade Federal da Paraíba. Cidade, ano. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18336/> Acesso em: 21 mar. 2023.

SANTOS, Joelza de Oliveira. **Memórias de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968).** 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12676/> Acesso em: 12 set. 2023.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 855–860, dez. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 19. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 – n. 40 – jan./abr. 2009.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 28 abr. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2021, p. 03-27.

SAVIANI, Dermeval. Por que estudar História da Educação? *In*: **NOVA ESCOLA**. 14 de nov de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qxXk9ZWvXTc&t=2s>.

Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Padre Luciano Guedes do Nascimento (org.). **Uma escrita histórica sobre a Diocese de Campina Grande: da criação ao Concílio Vaticano II (1949-1962).** João Pessoa: Ideia, 2022.

SILVA, Vanessa Magalhães da. **No embalo das redes: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950).** 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Salvador, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15335/> Acesso em: 12 set. 2023.

SILVA, Vívica de Melo. **Por uma formação da juventude campinense: o Colégio Gigantão da Prata (1948-1962).** 2014. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4866/> Acesso em: 12 dez. 202.

SOUZA DO Ó, Edvaldo. **História da Universidade Regional do Nordeste.** Campina Grande: Editora GRAFSET, 1986.

SOUZA, Danilo Rodrigues. **O ideário de industrialização e desenvolvimentismo nas representações do Diário da Borborema (1957-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2016. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/462/> Acesso em: 31 out. 2023.

UCHÔA, Boulanger. **Subsídios para História Eclesiástica de Campina Grande**. Rio de Janeiro-RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

VIANA, Padre Rômulo Remígio. Um sonho de cem anos: a criação da diocese de Campina Grande. In: SILVA, Padre Luciano Guedes do Nascimento (org.). **Uma escrita histórica sobre a Diocese de Campina Grande: da criação ao Concílio Vaticano II (1949-1962)**. João Pessoa: Ideia, 2022. p. 103-142.

## Leis e Decretos

BRASIL. **Decreto lei nº 8.457 de 26 de dezembro de 1945**. Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1945]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8457-26-dezembro-1945-416374-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Dispor%20de%20recursos%20financeiros%20concedidos,plena%20efici%C3%Aancia%20das%20atividades%20universit%C3%A1rias>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário [...]. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1931]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 52.293/63**, Denominação e manutenção do estabelecimento de ensino. Brasília: Presidência da República, [1963]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/474987/publicacao/15701198>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 37.193, de 18 de abril de 1955**. Concede autorização para funcionamento dos cursos de letras neo-latinas e letras anglo-germânicas [...]. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1955]. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1955-04-18:37193#:~:text=Concede%20autoriza%C3%A7%C3%A3o%20para%20funcionamento%20dos,de%20filosofia%20de%20Campina%20Grande>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 45.820, de 16 de abril de 1959**. Concede reconhecimento aos cursos de letras anglo-germânicas e letras neo-latinas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1959]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45820-16-abril-1959-384877-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1939]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938**. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1938].

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del0421.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20421%2C%20DE,que%20lhe%20confere%20o%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0421.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20421%2C%20DE,que%20lhe%20confere%20o%20art.) Acesso em: 16 nov. 2022.

**BRASIL. Parecer n° 15/55 de 14 de março de 1955.** Autorização para funcionamento dos cursos de Letras Neolatinas e de Letras Anglo-germânicas (Processo n° 64 825/54). Rio de Janeiro: Presidência da República, [1955].

**BRASIL. Parecer n° 150/67 de 7 de abril de 1967.** Brasília: Presidência da República, [1967].

**BRASIL. Parecer n° 49/55 de 21 de março de 1955.** Faculdade de Filosofia de Campina Grande, Estado da Paraíba – Regimento (Processo n° 64 825/54). Rio de Janeiro: Presidência da República, [1955].

**CAMPINA GRANDE. Lei n° 11 de 10 de janeiro de 1956.** Reconhece de utilidade pública a Faculdade de Filosofia e dá outras providências. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande, [1956].

**PARAÍBA. Lei n° 2.636 de 20 de dezembro de 1961.** Autoriza o poder Executivo a subvencionar a Faculdade Católica de Filosofia [...]. Paraíba: Assembleia Legislativa da Paraíba, [1961].

### **Jornais**

DIÁRIO DA BORBOREMA, 4 de janeiro de 1959, p.9.

JORNAL DE CAMPINA, 5 de outubro de 1952, p.1.

JORNAL DE CAMPINA, 9 de novembro de 1952, p.1.

JORNAL DE CAMPINA, 17 de agosto de 1952, p.1.

JORNAL DE CAMPINA, 19 de outubro de 1952, p.1.

JORNAL DE CAMPINA, 24 de agosto de 1952, s/p.

JORNAL DE CAMPINA, 11 de janeiro de 1953, s/p.

JORNAL DE CAMPINA, 5 de julho de 1953, s/p.

O NORTE, 29 de outubro de 1954, p.4.

O NORTE, 8 de janeiro de 1954, p.3.

O NORTE 23 de abril de 1955, p.1.

O NORTE, 24 de julho de 1954, p.1.

O NORTE, 17 de dezembro de 1954, p.1.

O NORTE, 18 de fevereiro de 1956, p.

## ANEXOS

Anexo 1:

TALÃO N.º \_\_\_\_\_

República dos Estados Unidos do Brasil

REGISTRO DE IMOVEIS

ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.  
Certifico que a fls. 7 do livro N.º 3/A-4 foi feita a hoje sob N.º 53.905,  
a transcrição do imóvel: Um terreno medindo 451,81 mts<sup>2</sup>, situado na Av  
Marechal Floriano Peimato, nesta cidade, limitando-se: ao oeste, com  
terreno do prédio da Recebedoria de Campina Grande; ao norte, com terra  
no do prédio da Recebedoria de, digo, prédio do Centro de Saúde e pre-  
diço de José Carlos da Silva; ao nascente, com muros dos prédios da  
rua Maciel Pinheiro, pertencentes aos herdeiros de Americo Porto, her-  
deiros de Dr. Acacio Figueiredo e com prédio do Departamento de Classi-  
ficação de Produtos, Agro-Pecuarios e ao sul, com a Avenida onde é  
situado, adquirido pelo GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, por compra feita  
a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA E DA TECNICA, no valor de  
Cr\$8.000.000,00, conforme escritura publica 15 de Maio de 1963, nas no-  
tas do Tab. Int. Bel. Ivandro Moura, unha Lima.



Observações:

O referido é verdade. Dou fé.

Campina Grande, 28 de Maio. de 196 3.

4  
OFICIAL  
*Ivandro Moura*



ESTADO DA PARAÍBA  
 CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE  
 RUA AFONSO CAMPOS, 4 — FONE: 1900

LIVRO Nº 120  
FOLHAS Nº 138 a 139.  
TRASLADADO Nº 1

1.º TABELIÃO

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA QUE  
 FAZ A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊN-  
 CIA E DA TÉCNICA, AO GOVERNO DO ESTADO DA PA-  
 RAÍBA, COMO ABAIXO SE DECLARA: - - - - -

S A I B A M quantos este público instrumento  
 de escritura pública de compra e vendavirem que aos quinze (15) dias  
 do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e três, nesta cida-  
 de de Campina Grande, do Estado da Paraíba, neste Cartório, perante  
 mim Tabelião e por me haver sido esta distribuída, compareceram partes  
 entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgante  
 vendedora, a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA -  
 FUNDACT, neste ato representada pelo seu presidente, Dr. EDVALDO DE  
 SOUZA DO Ó, brasileiro, solteiro, professor, residente nesta cidade, e,  
 do outro lado, como outorgado comprador, o GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍ-  
 BA, neste ato representado pelo Exmo. Sr. GOVERNADOR, Dr. PEDRO MORENO  
 GONDIM, brasileiro, casado, advogado, residente na Capital do Estado,  
 meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, do que  
 sou fé. E, perante essas mesmas testemunhas, pela outorgante vendedora  
 acima referida, me foi dito que a justo título, livre de ônus e hipote-  
 cas, é senhora e legítima possuidora de: um terreno medindo 451,81m<sup>2</sup>  
 (quatrocentos e cinquenta e um metros e oitenta e um decímetros quadra-  
 dos) situado à Av. Marechal Floriano Peixoto, nesta cidade, limitando-  
 se: ao poente, com terreno do prédio da Recebedoria de Campina Grande;  
 ao norte, com terreno do prédio do Centro de Saúde e prédios de José  
 Carlos da Silva; ao nascente, com muros dos prédios da Rua Maciel Fi-  
 gueiredo, pertencentes aos herdeiros de Américo Porto, herdeiros do Dr.  
 Acácio Figueiredo e com o prédio do Departamento de Classificação de  
 Produtos, Agro-Pecuários e ao sul, com a Avenida onde é situado, adqui-  
 rido por doação da Prefeitura Municipal de Campina Grande, conforme es-  
 critura pública de 11 de setembro de 1959, transcrita sob nº 45.482, no  
 Registro de Imóveis desta Comarca; que pela presente escritura e pelo  
 preço certo e ajustado de Cr\$ 3.000.000,00 ( oito milhões de cruzeiros)  
 importância essa que neste ato e perante as testemunhas, declarou ha-  
 ver recebido do outorgado comprador, em moeda corrente nacional, que  
 contou e achou exata, pelo que dando como de fato da aquele plena e ge-  
 ral quitação, vendia como de fato ora vendido tem ao outorgado compra-

... e desde já cede e transfere ao mesmo outorgado toda a posse, domínio, direitos e ações, que são e o aludido poderá exercer para que possa o mesmo outorgado dele usar gozar e livremente dispor como se que é e fica sendo de hoje em diante, por força desta escritura, obrigando-se a fazer a presente vendã, sempre boa, firme e valiosa e a responder pela evicção. Pelo comprador e ante as testemunhas me foi dito que aceitava esta escritura, em seus expressos termos e me apresentou o talão de, digo, apresentou cópia do parecer do Dr. Anibal Agra Porto, Curador das Fundações, favorável à presente escritura de compra e venda, datado de 14 de maio de 1963. Isenta de impostos e taxas na forma da lei. E, de como assim disseram e outorgaram me pediram e eu lhes lavrei esta escritura, que lida e achada conforme, aceitaram e assinam com as testemunhas, o Sr. Pedro de Aragão e Dr. Stenio Lopes, meus conhecidos, desta cidade. Eu, Ivandro Moura Cunha Lima, Tabelião Público Interino, o escrevi e assino. Campina Grande, 15 de maio de 1963. Em testemunho (sinal público) da verdade. O Tabelião Público Interino. Ivandro Moura Cunha Lima. (ass) EDIVALDO DE SOUZA DO Ó - PEDRO MORENO GONDIM - PEDRO D'ARAGÃO - Dr. STENIO LOPES. Está conforme com o original aqui fielmente copiado, ao qual me reporto dou fé.-----

CAMPINA GRANDE, 15 DE MAIO DE 1963  
 EM TESTEMUNHO (SINAL PÚBLICO) DA VERDADE  
*Ivandro Moura Cunha Lima*  
 TABELIÃO PÚBLICO INTERINO

*Transaciona-se a seguinte coisa  
 em 19 de junho, 1963  
 José  
 Soc. Int. de...*



*Transaciona-se a coisa n.º 3...  
 Registro de Fundações, paginas 43 e 44...  
 em 25 de maio de 1963*

N.º 001 - Página 01  
 apresentada no dia 16 de maio  
 de 19 63  
 Campina Grande, 15 de maio de 19 63  
*Ivandro Moura Cunha Lima*  
 OFICIAL DO REGISTRO

Registrada no Livro 3/4 de Transcrições  
 de Imóveis n.º 27765  
 Campina Grande, 16 de maio de 19 63  
*Ivandro Moura Cunha Lima*  
 OFICIAL DO REGISTRO

## Anexo 2:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

0083

PARECER Nº 298COMISSÃO DE ENSINO SUPERIOR

Lide em 25.8.58

Aprov. unte. em 27.8.58

ASSUNTO: *Mudança provisória de sede.*

PROCESSO Nº 118 652/57.

Pelo decreto 53, de 56, o Prefeito Municipal de Campina Grande autorizou a Faculdade Católica de Filosofia daquela cidade a utilizar, no horário da manhã, sem prejuízo dos serviços municipais que ali funcionam e até construção da sede própria, as dependências do Edifício da Escola Técnica de Comércio, podendo instalar nas mesmas os seus serviços de Diretoria, Secretaria e Aulas.

Em consequência, o Inspetor Federal naquela Faculdade comunicou ao Diretor de Ensino Superior a mudança da Faculdade para o prédio municipal, "onde se encontra instalada em condições materiais e pedagógicas mais favoráveis e em local mais acessível para professores e alunos."

Examinando as informações constantes do relatório do Inspetor e as plantas anexas, é a Comissão de Ensino Superior de

## P A R E C E R

que seja aprovada a nova sede, embora temporária; que seja devidamente considerado o ato de cooperação, consubstanciada no decreto 53, acima referido.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1958.

*Celso Kelly*  
(ass.) Celso Kelly - Relator.  
Paulo Parreiras Heróia  
João Carlos Machado  
José Barrette Filho.

CAT.

## Anexo 3:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

6018

PARECER Nº 11COMISSÃO DE ENSINO SUPERIOR

Lido em 9.3.59

Aprov. unte. em 11.3.59

ASSUNTO: Reconhecimento dos cursos de Letras Anglo-Germanicas e Neolatinas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.

PROCESSO Nº 52 386/58

Esses curso estão em funcionamento desde 1954, com regularidade verificada e atestada no Relatório da Comissão encarregada de estudar as condições da Faculdade, para efeito de reconhecimento.

Não se alterou a personalidade jurídica da entidade mantenedora, já admitida por ocasião da autorização, e é a própria Diocese da cidade.

A capacidade financeira foi objeto de novo exame, cujos resultados estão expostos a fls. 16 e 17. Além de subvenções federais e municipais e renda da contribuição dos alunos, a sociedade mantenedora dispõe de largo patrimônio imobiliário produzindo renda anual de Cr\$ 260.000,00.

A respeito das instalações, transcreve um pequeno trecho da minuciosa informação do Relatório, quando diz em resumo:

"O prédio onde funciona atualmente a Faculdade de Filosofia de Campina Grande foi construído recentemente, obedecendo a técnica moderna e está devidamente aparelhado para atender às finalidades para as quais foi construído".

Quanto à organização didática e administrativa, lê-se na referida peça que

"obedece às Leis de Ensino Superior, respeitadas todas as suas decisões e ordens, sendo verdadeiramente impecável a administração desta Faculdade".

As condições culturais do meio e a necessidade desses, assunto já vencido na autorização, mereceram ainda do Relatório referências que afastam qualquer hesitação.

Resta a análise do corpo docente proposto. Dos 13 professores indicados como interinos e 1 contratado, 8 já obtiveram aprovação do Conselho, no Parecer nº 15/55. Passaremos ao exame dos demais.

Américo Perazzo - Língua e Literatura Italiana. Cursos de Ginásio e clássico feitos na Itália. Diretor do Ginásio Coelho Lisboa, em Areia, e Professor desse Ginásio e de Santa Rita, na mesma localidade. Exame de Suficiência de Latim na Faculdade de Filosofia de Recife.

Padre Francisco Maria Henriques de Souza - Língua e Literatura Latina. Bacharel e licenciado em línguas Neolatinas. Exercício de magisterio anterior. Exames de suficiência na Faculdade de Filosofia do Estado.

Padre Francisco da Rocha Guimarães - Filologia Românica. Curso Superior de

0019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

II

(Cont. de Parecer nº 11)

Humanidades Clássicas e Literatura. Entre os muitos títulos constantes de seu currículo, alguns de universidades europeias, destaca-se, pela sua importância, o Doutoramento em Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma. Exercício de magistério anterior (fls. 770).

Margarida Maria Von Bogaert - Língua e Literatura Inglesa. Certificado de Língua e Literatura Inglesa da Universidade de Oxford. Bacharel em Letras Anglo-germânicas. Exercício de magistério de inglês.

João Luiz Corrêia - Literatura Brasileira. Bacharel em Direito. Não se encontrou o registro de diploma. Exercício de magistério secundário de português.

José Cordeba Trujillano - Língua e Literatura Espanhola. Literatura Hispano-Americana. Estudos feitos na Universidade de Valladolid e Madrid. Contratado.

Desses professores, apenas dois - Americo Perazzo e João Luiz Corrêia, não apresentaram condições satisfatórias para o exercício das cadeiras, respectivamente de Língua e Literatura Italiana e Literatura Brasileira. Afim de orientar melhor a Escola, a complementação de seus currículos ou em eventual substituição, solicitamos que os professores das Faculdades superiores devem ter diploma de Curso Superior onde tenham estudado a matéria que pretendem lecionar, e já possuírem um começo de especialização, que se comprove com trabalhos, publicações, exercício de magistério anterior no mesmo nível da disciplina em questão, cursos de extensão universitária adequados, etc.

Diante do exposto, somos de

## P A R E C E R

que o reconhecimento seja deferido, com o corpo docente relacionado a fls. 928 e 929, com exceção das professoras de Língua e Literatura Italiana e Literatura Brasileira, que deverão completar suas habilitações, sendo possível, ou serem substituídas.

Sala das Sessões, 9 de março de 1959

(ass.) José Barrette Filho. - Relator

*José Barrette Filho*

*Carência de habilitação*

*Com o*  
*José Barrette Filho*

CAT.